

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**
INICIADA NO DIA 16 DE JUNHO E CONTINUADA NOS DIAS 23 E 30 DE
JUNHO E 7 DE JULHO DE 2009. -----

----- **ACTA NÚMERO OITENTA E TRÊS** -----

----- No dia 7 de Julho de 2009, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Manuel Marques da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Carlos Santos Pessoa e Costa, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Manuel da Rocha Ferreira, José Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Português Borges da Silva, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Cal Gonçalves, José Manuel Rosa do Egipto, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lúcia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe Graça Monteiro, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de

Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui António Francisco Coelho, Rui José Silva Marques, Rui Manuel Pessanha da Silva, Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Rodolfo Frederico Beja de Lima Knapic, João Francisco Marques Capelo, Manuel Correia, Pedro Gamito Cruz dos Santos, João Maria Martins Baioneto, Luís Manuel Inês Cavaco, Maria João Bernardino Correia, Luís José Morales de Los Rios Coelho, Rui Manuel Santos Matos Alves, Carlos Alberto de Oliveira Carvalho, Jorge Manuel do Nascimento Fernandes. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado da Silva Preto, Carlos Manuel de Melo Barroso, Francisco José da Silva Oliveira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, José Joaquim Vieira Pires, José Luís Teixeira Ferreira, Vítor Manuel Alves Agostinho. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luís Coelho. -----

----- Ana Lamy Barreiros (PS), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Maria João Correia. -----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Cavaco. -----

----- José Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiars, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro, Pedro Lopes, América Coelho, Carlos Machado, António Amaral da Silva, Carlos Faria, Maria de Fátima Dias, Margarida Mota, Alexandra Bandeira, Margarida Velho, José Carlos Alegre, Carlos Castro, Maria Teresa Pires, José Oliveira Costa, Januário Costa, Diogo Leão, Alfredo Alves, Filipe Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Carolina Tito de Moraes, António Rebelo, Joaquim Capucho, Emílio Rincon Peres, Odete Farrajota, Manuel Poças, Manuela Jeffree, Mário Paiva, João Valente Pires, Fátima Cavaco, Luís Novaes Tito, Pedro Costa, Teresa Estrela, Eurico Dias, António Rêgo, Deolinda Santos, Alberto Seguro Dias, António Lopes, Maria Antonina, David Amado, Alexandre Mateus, Anabela Pilar, Bruno Inglês, Pereira da Costa, Catarina Martins e Alberto Pereira, Rute Florêncio, Osvaldo Sousa, Fernando Gonçalves, Ena Bonfim, Lurdes Menor, Artur Oliveira, Luís Silva, Susana Martins, Vítor Formiga, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. (7 de Julho de 2009). -----

----- Ana Páscoa (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- João Corregedor da Fonseca (PCP), Deputado Municipal suplente, por 60 dias, com início no dia 7 de Julho. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Jorge Santos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por Carlos de Oliveira Carvalho. -----

----- Filipe Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -

----- Maria Idalina Flora (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, por Pedro Gamito dos Santos. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de São Mamede, por Rodolfo Knapic. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Matos Alves. -----

----- Joaquim Granadeiro (PCP), Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, por Manuel Correia. -----

----- Carlos Lima (PCP), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, por João Capelo. -----

----- Justificaram faltas os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Lurdes Pinheiro (PCP), relativamente à reunião realizada no passado dia 30 de Junho. -----

----- João Ferreira (PS) relativamente à presente reunião. -----

----- Às 15 horas e 20 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, quarta da Sessão Ordinária iniciada no dia 16 de Junho. -----

----- **Nota:** devido a avaria no sistema eléctrico, que impediu, quer a gravação, quer a transmissão da reunião pela Internet, perderam-se, aproximadamente, os 10 minutos iniciais da gravação da reunião, que, por isso mesmo, começa com o Sr. Vereador Cardoso da Silva já a intervir na apresentação da proposta 406/2009, primeiro ponto discutido na continuação dos trabalhos da reunião anterior. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 14 – PROPOSTA 406/2009 - APROVAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS JUNTO DE ENTIDADES CREDORAS E DO ESTADO AO ABRIGO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO (PREDE) PARA AS REGIÕES AUTÓNOMAS E MUNICÍPIOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 406/2009 -----

----- Pelouro: Vereador Cardoso da Silva -----

----- Serviço: DMF -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. O Governo, pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 191-A/2008, criou o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, doravante designado por PREDE, extensivo aos municípios, com o objectivo de garantir os pagamentos a credores privados de dívidas vencidas, substituindo a dívida a fornecedores por empréstimos de médio e longo prazo, assim promovendo a redução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) dos compromissos assumidos perante terceiros; -----

----- 2. O PREDE funciona em moldes análogos ao do anterior Programa Pagar a Tempo e Horas, alargando, todavia, os critérios de elegibilidade para abarcar um universo mais lato de regiões autónomas e municípios, sendo exigência do programa que o mutuário não preencha mais de três das situações previstas no n.º 1 do artigo 8º do Decreto-lei 38/2008, de 7 de Março, que regula as situações de saneamento e de reequilíbrio financeiro, e não tenha declarado a situação de desequilíbrio estrutural ou de ruptura financeira nos termos da 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais até à data de 31/12/08; -----

----- 3. Foi feita a análise dos critérios de elegibilidade do Município de Lisboa ao Programa, tendo-se concluído ser elegível a este Programa, dado que apenas preenchia uma das situações previstas no articulado mencionado no ponto anterior, i.e., registava um PMP superior a 6 meses (dados aferidos a Junho de 2008, enviados à DGAL, conforme regula a RCM supra), não tendo declarado uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira nos termos da Lei de Finanças Locais até à data de 31/12/08; -----

----- 4. O PREDE inscreve (na alínea b) do n.º 11 da RCM que o criou) a fórmula para a determinação do montante de financiamento que cabe a cada Município, estabelecendo que será atribuível o menor dos seguintes valores: o resultante da fórmula ou do pedido pelo potencial mutuário; -----

----- 5. No caso de Lisboa, resultou da fórmula aplicável um valor da ordem dos 169 milhões de euros, contas feitas a 30/06/2008, conforme previsão do Programa, superior ao que derivou da quantificação da dívida vencida a fornecedores, pertinente para efeitos da adesão ao Programa, feita em finais do ano, que foi de 130 milhões de euros, nos quais se incluem cerca de 34,6 milhões de euros de dívida anteriormente firmada em planos de pagamento de curto prazo, 23,7 milhões de euros em litígio judicial com homologação de acordos previstos a muito curto prazo e 71,7 milhões de euros de dívida comercial vencida; -----

----- 6. A adesão ao PREDE estabelece que o montante atribuível a cada mutuário será assegurado pelo Estado e pela Banca na proporção de, respectivamente, 40% e 60%, assim como fixa as condições chave do financiamento a assegurar pelo Estado, definindo também uma maturidade máxima de 10 anos para o empréstimo do Estado, não podendo o da Banca ser superior a metade daquele prazo; -----

----- 7. A adesão ao PREDE decorreu até 15 de Janeiro de 2009, e foi formalizado junto da Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), com a indicação do montante

de financiamento pretendido, (130 milhões de euros) e o envio da ficha técnica de empréstimo a contratar junto das instituições de crédito seleccionadas; -----

----- 8. Foi sequentemente apresentada a candidatura do Município de Lisboa ao PREDE, pelo valor global de 130 milhões de euros, 52 milhões a assegurar pelo Estado e 78 milhões pela Banca, tendo a mesma sido aprovada, conforme consta da listagem do site oficial da Direcção Geral do Tesouro e Finanças e carta de comunicação oficial recebida, ambos os documentos em anexo, como parte integrante desta proposta; -----

----- 9. Foi feita uma consulta a cinco instituições financeiras nacionais, para financiamento de 78 milhões de euros, tendo o Banco Português de Investimento (BPI) e a Caixa Geral de Depósito (CGD) apresentado as propostas mais competitivas, em termos de condições financeiras. -----

----- O BPI segmentou a sua proposta em duas componentes: uma primeira, até 22 milhões de Euros, oferecendo, neste segmento, um *spread* sobre a Euribor de 1,25% e uma segunda, para os restantes 56 milhões de euros, com uma margem de 2,5%. Por sua vez, a CGD subscreveu uma proposta com um *spread* sobre a Euribor de 1,745% abarcando a globalidade do financiamento; -----

----- 10. O contrato de empréstimo a conceder pelo Estado tem a duração de 10 anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas, sendo os primeiros cinco anos (equivalente ao prazo dos empréstimos a contratar com a Banca) de carência de capital e de juros e os últimos anos de reembolso de capital, vencendo-se juros à taxa Euribor a 6 meses em vigor no início do período de contagem de juros; -----

----- 11. A taxa de juro supra mencionada é *flat* no caso de cumprimento dos objectivos estabelecidos para o PMP, nos termos do disposto nos artigos 43.º, 44.º e 45.º do anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, o que no caso de Lisboa corresponde a uma redução do PMP no intervalo entre os 15% e os 25%. -----

----- A taxa pode ser majorada ou minorada com os *spreads* definidos na RCM já citada, em caso de incumprimento ou de superação daquele objectivo, respectivamente (acréscimo de 0,2% por cada ano do prazo global em o que o objectivo não tenha sido cumprido; acréscimo de 0,1% por cada ano, da 1.ª metade do prazo, em o que o objectivo não tenha sido cumprido, com aumento do PMP face ao ano anterior; dedução de 0,2% por cada ano, da 1ª metade do prazo, em que o objectivo tenha sido superado); -----

----- 12. Da análise feita ao conjunto dos financiamentos aqui em causa, incluindo o do Estado, resulta que, em qualquer dos cenários, a margem sobre a Euribor é negativa, situando-se entre -0,55% e -1,12%, sendo, portanto, esta uma operação de financiamento muito favorável em termos financeiros, permitindo, ainda, honrar compromissos junto de terceiros, num aporte que é também positivo para a saúde e dinâmica da economia local; -----

----- 13. De acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, o limite do endividamento de Médio e Longo Prazo, para 2009, é de cerca de 368 milhões de euros, conforme mapa demonstrativo da capacidade de endividamento que se anexa, como parte integrante desta Proposta, tendo o Município margem de

endividamento suficiente para a contracção deste empréstimo (que é da ordem dos 163,8 milhões de euros, considerando a receita relevante para efeitos de demarcação do limite de endividamento para 2009 e o capital em dívida dos empréstimos não excepcionados a 31/12/08), que releva para a quantificação da dívida municipal de médio e longo prazo. -----

----- TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que esta delibere autorizar, ao abrigo da alínea d) do n.º 2, do artigo 53.º do mesmo diploma: -----

----- 1. A contratação de um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, SA. e do Banco Português de Investimento, S.A., nas condições fundamentais que a seguir se identificam e que irão constar do contrato a celebrar, cuja minuta se apensa e faz parte integrante da presente proposta: -----

----- CGD: -----

----- - Montante: até 56 milhões de euros; -----

----- - Prazo: até 5 anos; -----

----- - Amortização: prestações semestrais iguais e sucessivas, postecipadas, de capital e juros; -----

----- - Taxa de Juro: taxa variável: média aritmética das EURIBOR a 6 meses/360 verificadas no mês anterior ao início de período de contagem, acrescida de um *spread* de 1,745%; -----

----- - Pagamento de Juros: em consonância com o reembolso do capital; -----

----- - Comissões: isento de comissões; -----

----- - Reembolso Antecipado: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida, sem penalizações. -----

----- BPI, SA: -----

----- - Montante: até 22 milhões de euros; -----

----- - Prazo: até 5 anos; -----

----- - Amortização: prestações semestrais (trimestrais ou anuais) de capitais e juros iguais e sucessivas; -----

----- - Taxa de Juro: Taxa variável: EURIBOR a 6 meses/360 verificada no início de cada período de contagem de juros, acrescida de um *spread* de 1,25%, sem arredondamentos; -----

----- - Pagamento de Juros: em consonância com o reembolso do capital; -----

----- - Comissões: isento de comissões; -----

----- - Reembolso Antecipado: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida, sem penalizações; -----

----- 2. A contratação de um empréstimo junto do Estado através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, nas condições fundamentais que a seguir se identificam e que irão constar do contrato a celebrar, cuja minuta se apensa e faz parte integrante da presente proposta: -----

----- - Montante: até 52 milhões de euros; -----

----- - Prazo: até 10 anos, a contar da data do Visto do Tribunal de Contas sobre o empréstimo; -----

----- - Carência de capital: Metade do prazo do empréstimo equivalente à maturidade dos empréstimos a contrair junto da Banca; -----

----- - Amortização: prestações semestrais de capital, iguais e sucessivas; -----

----- - Taxa de Juro: taxa igual a zero durante o período de carência. Durante o prazo de reembolso, a taxa será a equivalente à taxa EURIBOR a 6 meses, em vigor no início de cada período de contagem de juros. A esta taxa podem acrescer ou deduzir *spreads* em função do cumprimento dos objectivos estabelecidos para o Prazo Médio de Pagamentos do Município; -----

----- - Pagamento de Juros: os juros serão pagos semestral e postecipadamente, a 15 de Junho e a 15 de Dezembro de cada ano, com excepção da primeira prestação, cujo período de contagem começa na data de início do prazo do reembolso e termina a 15 de Junho ou a 15 de Dezembro consoante a data que estiver mais próxima daquele início de contagem; -----

----- - Reembolso Antecipado: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida, com sujeição ao pagamento de uma prestação de juros adicional, cujo valor é obtido pela aplicação da taxa de juro anual correspondente a metade da taxa base Euribor, acrescida das alterações a que tiver havido lugar em termos de majoração ou minoração da taxa base, por via da aplicação dos *spreads* resultantes do incumprimento ou superação dos objectivos relativos à redução do PMP; -----

----- - Garantia: transferências correntes e de capital do Orçamento de Estado para o mutuário. -----

----- MAPA DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO -----

1. LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL 2009 -----

(€)		
RECEITAS MUNICIPAIS	Receita cobrada Liquida (3)=(1)-(2)	Observações
TOTAL DE IMPOSTOS MUNICIPAIS*	226.874.213,02	
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	99.780.692,76	*Valores anuais, os Quais devem Corresponder aos Inscritos no formulário Receitas Municipais', Relativo a 2008 (A) (B)
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	111.800.122,59	
Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)**	11.721.728,71	
Contribuição Autárquica	1.031.338,98	
Imposto Municipal de Sisa	2.540.329,98	
DERRAMA*	78.522.247,83	
TOTAL IMPOSTOS MUNICIPAIS E DERRAMA*	305.396.460,85	
RECEITAS ARRECADADAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DAS ENTIDADES DO SEL*		

FEF + IRS (Execução de 2008)	62.729.251,00	(C)
TOTAL DE RECEITAS A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	368.125.711,85	(D) = (A) + (B) + (C)
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	368.125.711,85	(F) = 100% x (D)

----- ** Inclui o montante de receitas arrecadadas a título de Imposto Único de Circulação (IUC). -----

----- (Os anexos à proposta, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados, junto da mesma, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) ---

----- O PSD apresentou a seguinte recomendação: -----

RECOMENDAÇÃO

----- “Através da Proposta n.º 406/2009, a CML propõe à AML que aprove a contratação de empréstimos, no total de 130 milhões de euros, junto de entidades credoras e do Estado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE). -----

----- Esta proposta surge, é bom lembrá-lo, depois do Presidente da CML, Dr. António Costa, ter afirmado em público, no dia 24 de Fevereiro de 2009, no programa Dia D da SIC Notícias, que “Fizemos um esforço muito grande e conseguimos pagar as dívidas e superar essa situação. Agora estamos numa situação nova, em que felizmente este ano já temos condições de investir”. -----

----- Não se conhece, até à presente data, que o Dr. António Costa se tenha retratado, perante a opinião pública, relativamente a esta afirmação, que pelos vistos não era rigorosa. -----

----- Lembramos, também, que antes daquelas declarações, a CML presidida pelo Dr. António Costa já apresentara um plano de pagamentos, que configurava na prática mais um empréstimo, curiosamente também de 130 milhões de euros, para pagar dívidas a fornecedores, que a Assembleia Municipal de Lisboa então aprovou. -----

----- Durante a reunião em Câmara em que esta Proposta n.º 406/2009 foi debatida, e perante uma proposta inicial do Vereador das Finanças que solicitava apenas um empréstimo no valor total de 67 milhões de euros, foi por sugestão de diversos partidos ou forças da oposição na CML (que não os vereadores do PSD) que o valor aumentou para 130 milhões de euros, isto é praticamente para o dobro. -----

----- O que não deixa de causar estranheza, se considerarmos que o Vereador das Finanças é, por certo, quem melhor conhecerá as necessidades de financiamento externo do Município de Lisboa. -----

----- As dívidas que este empréstimo pretende regularizar situam-se entre os anos de 1996 e 2009 (ambos inclusive). -----

----- Mas cerca de 85 milhões de euros, cerca de 60% do montante em dívida, respeitam a dívidas assumidas entre os anos de 2007 e 2009, sendo que o PSD deixou de ter responsabilidades na Câmara a partir de 17 de Maio e que o Dr. António Costa tomou posse, como Presidente da Câmara, em 1 de Agosto de 2007. -----

----- Como é possível ao Dr. António Costa apregoar ter arrumado a casa, quando contraiu tal nível de dívidas em dois anos e pede um empréstimo de 130 milhões para as pagar? -----

----- O Grupo Municipal do PSD condiciona a viabilização desta Proposta aos esclarecimentos que a CML prestar à Assembleia Municipal de Lisboa, e que o PSD atempadamente solicitou. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe, nos termos do nº 10 do artigo 40º do Regimento, que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 30 de Junho de 2009, recomende, no caso da Proposta 406/2009 vir a ser viabilizada, que a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico acompanhe todo o processo de regularização de dívidas ao abrigo desta mesma Proposta e dos empréstimos por ela contratados junto de entidades credoras e do Estado no âmbito do PREDE.” -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico**, apresentou o Parecer que a seguir se transcreve: -----

----- PARECER -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, da Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 15 de Junho de 2009, deliberou nos seguintes termos, dar o seguinte parecer relativo à Proposta n.º 406/2009 apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa: -----

----- 1. A presente Proposta resulta da adesão do Município de Lisboa à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, publicada no DR n.º 38, I Série, de 22 de Fevereiro, que permite a regularização das dívidas dos Municípios com prazos médios de pagamento superiores a 90 dias no final do segundo trimestre de 2008. -----

----- 2. A Comissão agradece a presença do senhor Vereador Cardoso da Silva o qual se fez acompanhar por quatro dirigentes da Autarquia, tendo apresentado a Proposta, prestado esclarecimentos e todas as informações solicitadas pelos membros desta Comissão. -----

----- 3. Na apresentação da Proposta, o Senhor Vereador apresentou e forneceu aos elementos desta Comissão um dossier contendo toda a documentação relativa à proposta em causa, nomeadamente: listagem das dívidas a fornecedores abrangidas, minuta do contrato, despacho do Ministério das Finanças e as propostas dos bancos. ---

----- 4. A Comissão alerta para o facto de que a proposta em causa seria mais esclarecedora se incluísse mapas contendo demonstrações de resultados e balanços (ambos de carácter previsional) para o período do empréstimo. -----

----- 5. Após a análise da presente Proposta, esta Comissão entende que a mesma se encontra em condições de ser discutida e votada em sessão plenária da Assembleia Municipal de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação da proposta, **(a gravação da reunião começa exactamente neste ponto)** -----

----- ... o valor que estava na conta de fornecedores, quando concorreram ao programa, para um máximo de 170 milhões, e depois ele próprio levava à Câmara uma

proposta com menos de 130 milhões, que praticamente a única coisa que continha era os planos de pagamento feitos no tempo do Dr. Fontão de Carvalho. -----

----- Mas desejava dizer que, independentemente da opinião técnica da Inspeção-Geral de Finanças, com a qual não estava de acordo, considerava que a solução encontrada nesse momento foi benéfica para a Câmara, porque substituíra facturas estendidas no tempo com juros de mora de 11%, por uma taxa de juro comercial. -----

----- Portanto, era esse o montante mais a dívida que tinham com a Caixa Geral de Depósitos para pagar o empréstimo da Rua do Ouro, que, como sabiam, era essencial para viabilizarem a operação do MUDE, que seria pago com uma permuta mais a entrega da parte que iam receber do Palácio de Santa Catarina, em relação ao qual a Câmara estava em discussão no tribunal mas era muito natural que chegassem a um acordo. Ou seja, iam devolver o palácio à entidade sobre a qual exerceram, eventualmente bem ou mal, o direito de preferência, e com essa verba pagavam à Caixa Geral de Depósitos o prédio da Rua do Ouro e com o prédio da Rua do Ouro pagavam o MUDE. -----

----- E havia também uma verba que era para pagar ao consórcio do Túnel do Marquês. Pensava não cometer inconfidência nenhuma se dissesse que há seis meses a esta parte tem negociado a solução do pagamento da Túnel do Marquês. As conversações não têm sido fáceis porque houve um tribunal arbitral que decidira de uma maneira que o Executivo entendera que não era completamente aceitável, estavam nessa discussão mas ela ainda não estava encerrada. -----

----- E agora perguntavam-lhe, e bem: “por que é que o Senhor levou só sessenta e tal milhões e não cento e trinta?” Porque essas eram as dívidas inequívocas na altura, aquelas que seriam insusceptíveis de qualquer discussão política. -----

----- Disse que os Senhores Vereadores da oposição, basicamente dos “Cidadãos por Lisboa”, “Cidadãos com Carmona” e do PCP perguntaram-lhe por que não aproveitava até aos 130 milhões, e de facto não tinha nenhum argumento técnico ou lógico a não ser uma consideração eventual de natureza política. E o PCP até fizera um comentário que em que disse que tinha muito mais sentido fazer essa operação do que continuar com os acordos de pagamento, porque esses tinham taxas superiores a esta operação. -----

----- Era óbvio que também tinha que dizer que os fornecedores não estavam à espera que decidissem, porque aquela autorização que lhe deram tem sido muito útil e tem sido utilizada com muita parcimónia, de tal modo que desde que o autorizaram a fazer empréstimos a 3% estavam em negociações com três acordos de pagamento a taxas de 2%. -----

----- Sobre as consequências para a Câmara Municipal de Lisboa com a aprovação deste empréstimo, disse que, na sua opinião, era uma excelente operação, desde logo porque, formalmente, iriam ficar com um prazo de pagamento a menos de 30 dias, e dizia formalmente porque havia facturas que não podiam pagar porque não estavam correctas. Por exemplo, ia levar à Câmara uma operação para pagar até aos montantes de cinco mil euros com um procedimento muito rápido, mas era óbvio que quando uma despesa não era correctamente feita só poderiam pagar em acordo judicial. -----

----- Portanto, a vantagem que este empréstimo tinha era uma maneira alternativa de fazerem o saneamento financeiro. Como dizia a Direcção Geral do Tesouro nas respectivas Normas não estavam a aumentar o endividamento líquido, mas estavam, sim, a substituir dívida de curto prazo por dívida de médio e longo prazo. Nos primeiros cinco anos a taxa era zero, tinham que pagar todo o empréstimo dos bancos e depois o empréstimo ao Estado nos últimos cinco anos. E se continuassem com as poupanças que estavam a fazer ainda seriam bonificados nos últimos cinco anos, porque, como sabiam, conseguiram reduzir, apesar de tudo, o prazo de pagamento em 190 dias. Se fizessem isso reduziam imenso e depois, porque tinha confiança na democracia, acreditava que os futuros Executivos fariam despesas inferiores às receitas. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que lhe parecia que agora já tinham restabelecidas as condições auditivas normais, pelos acenos que ia vendo, via que sim. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por lamentar que tendo em conta a importância das agendas, quer desta reunião, quer da reunião passada, o Sr. Presidente da Câmara, com certeza por razões ponderáveis, não ter podido acompanhar a Assembleia na discussão de questões que pelo menos a Câmara considerava fundamentais e estruturais para a Cidade de Lisboa. Assinalavam essa não presença, acreditando que ela não revelava desinteresse pelo sucesso ou insucesso das propostas que a Câmara lhes apresentava, mas com certeza por razões muito ponderosos que impediam o Sr. Presidente de, conjuntamente com os Senhores Vereadores, estar ali a defender propostas que eram importantes, algumas controversas, para a Cidade de Lisboa. -----

----- Depois assinalava também o facto de há uma semana já poderem ter discutido, e porventura votado, a proposta 406/2009, ora em discussão, na medida em que havia tempo para a debaterem, havia disponibilidade da parte do PSD para o fazerem, mas houve uma maioria, com toda a legitimidade política com certeza, de forças políticas que não Deputados Municipais, que entendera que não deveria ser nessa altura discutida essa proposta, portanto deveriam aguardar mais uma semana para a sua discussão. -----

----- Passando à proposta 406/2009 em concreto, disse que, através dela, a Câmara propunha à Assembleia Municipal que aprovasse a contratação de empréstimos no total de 130 milhões de euros, junto de entidades credoras e do Estado, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado, o chamado PREDE, e que esta proposta surgia, convinha lembrar a todos, depois do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, ter afirmado, publicamente, no dia 24 de Fevereiro deste ano, no programa “Dia D” da SIC-Notícias, que, citou: -----

----- “Fizemos um esforço muito grande e conseguimos pagar as dívidas e superar essa situação. Agora estamos numa situação nova em que, felizmente, este ano já estamos em condições de investir”. -----

----- Disse que não se conhecia até à presente data, e não conheceriam hoje dada a ausência do Sr. Presidente, que o Dr. António Costa se tivesse retratado, perante a

opinião pública, relativamente a essa afirmação que, pelos vistos como se comprovava por este empréstimo, era tudo, tudo menos rigorosa. -----

----- Lembrou também que, antes dessas declarações, a Câmara Municipal de Lisboa, presidida pelo Dr. António Costa, já apresentara um plano de pagamentos, que na prática configurava mais um empréstimo, curiosamente também de 130 milhões de euros, para pagar dívidas a fornecedores que a Assembleia Municipal de Lisboa então aprovara. -----

----- Referiu que durante a reunião de Câmara em que a proposta 406/2009 foi debatida, e perante uma proposta inicial do Vereador das Finanças que solicitava apenas um empréstimo no valor total de 67 milhões de euros, foi por sugestão de diversos partidos da oposição, que não dos Vereadores do PSD, que o valor aumentara para 130 milhões de euros, ou seja, praticamente para o dobro, o que não deixava de causar estranheza se considerassem que o Vereador das Finanças era, por certo e não tinham sobre isso dúvidas nenhuma, quem melhor conheceria as necessidades de financiamento externo do Município de Lisboa. -----

----- Qual a explicação para essa súbita cedência a tais sugestões para aumentar o endividamento do Município, quando o Executivo, em áreas fundamentais da vida da cidade, nunca ouvia a oposição? Mistérios que alguém poderia esclarecer, ou não! ----

----- Disse que as dívidas que este empréstimo pretendia regularizar se situavam entre os anos 1996 e 2009, ambos os anos inclusive. Cerca de 73 milhões de euros, ou seja mais de 50% do montante em dívida respeitavam a dívidas contraídas a partir de 1 de Agosto de 2007, data da posse do Dr. António Costa como Presidente da Câmara, portanto da sua inteira, total e completa responsabilidade. -----

----- Como era possível ao Dr. António Costa apregoar ter arrumado a casa, quando contraíra tal nível de dívidas em dois anos e pedia um empréstimo de 130 milhões de euros para as pagar? Que casa alguém considerava estar arrumada quando tinha que ir pedir ao vizinho para lhe emprestar dinheiro, no montante de 130 milhões de euros, para pagar dívidas que contraíra em dois anos? -----

----- Referiu que desses 73 milhões de euros de dívidas, contraídas desde o dia 1 de Agosto de 2007, mais de 33 milhões foram contraídos só nos primeiros três meses de 2009, o que significava que a continuar este ritmo galopante de endividamento da Câmara presidida pelo Dr. António Costa, chegariam ao final do seu mandato, em Outubro de 2009, com mais de 100 milhões de euros de dívidas. Isto era ter a casa arrumada? E dívidas respeitantes a pagamentos de quê? Gastos em quê, em que obra? Para melhorar a cidade de certeza não fora, como se podia comprovar por quem andava na cidade e pela opinião insuspeita dos cidadãos de Lisboa. E conviria dizer também que desses 73 milhões de euros contraídos desde Agosto de 2007, mais de metade, ou seja, 42 milhões de euros, respeitavam a serviços e 31 milhões a empreitadas. -----

----- E pese embora o Grupo Municipal do PSD tivesse pedido, em 19 de Junho, e depois reforçado o mesmo pedido em 26 do mesmo mês, a desagregação completa de tais valores para que se percebesse quais as empreitadas em concreto e quais os

serviços prestados, a Câmara não foi capaz de responder, alegando a quantidade de documentos que teria de consultar. -----

----- Ora, das duas uma: ou a Câmara não tinha capacidade para de forma fácil e rápida saber, em concreto, em que era que gastava o seu Orçamento, e a casa então estava muito mais desarrumada do que devia e daquilo que o Dr. António Costa apregoava, ou então sabia e não queria dizer, o que configuraria – o que não acreditavam – um grande impedimento ao esclarecimento e ao exercício da fiscalização política que a Assembleia Municipal, por força de Lei, devia fazer sobre a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Uma coisa era certa: na incerteza em que assim ficavam, isto é, na ausência de conhecimento sobre as razões que, em concreto, deram azo a tal volume de dívida nesses dois anos, 73 milhões de euros, restava-lhe olhar para a sua repartição pelas duas grandes áreas: a das empreitadas e a da aquisição de serviços. E aí todos teriam de concluir, sem hesitações, que predominavam os gastos na aquisição de serviços, área onde, por acaso, se inscreviam as despesas com campanhas publicitárias. -----

----- Continuando, pediu que lhe permitissem que, em matéria de dívidas, respondesse ao Deputado Municipal Miguel Coelho, líder da bancada do PS, que no início da semana tentara enganar, de novo, os lisboetas com a requentada e já apodrecida teoria das dívidas da Câmara presidida pelo Dr. Santana Lopes, mesmo depois do Tribunal de Contas ter chumbado essa teoria quando chumbara o Plano de Saneamento Financeiro apresentado pelo Dr. António Costa com base nessa fundamentação. E insistindo mesmo depois do seu Vereador das Finanças ter declarado na Assembleia Municipal que as dívidas registadas nesse mandato tinham sido contraídas em mandatos anteriores. E insistindo, ainda, mesmo depois de ser claro para todos que a diferença entre as dívidas recebidas e deixadas pelo Dr. Santana Lopes resultara de dívidas do Dr. João Soares: Parque Expo, 155 milhões de euros; despesas não contabilizadas, 34 milhões de euros; SIMTEJO, 55 milhões de euros; Casal Ventoso, 40 milhões de euros; PER, 185 milhões de euros; empréstimos contraídos no final do ano de 2001, final de mandato, 80 milhões de euros; o que dava um total, que deveria envergonhar o PS, de 449 milhões de euros. -----

----- Disse que o Grupo Municipal do PSD tem defendido sempre uma política de verdade nessa matéria, e todas as forças políticas deviam também assumir as suas responsabilidades quando as tiveram na gestão camarária. E diziam dali ao PS que não era por repetir sempre a mesma mentira que ela se tornaria realidade. -----

----- Por fim, disse que em relação a este empréstimo, depois das intervenções que se seguiriam de companheiros seus e daquilo que fosse o debate e as conclusões que o PSD tirasse desse mesmo debate, definiriam a forma como iriam votar esta proposta. -

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, em interpelação à Mesa, disse que apenas pretendia rectificar uma afirmação, que não era verdadeira, do Deputado Municipal Saldanha Serra. É que a Sessão não foi suspensa na semana passada por oposição de uma maioria, porque maioria absoluta tinha-a o PSD e usava-a bastantes vezes mal, mas sim porque, após uma intervenção do BE, houve uma

decisão do Sr. Presidente em exercício que suspendera a Sessão. Portanto, não foi a dita maioria, foi uma decisão da Mesa, que acataram. -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu dizendo que a questão da suspensão tinha a ver com a falta de *quorum*, portanto não estavam em condições de funcionar. Era evidente que se falara aos Senhores líderes, mas entretanto a Assembleia ficara sem *quorum*. ---

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por dizer que também queria confirmar aquilo que disse o Deputado Municipal Modesto Navarro em relação à versão sobre a interrupção dos trabalhos na semana passada. De facto, o PSD, depois do Sr. Presidente em exercício anunciar que os trabalhos se encerrariam porque faltava meia hora para terminar e o ponto a seguir era um ponto de debate porventura alargado, manifestara disponibilidade de continuar para aproveitar a meia hora, e imediatamente o BE pediu a palavra dizendo que não havia condições, não havendo até *quorum*, e, nesse sentido, o Sr. Presidente em exercício entendera, e muito bem, não continuar com a reunião. -----

----- Seguidamente, disse que bem sabia que era penoso para o PSD falar sobre as dívidas da Câmara e falar sobre as suas responsabilidades na Câmara Municipal de Lisboa, e, por isso, desesperadamente, a dois meses das eleições, tentava escamotear as suas responsabilidades e tentava construir uma teoria de engenharia financeira procurando atirar para os outros as suas próprias responsabilidades. -----

----- Reparasse-se na confusão a que se chegara. O PSD resolvera agora ali invocar o Tribunal de Contas em relação ao pedido de empréstimo feito pela Câmara Municipal neste exercício de mandato. Era verdade que o Tribunal de Contas rejeitara o pedido de empréstimo solicitado pelo Executivo liderado pelo Dr. António Costa. Mas não podiam achar que o Tribunal de Contas era bom para umas coisas e mau para outras, pelo que recordava que o Tribunal de Contas não aceitara, rejeitara, chumbara isso sim, as contas do exercício de gestão de 2003, 2004 e 2005. Isso é que rejeitara de facto! -----

----- Portanto, o PSD quando invocava uma determinada entidade teria que a invocar no seu todo, porque a verdade era que as contas do PSD na gestão da Câmara Municipal de Lisboa, e em particular da responsabilidade do Dr. Santana Lopes, foram rejeitadas pelo Tribunal de Contas. Esta era a primeira verdade. -----

----- A segunda verdade que pretendia dizer, era que no delírio dessa teoria imaginativa, dessa teoria de engenharia financeira que o PSD tentava agora criar para dizer que a dívida não era sua mas que já vinha de trás e que o Dr. João Soares é que era o culpado, havia coisas que era importante relembrar e realçar, a primeira das quais tinha a ver com a dívida à Parque Expo, em relação à qual o PSD se esquecia que essa dívida só foi incorporada em 2005 e o Dr. Santana Lopes insistia um justificar o passivo de 2004 com uma dívida que ainda nem sequer estava contabilizada. Isso sim é que era engenharia financeira. Isso é que era procurar sacudir a água do capote, usando artifícios ainda por cima mal construídos. -----

----- E aquilo que de facto recordavam dessa gestão, era que foi uma gestão de despesismo, uma gestão de irresponsabilidade. Aliás, costumava lembrar, como paradigma, a situação da recuperação do Parque Mayer onde se conseguira gastar

meio milhão de contos e nem um tijolo lá ficara colocado. Esse foi o timbre dessa gestão, uma gestão que deixara uma herança ainda de mais cerca de 400 prestadores de serviços em relação ao que acontecia anteriormente. -----

----- Portanto, achavam que nestas questões o seu a seu dono. Este Executivo estava a tentar resolver toda essa herança que herdara, e este pedido de empréstimo, que esperava que o PSD viabilizasse, não visava aumentar o endividamento da Câmara mas sim pagar as dívidas que foram herdadas anteriormente. Essa é que era a questão, e o PSD, naturalmente, seria confrontado com a votação que tivesse nesta proposta, como também consoante as votações que tivesse nas propostas a seguir. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que para si o caso estava concluído depois da Sra. Presidente falar, mas como o Deputado Municipal Miguel Coelho insistira numa teoria, aliás contraditória com a questão que a Mesa ali colocara porque se fosse uma questão de *quorum* nem sequer teriam passado à votação de uma proposta. -----

----- Aquilo que efectivamente se passara foi que o Sr. Presidente em exercício colocara a possibilidade de se alterar a Ordem de Trabalhos pelo facto do tempo parecer ser escasso para discutir a questão dois empréstimos que estavam em causa, e, nesse sentido, foi aceite alterar a Ordem de Trabalhos. -----

----- Chegaram ao ponto de ter votado essa proposta, referente às molas para as viaturas municipais, e faltava uma hora para acabar a reunião considerando que ela começara pelas 15:30 horas devido ao atraso para a recepção à Prefeita do Natal. Eram 19:30 horas e o PSD, em interpelação à Mesa, propusera que a Assembleia pudesse continuar por mais uma hora considerando que este empréstimo tinha que ir ao Tribunal de Contas, e ninguém suscitara nenhuma a questão do *quorum*. -----

----- Imediatamente o Deputado Municipal Heitor de Sousa suscitara a questão, sim, do tempo que havia para discutir e não se discutir à pressa. E quem da bancada, sem usar da palavra, suscitara uma questão de que iria exigir a contagem de *quorum*, foi o Deputado Municipal Modesto Navarro. A Mesa nunca falara, formalmente, em questão de *quorum*, o Deputado Municipal Modesto Navarro falara informalmente para a geral, e aquilo que foi decidido, não havendo consenso dos Grupos Municipais, foi não continuar a reunião. -----

----- Agora, essas coisas tinham que ser contadas como se passaram. -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário**, que na altura em que esta questão se passara na última reunião estava a presidir aos trabalhos, disse que lhe competia a si esclarecer o assunto. De facto, não referira que não havia *quorum*, mas contara e efectivamente não havia *quorum*. E nessas condições começar a discussão de um ponto desta natureza, que nesta altura já leva meia hora de discussão, com um *quorum* que às vezes era relativo, na altura faltava um Deputado Municipal que, enfim, até poderia estar lá fora, nessas circunstâncias, não havendo consenso de todas as bancadas, considerara que isso não dignificava a Assembleia e prejudicava a discussão de um ponto como este. -----

----- Portanto, mantinha a responsabilidade de ter suspendido a discussão, e não estava nada arrependido. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, disse que a três meses das eleições, a Assembleia Municipal de Lisboa ia apreciar duas propostas de empréstimos, de facto muito importantes para o Município, mas que só iriam produzir efeitos no próximo mandato. -----

----- A responsabilidade que a Assembleia iria assumir, dado o elevado montante dos empréstimos, que ascendiam a 250 milhões de euros, aconselhava a que a decisão fosse precedida de uma reflexão sobre o endividamento da Câmara, em face da grave crise financeira que atravessava. -----

----- Como sabiam, nos anos noventa foram realizadas grandes obras estruturais, que escusava de referir, que modernizaram Lisboa, e, naturalmente, para realizar essas obras o Município tivera que se endividar. Era um facto. No entanto, eram dívidas de médio e longo prazo que não punham em causa o equilíbrio financeiro da Câmara. ----

----- Mas em 2007, seis anos depois, a situação era bem diferente, porque a gestão de Santana Lopes deixara a Câmara numa grave crise financeira, à beira da rotura. -----

----- Disse que não ia entrar em controvérsia com o Deputado Municipal Saldanha Serra, que tinha como uma pessoa rigorosa, mas os números que citara não eram inteiramente rigorosos. Contudo, poderiam depois confrontá-los. -----

----- As dívidas a fornecedores subiram para 360 milhões de euros e o passivo para cerca de 1.500 milhões. Porquê esse descalabro e para onde foi esse dinheiro, já que não foram feitas obras estruturais com impacto na cidade, com excepção do Túnel do Marquês. Nem sequer foram concluídas as chamadas mega-empregadas na área da reabilitação urbana, lançadas em 2003 mas que se encontravam ainda paradas e iriam ser objecto de financiamento através da proposta 312/2009, que apreciariam a seguir. -

----- Referiu que a causa foi o desvario de Santana Lopes que provocara o desnorte da gestão do PSD, e para que não restassem dúvidas era o próprio Tribunal de Contas que o afirmava, já que, segundo esse órgão, citou: “só num ano, entre 2003 e 2004, as dívidas de curto prazo a fornecedores aumentaram 134%”. E mais recentemente, o Tribunal de Contas chumbara as contas da Câmara de 2005 devido a irregularidades, esclarecendo, citou: “que o ano de 2005 contribuiu em grande escala para o aumento da dívida da autarquia”, e concluía, citou de novo: “que a utilização da capacidade de endividamento da Câmara passara de 146%, em 2004, para 211% no ano seguinte”. ---

----- Prosseguindo, disse que em 2007 o PS passara a assumir a gestão da Câmara, e o Sr. Presidente, para resolver a crise, parecia ter encontrado o “Ovo de Colombo” com o Plano de Saneamento Financeiro. Mas falhara, e não foi por culpa do PCP, que até concordava com o empréstimo mas discordara por completo do Plano. No entanto, o Tribunal de Contas chumbara-o porque estava mal elaborado, não tendo qualquer credibilidade. -----

----- Entretanto, a Câmara tomara várias medidas, algumas das quais o PCP apoiara, mas que foram meros balões de oxigénio e serviram apenas para tapar buracos e sair da asfixia em que o Município de encontrava, através do acordos de pagamento com os fornecedores, os quais ascenderam a 112 milhões de euros. E vinha hoje a Câmara apresentar a proposta 406/2009, que constituía uma operação de pagamento de 130 milhões de euros de dívidas de curto prazo, no âmbito do PREDE. -----

----- Disse que até agora a Câmara não resolvera a crise financeira do Município como o Sr. Presidente vinha afirmando publicamente. Apenas tivera o mérito de acabar com os problemas de tesouraria e pôr ordem nas contas, o que foi positivo, e o que efectivamente fizera, e hoje queria voltar a fazer, foi tão só que as dívidas fossem diferidas no tempo. Mas elas mantinham-se, assim como o passivo. -----

----- Por isso, impunha-se uma pergunta. Quem era que ia pagar a factura no futuro? Fundamentalmente os lisboetas! Mas como? Esperavam que não fosse através do aumento dos impostos e das taxas mais do que já estavam. -----

----- Continuando, disse que o PCP concordava que se utilizasse este empréstimo através do PREDE, mas o processo de implementação e a forma como foi conduzido pela Câmara suscitava-lhes algumas dúvidas e até apreensões. A primeira proposta era de 67 milhões de euros, depois o seu montante foi sucessivamente aumentado até atingir 130 milhões, através da inscrição de novas listagens de fornecedores, cuja soma ascendia a 103,8 milhões de euros, em particular as que se reportavam a 2009, no montante de 36 milhões, sem que se vislumbrasse, de forma clara, a sua inclusão, apesar do Sr. Vereador já ter referido algumas das razões pelas quais isso acontecia. --

----- Mas, de facto, como o Deputado Municipal Saldanha Serra focara, parte dessas dívidas de curto prazo foram contraídas pelo actual Executivo, era preciso que chamassem a atenção para isso. -----

----- No entanto, não bastava contrair empréstimos. Antes de aprovarem a proposta em debate, não podiam deixar de se debruçar sobre os custos financeiros que ela acarretava ao longo do tempo, e reportando-se apenas aos 78 milhões de euros do empréstimo contraído junto dos bancos, excluindo, portanto, os 52 milhões da parte do Estado, esses encargos seriam superiores a 16 milhões de euros ao longo dos próximos cinco anos. -----

----- Mas em 2008, de acordo com o Relatório de Gestão, os encargos financeiros da Câmara já atingiram 56 milhões de euros, e em 2010, se este empréstimo for aprovado, previa-se que os custos do serviço da dívida e as amortizações, fossem superiores a 110 milhões de euros, ou seja, mais de um quinto das receitas estruturais da Câmara. -----

----- Assim, perante essa situação, o Executivo PS deveria dizer-lhes que projecto tinha para que a Câmara conseguisse garantir as necessidades de investimento na cidade, e ao mesmo tempo fazer face aos custos financeiros do serviço da dívida. -----

----- Disse que o PCP já por mais que uma vez chamara a atenção para essa questão, fazendo referência na Assembleia Municipal a um conjunto de medidas que deveriam ser tomadas, algumas das quais não dependiam apenas da Câmara mas igualmente do Governo, que considerava importantes para assegurar a sustentabilidade financeira do Município. Não as ia repetir agora, mas se quisessem podia repeti-las. -----

----- Por isso, impunha-se que a Câmara, antes de submeter esta proposta à Assembleia, tivesse elaborado um plano estratégico previsional dos recursos patrimoniais e financeiros do Município, actualmente disponíveis e a afectar futuramente, necessários para o desenvolvimento sustentável da cidade, num horizonte temporal dos próximos dez anos, tendo em conta os encargos da dívida. -----

----- Referiu, ainda, que o PCP não punha em causa a necessidade do Município contrair este empréstimo, porque ele era vantajoso para as finanças da Câmara, assim como era importante para a vida dos fornecedores, pelo que, embora colocando as reservas a que atrás fizera referência, dava o benefício da dúvida à Câmara e iria abster-se na votação. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que bem sabia que estavam em vésperas de campanha eleitoral e, portanto, através dos tremoços podiam fazer um discurso político porque era campanha eleitoral. -----

----- Mas como dizia alguém há pouco, o que estavam a discutir era tão simples como isto: a Câmara tinha dívidas para pagar a fornecedores, e era normal na gestão de qualquer empresa pegar numa dívida de curto prazo e transformá-la em dívida de médio ou longo prazo como forma de reestruturação, pelo que não via qual o problema que daí pudesse advir. -----

----- Por isso, a opinião do BE era que esta proposta era importante. Falara-se ali já de muita coisa, números novos e números antigos, de qual era o sentido que tudo isso tinha, mas a primeira coisa que era importante dizer era que se a Câmara para pagar aos fornecedores, às empresas do concelho de Lisboa ou até do Distrito, precisava de transformar essa dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, o que precisavam de dizer era que esta proposta era importante para a cidade e para os trabalhadores da cidade. -----

----- A Câmara não podia ser uma entidade, como tem sido ao longo de muitos anos, que descapitalizava as empresas, que levava as micro, pequenas e médias empresas à falência. Achava graça que muitos dos partidos que ali estavam eram os primeiros a erguer a bandeira das pequenas e médias empresas, mas depois, quando se tratava de lhes pagar, esqueciam-se de falar ali disso. E podiam começar a discutir quais eram as dívidas anteriores, podiam falar disso! -----

----- Recordou que o BE já ali referira várias vezes que a Câmara Municipal de Lisboa era o maior agente comercial dos escandalosos lucros que a banca tinha, porque as micro, pequenas e médias empresas, como não recebiam e não eram ressarcidas dos seus trabalhos em 22 dias úteis, como dizia a Comissão Europeia, obviamente eram obrigadas a ir pedir empréstimos, letras ou contas caucionadas, contribuindo, assim, para o escândalo que era, num País em crise, a banca ter um milhão de euros de lucro por dia. -----

----- Portanto, não valia a pena que ali fossem falar de contabilidade de merceeiro. Pessoalmente não estava habituado, e o Dr. Saldanha Serra seguramente tinha uma capacidade de análise económica superior àquela que, por exemplo, a sua mãe tinha em casa, em que guardava um dinheiro num sítio para uma coisa e noutra sítio para outra. Não podia ser assim. A Câmara tinha uma contabilidade geral e, naturalmente, se andara a pagar as dívidas que o PSD deixara há não sabia quanto tempo atrás, não pudera pagar as que fizera agora. -----

----- Só para dar um exemplo, perguntava quantos jardins havia em Lisboa por acabar, do Pelouro do Sr. Vereador Sá Fernandes, emparedados há anos? Sabiam que quando foram contactar essas empresas dos jardins, que pararam as obras porque não se lhe

pagava, o que foi que constataram? Que em cada dez empresas quatro tinham falido porque não tinham dinheiro para pagar os materiais, mão-de-obra, seguros, etc., porque a Câmara não lhes pagara nada. Três dessas empresas disseram que nem que lhes pagassem agora não acabavam as obras, não trabalhavam mais para a Câmara, e apenas algumas outras aceitaram pagando-se o que se lhes devia. Só que para se pagar isso não se podia pagar a despesa que se contraía no mesmo momento, porque o dinheiro era só um, e, além disso, não tiveram o empréstimo estruturante. Portanto, era preciso que se falasse das coisas com justiça e com globalidade. -----

----- E também não valia a pena ali falar de que uns deviam isto e outros deviam aquilo, não valia a pena tentar transformar gato em lebre porque gato era gato e lebre era lebre. Era verdade que o Dr. João Soares deixara uma dívida grande, cerca de 800 milhões de euros, mas também era verdade que deixara de 60.000 fogos construídos como património da Câmara, portanto tinha passivo de um lado e tinha activo do outro. Agora, os 400 milhões de euros de dívidas que o PSD deixara em quatro anos é que gostavam de saber onde era que estava o activo! Sabia onde estava um, e tinha sentido, era o Jardim do Arco do Cego e tinha um túnel, mas para um jardim e um túnel que era o que conheciam do mandato do Dr. Santana Lopes em termos de construção, tinham 400 milhões de euros a aumentar uma dívida. -----

----- Portanto, gastar era uma coisa, investir nas questões sociais da cidade como foi acabar com o PER nessa altura, era uma bandeira justa, séria e útil para a qualidade de vida dos cidadãos que viviam em barracas na cidade. -----

----- A um aparte, respondeu: “O Sr. Deputado quando veio intervir falou do Tribunal de Contas, e diz o ditado português que ‘pela boca morre o peixe’. É que se vamos falar do Tribunal de Contas vamos ver o que é que ele disse quando analisou as contas! O meu colega ali do PCP já deu exemplos com clareza e não vale a pena repetir. Aquele Tribunal de Contas que o Senhor aqui citou é o mesmo que diz que entre 2003 e 2004 a dívida a curto prazo subiu 134%”. -----

----- Depois, continuando, disse que se fossem falar da taxa de endividamento da Câmara, era um facto que nos últimos anos passara de 146% para 220%. E não era o BE que dizia como também não era o Executivo, era o Tribunal de Contas que referia esses números. Portanto, o sentido da intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra era esconder esta realidade. -----

----- A terminar, disse que do ponto de vista do BE a realidade era simples. Havia uma dívida que era preciso pagar aos fornecedores, e eram defensores que se pagasse de imediato às micro, pequenas e médias empresas, porque a Câmara não podia continuar a ser o agente comercial da banca ao obrigar as empresas a irem lá buscar dinheiro porque não lhes pagava. Por isso, estavam de acordo com este empréstimo e iriam votar a favor. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS-PP tem, desde há largos anos, criticado aquilo que era alguma cegueira em relação à verdadeira situação da Câmara. Continuavam a insistir que a Câmara Municipal tinha um problema estrutural, a sua situação económica era má, não gerava

os excedentes necessários ao investimento, mas não se iria alongar muito mais sobre essa questão. -----

----- Portanto, o entendimento do CDS-PP era que antes de estarem sistematicamente a recorrer a essa notável facilidade que era a Câmara Municipal de Lisboa endividarem-se, deveriam, já há muito tempo, ter recorrido a instrumentos de gestão que lhes permitissem um melhor aproveitamento dos recursos da Câmara. -----

----- Disse que não se iria estender muito sobre isso porque já falaram vastamente sobre essa questão na discussão dos vários orçamentos e relatórios de actividades e contas de gerência da Câmara, como também já não iria falar muito sobre a história do passivo, a quem pertencia, quem era o dono do passivo, etc. Isto porque, a questão fundamental era que a lógica, o paradigma do funcionamento da Câmara Municipal, era precisamente que todos recorressem, de forma irresponsável, não tinha outra palavra, ao endividamento. -----

----- Era óbvio que nem todo o endividamento era irresponsável, porque quando ali falavam do PER era óbvio que o PER foi uma medida fundamental para os cidadãos de Lisboa, como, aliás, em todo o País. Mas também era óbvio que o passivo da coligação de esquerda não tinha apenas a ver com o PER, como aliás se demonstrara, quer até 2001, mesmo com as contas mal fechadas desse ano, quer posteriormente quando as contas de 2001 foram devidamente fechadas. E não estava a falar apenas da Câmara Municipal, estava também a falar das empresas municipais onde também as surpresas, durante o ano de 2002, pulularam quando as auditorias nelas foram executadas e surgiam milhão e meio daqui, 35 milhões dacolá, etc. -----

----- Portanto, era melhor que deixassem essa guerra dos passivos, porque ela, de facto, tinha a ver com o paradigma que os Executivos, todos sem excepção, implementaram na Câmara Municipal de Lisboa, porque era fácil endividarem-se, houvesse obra boa para fazer ou não, o dinheiro não era problema, atiravam-se empréstimos sobre os problemas. E era esse o paradigma que tinha que mudar. -----

----- Referindo-se concretamente à proposta em discussão, disse que, respondendo de certa forma a alguns comentário que o Deputado Municipal Carlos Marques fizera, não era boa política reformular o passivo a fornecedores pura e simplesmente. Neste caso, infelizmente, iria ter que ser porque era verdade que houve alguma irresponsabilidade na gestão do passivo a fornecedores nos Executivos anteriores. E porquê? Porque num dado momento foi interrompido o paradigma de ir à banca buscar dinheiro, que era o que se fazia, porque o Ministério das Finanças fechara a torneira. Enfim, mal ou bem não interessava porque não era essa a questão que ia levantar, mas fechara a torneira! -----

----- E então, como não era possível recorrer à banca que era aquilo que toda a gente fazia desde há largos e largos anos, ficaram a arder os fornecedores. Era muito simples, não tinha nada que saber, e de facto foi isso que aconteceu. -----

----- Portanto, de certa forma até concordava, no fundamental, que em relação a essa questão das dívidas a fornecedores que resultaram, em última análise, da impossibilidade de recorrer, como era tradicional, ao financiamento bancário, em relação a esse de facto o que se estava a falar era um pouco isso, ou seja, se não tinha

acontecido o facto do Ministério das Finanças dizer que não havia empréstimos bancários, o que teria acontecido era, como no passado, mais empréstimos bancários. E de certa forma era isso que se estava ali a tratar numa parcela do problema. -----

----- Agora, foram ali levantadas questões relevantes como, por exemplo, perceber como era que neste programa estavam incluídos valores significativos de facturas do actual Executivo. Ora bem, o actual Executivo dissera que não, que estava a arrumar a casa e com ele não aconteceriam dessas coisas como fazer dos fornecedores a banca. Mas, pelos vistos, parecia que não era bem assim, porque havia “n” facturas por pagar, segundo lhe parecia pelas análises que foram sendo feitas. E se era assim, de facto esses valores deveriam ter sido pagos pela exploração, uma vez que se presumia que eram valores associados à exploração, em investimento não deveriam ser porque o investimento neste meio mandato não foi propriamente relevante, e, portanto, estariam provavelmente de despesas de exploração, despesas de serviço, despesas normais. E, obviamente, deveriam ser pagas pela exploração, pelas despesas correntes, etc. -----

----- Por isso, recorrer agora a um endividamento de médio e longo prazo para pagar despesas que deveriam ter sido pagas no curto prazo, era claramente chutar despesas para diante, ou seja, era fazer aquilo de que agora crucificavam os anteriores Executivos, entre 2001 e 2007, de ter feito e que era verdade. Mas então estavam a repetir exactamente a mesma receita, e isso não abonava nada em favor daquilo que era arrumar a casa, contas em dia, privilegiar as pequenas e média empresas, etc. Essa conversa não pegava. -----

----- Disse, ainda, que não votariam favoravelmente a proposta, e a dúvida que neste momento tinham era entre a abstenção e o voto contra, porque de facto tinham esta dualidade, uma parte do programa que lhe parecia inevitável, não dizia que era bom porque o considerava mau na perspectiva que o estava a analisar, e não estava a analisar este Executivo contra o Executivo anterior mas sim a analisar o comportamento da Câmara Municipal como entidade. Portanto não iria nunca dizer que uma solução deste tipo era boa porque estava a tratar de um problema que de facto resultava de erros de gestão. Mas se o Estado, a seu ver mal, proporcionava à Câmara este programa, então que se aproveitasse para corrigir erros do passado. -----

----- Prossequindo, referiu que, na parte final, a proposta apresentava um quadro que tratava o limite do endividamento, e que revelava claramente que se mantinha um paradigma completamente errado em relação à gestão das Finanças Locais e em relação à gestão das Câmaras Municipais, que era muito simples. A capacidade de endividamento ali calculada tinha apenas em conta as receitas, e nem sequer eram todas, e de facto era um erro monumental calcular a capacidade de endividamento de uma qualquer entidade, baseando-se exclusivamente nas suas receitas e desprezando totalmente a sua estrutura de custos. Era um disparate monumental, não tinha outro nome, e viesse qualquer ministro dizer-lhe o contrário, porque daí não saía. Era um disparate atrás do qual as Câmaras iriam correr e mais uma vez enterrar-se até ao pescoço em dívidas e numa gestão incomportável. -----

----- Portanto, as Câmaras Municipais que olhassem para a Lei das Finanças Locais, que a interpretassem e, mais do que isso, que tivessem a coragem de exigir a quem lhes dera essa pretensa benesse, o Governo, que uma vez por todas também fosse responsável e exigisse das Câmaras Municipais comportamentos responsáveis, porque com aquela fórmula de cálculo de endividamento não era com certeza responsabilidade que estava a passar às Câmaras, e veriam muito em breve. -----

----- Agora, infelizmente, aquela forma de cálculo teria outras vantagens em termos eleitorais, mas isso pagava-se muito caro como se tinha vindo a demonstrar, e era boa altura para que, de uma vez por todas, se esquecessem desses truques eleitorais e passassem a olhar para a Lei e para o financiamento das entidades públicas, e das autarquias em particular, com muita seriedade e não comprometendo o futuro. -----

----- **O Deputado Municipal Vasco Valdez (PSD)**, no uso da palavra, disse que a sua intervenção se ia centrar em alguns dos aspectos que já ali foram referidos por vários Deputados Municipais, e fundamentalmente nos aspectos mais políticos relativos às intervenções que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa fizera, no sentido de que, há uns largos meses, tinha pago já 110 milhões de euros relativos a dívidas a fornecedores e empreiteiros, herdadas do passado. -----

----- De qualquer forma, olhando para os documentos que o Sr. Vereador Cardoso da Silva fizera o favor de distribuir em Comissão, verificavam que no âmbito do PREDE, como já foi salientado, mais de metade do respectivo valor reportava aos anos de 2007, 2008 e mesmo a 2009, neste último caso com 36 milhões de euros. Isto é, no PREDE, neste caso da Câmara Municipal, para os quais a Câmara parecia que iria utilizar 130 milhões, embora pela intervenção do Sr. Vereador de há pouco tivesse ficado na dúvida se eram 37 milhões ou se eram 67 milhões. Sabia que o Sr. Vereador, inicialmente, apresentara um valor de 67 milhões mas agora parecia que seriam 130 milhões. A não ser que tivesse inflectido e voltado outra vez aos 67 milhões de euros, e já agora aproveitava para pedir esse esclarecimento. -----

----- Voltando ao fio condutor da sua intervenção, disse que mais de 50% das dívidas em concreto que ali estavam explanadas respeitavam a dívidas deste mandato. Ou seja, tal como o PSD acentuara no momento oportuno, a questão do pagamento das dívidas, afiançado pelo Sr. Presidente da Câmara, era uma questão que devia ser vista da seguinte forma. O Sr. Presidente da Câmara teria eventualmente pago 110 milhões de euros, provavelmente neste momento até mais, de dívidas do passado, só que, para pagar essas dívidas, como aliás não podia deixar de ser, deixara pura e simplesmente de pagar as suas próprias dívidas. Ou seja, dito de outra forma, a Câmara Municipal de Lisboa orçamentara e pelos vistos dera cabimento a despesas para as quais não tinha receita adequada e suficiente para as pagar, porque se tivesse essa receita para as pagar, como aliás era lógico, a partir de 2007, não teria esses valores em dívida. -----

----- Significava isso que houve aí um exercício, qual fosse de bases comunicantes, qual fosse o pagar de dívidas mais antigas e deixar pura e simplesmente continuar a fazer a despesa nos actuais anos, sem que houvesse uma efectiva cobertura orçamental para o efeito, de tal forma que a Câmara Municipal era a primeira, nos seus documentos, a dizer que precisava de recorrer ao PREDE, sendo certo que o que seria

normal era que a Câmara pagasse as dívidas que foi efectivando através da contracção desses serviços ou dessas empreitadas. -----

----- Portanto, a ideia peregrina que tem sido passada para a opinião pública de que a Câmara estava em ordem, era uma ideia, no seu entender, muito deficiente e pouco rigorosa. Na verdade, a Câmara Municipal tinha aí um problema de fundo, todos o reconheciam, que era a diferença necessária e suficiente das receitas face às despesas para que, efectivamente, fosse pagando as dívidas. -----

----- Neste caso, tratava-se somente de uma reestruturação da dívida, sendo que a Câmara Municipal, como acabavam de verificar, acabava por pagar dívidas do passado, mas ao mesmo tempo, e para admiração do PSD, contraía dívidas no momento presente sem que efectivamente as pagasse, o que significava que estava a efectivar despesas sem que houvesse um efectivo cabimento orçamental. -----

----- Seguidamente, disse que um ponto que gostaria de ver esclarecido tinha a ver com as dívidas de 2009, que não sabia se iriam ser pagas ao abrigo deste programa ou não, mas como era que isso era compaginável com o artigo 3º da Portaria 1444/2008, que referia que a data limite do pagamento não ultrapassasse o dia 31 de Dezembro de 2008. Se elas eram de 2009, gostaria de saber se o prazo de pagamento terminava em 2009, ou se terminava, efectivamente, em 2008. -----

----- A concluir, disse que gostaria de deixar duas notas: a primeira era que, na realidade, havia ali uma operação de *marketing* respeitante ao pagamento das dívidas, pois, como se verificava, não era mais do que a substituição de umas dívidas por outras; e, segunda, manifestar a esperança que os próximos Executivos municipais conseguissem ter receitas suficientes para fazer face às respectivas despesas e assim diminuir efectivamente o endividamento da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse que nas intervenções efectuadas já quase tudo foi dito sobre a proposta em debate, mas gostaria de salientar que quando o Dr. João Soares deixara a Câmara Municipal a dívida não era de 800 milhões de euros, como ali foi referido, mas sim de 980 milhões, o que era importante salientar porque havia uma diferença de 180 milhões. --

----- Efectivamente nos anos seguintes, com o PSD, a dívida de curto prazo aumentara e também ficara claro porquê. Se bem se lembravam, o Governo, que também era do PSD, com a Sra. Ministra das Finanças da altura criara um garrote financeiro para as autarquias não continuarem a recorrer ao endividamento, como tinham feito na segunda metade dos anos noventa e que estavam a criar um problema grave, e isso levava a que a Câmara Municipal de Lisboa, na medida em que não podia recorrer ao financiamento mas tinha uma despesa rígida estruturalmente, ficasse a dever aos fornecedores. E foi a isso que se assistira durante algum tempo. -----

----- Agora, se era em 2001, em 2002, se a dívida só tomava parte nas contas da Câmara em 2005, isso já era tentar jogar com os números. O que importava referir era que quando o PS largara o poder estavam 980 milhões de euros em dívida, o PSD acrescentara mais 400 milhões era certo, mas em termos de obra não era só aquela que foi ali referida, um túnel e um jardim, porque então teriam que acrescentar o Jardim da Bela Vista, o Jardim do Parque das Conchas e dos Lilazes, a recuperação de

Monsanto, as piscinas que foram construídas na cidade, etc. Enfim, obra também se conseguia mostrar! -----

----- Mas não era isso que queria focar, porque fosse à esquerda, fosse à direita, o que deveria ser claro para todos era que a cidade tinha um problema económico. Mais do que um problema financeiro, que pessoalmente acreditava que com as propostas que foram apresentadas no último ano pelo Sr. Vereador parte do problema financeiro da cidade se poderia resolver, o que ficava e deveria ser discutido na Assembleia Municipal, por todos os partidos, era o problema económico da cidade. Independentemente se é o PCP, se é o PS, se é o PSD, a verdade era que a cidade tinha um défice anual entre receitas e despesas de 100 milhões de euros, e era sobre isso que se deveriam debruçar. -----

----- Como diminuir a despesa? Bom, a despesa parte dela era rígida. Eram contratos que tinham, eram 11.000 funcionários que tinham, e como era óbvio não iam começar a despedir pessoas. Por isso tinham aí uma despesa rígida. -----

----- Era possível aumentar as receitas? A maior fonte de receitas nos últimos tempos na cidade tinha a ver com o Casino Lisboa, quase 50 milhões de euros, a maior fonte de receitas que a cidade ganhara na última década. E essa obra tem nome! Agora, se lhe diziam que era suficiente, também não era, embora fosse um crédito do Dr. Santana Lopes não era receita que resolvesse os problemas da economia da cidade. ---

----- Por isso, se calhar convinha que todos os partidos comessem a pensar como equilibrar as receitas e despesas num valor de 100 milhões de euros. Isso passava, necessariamente, por resolver um problema de que todos falavam há vários anos e em vários programas, que era a necessidade de repovoar a cidade, porque era o que a cidade precisava. A cidade, em 20 anos, perdera 400.000 pessoas, e se queriam equilibrar as contas da cidade precisavam de trazer, no mínimo, 200.000 pessoas para dentro da cidade. Neste momento a cidade tinha 520.000 pessoas, quando chegara a ter 950.000. -----

----- Portanto, em 20/25 anos perderam-se 400.000 pessoas que foram para onde? Para as zonas suburbanas. Dependendo das suas posses económicas, foram para Cascais, Oeiras, Sintra, Loures, Odivelas, Amadora, enfim, deixaram de ter classe média dentro da cidade. Lisboa tem 22 bairros sociais, tinham a classe A, a classe B menos e C não estavam presentes na cidade; o parque escolar foi abandonado, tanto à esquerda como à direita; jardins e equipamentos públicos havia poucos. -----

----- Disse que, quanto a si, a cidade tinha duas formas para resolver o problema, a primeira das quais era que precisava de fazer valer a sua razão enquanto capital, já que tinha custos de capitalidade que teriam que ser assumidos pela Nação no seu todo, porque tinha nela instalados 100 institutos públicos, 200 direcções-gerais, não sabia quantos quartéis do exército, e tudo isso sem pagamento de saneamento básico, com isenção total de tudo. -----

----- Isso era impensável, os custos de capitalidade existiam, estavam dentro da Cidade de Lisboa. Não podiam continuar a ter movimentos pendulares todos os dias com 400.000 carros a passarem na Grande Lisboa. Para isso precisavam: -----

----- Ponto 1, que os custos da capitalidade fossem reconhecidos e a cidade fosse ressarcida por eles, e neste momento em que o Governo se estava a preparar para alienar partes consideráveis de património que actualmente era do exército, e eram partes substanciais, por exemplo na Ajuda e na parte oriental da cidade, conviria que, politicamente, os candidatos à esquerda e à direita pusessem isso na agenda. -----

----- Ponto 2, precisavam no mínimo de mais 200.000 pessoas para repovoar a cidade. Mas dizer que a cidade precisava de mais 200.000 pessoas era fácil, porque eram palavras. Trazer 200.000 pessoas para a cidade demorava no mínimo uma década, e teria que ser uma década de políticas consistentes, de reequipar o parque de saúde, que era péssimo, tirando os hospitais centrais que serviam toda a Grande Lisboa e não só Lisboa, quando iam para os centros de saúde a maior parte deles eram horríveis, os centros de saúde de província eram melhores. Por isso, saúde de proximidade não havia, e sobre a escola estavam conversados, porque o pior parque escolar do País, e pessoalmente conhecia-o de Norte a Sul, era o que se encontrava em Lisboa. Escolas pequenas, envelhecidas, sem equipamentos, sem ginásios, e tudo isso era obra à esquerda e à direita. -----

----- Portanto, era preciso criar condições de saúde, de educação e de segurança para voltar a trazer as pessoas para a cidade, e criar bairros e novas urbanizações que permitissem absorver 200.000 pessoas nos próximos dez anos. E, aí sim, tendo em conta que cada lisboeta representava mais de 500 euros em impostos para a cidade, só essas 200.000 pessoas contribuiriam com 100 milhões de euros, que era o que precisavam para equilibrar as contas. -----

----- Agora, estarem ali a fazer um exercício de somar e subtrair, e se a dívida foi feita em 1999 mas só entrara nas contas em 2002, ou se foi constituída em 2001 mas só entrara nas contas em 2005 e o que é que o Tribunal de Contas disse! Bom, a questão era esta: quando o Dr. João Soares abandonara a Câmara a dívida era de 980 milhões de euros, eram mais 400 milhões de euros do tempo do PSD, e era uma estrutura económica de 100 milhões de euros/ano que era preciso que os políticos da cidade tivessem capacidade de enfrentar. -----

----- Por fim, disse que acreditava que com as duas propostas que hoje ali estavam em discussão seria possível, financeiramente, ganhar algum controlo nas contas da cidade, mas isso seria momentâneo, porque se hoje ganhassem algum controlo financeiro nas contas e nada fosse feito na questão económica, dentro de dois, três ou quatro anos a conversa que agora estava a ter teria que ser feita de novo porque nessa altura haveria mais 400 milhões de euros em dívida a fornecedores, para cujo pagamento teria que ser solicitado empréstimo à banca e novamente teriam que passar por todo este processo. Portanto, se resolvessem o problema financeiro com estas duas propostas era algo de bom, era melhor do que nada, mas era muito pouco para as ambições que deveriam querer ter, já que o problema de fundo continuaria, e seria bom que os candidatos que se apresentavam neste momento tivesse propostas concretas para este problema: 100 milhões de euros de diferença entre receitas e despesas. -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que não podia estar mais de acordo com a parte substantiva da intervenção do Deputado Municipal Nelson Coelho. Nunca, no Plano de Saneamento Económico e Financeiro, se propusera resolver em dois anos o problema económico da Câmara porque, como deviam compreender, a Câmara tendo receitas nalguns anos inferiores às despesas, não podia. -----

----- Depois, disse que apresentara 130 milhões de euros e não 153 milhões, porque, como sabiam, isso iria demorar tempo e havia uma certa dinâmica porque entretanto, pela natureza das negociações com os fornecedores, iriam ter que pagar algumas facturas que estavam ali incluídas. Aliás, algumas já foram pagas, como viram. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Vasco Valdez, disse que as instruções da Direcção Geral do Tesouro sobre estes empréstimos, diziam quais as dívidas que poderiam ser pagas com empréstimo concedido no âmbito do PREDE, concretamente referiam: “já esteja constituída à data da celebração”, ou seja, era a data da celebração do empréstimo que caracterizava a legibilidade da factura. Depois referia também que era a lista antes de ser constituído o empréstimo. Podia parecer aí uma contradição com a Portaria, mas essas eram as instruções da Direcção Geral do Tesouro. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu a votação a proposta n.º 406/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS e BE, votos contra do CDS-PP e a abstenção do PSD, PCP e PEV. -----

----- Depois submeteu a votação a recomendação apresentada pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por unanimidade. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** fez a seguinte declaração do voto: -----

----- “O PSD viabilizou esta proposta de contracção de empréstimos no valor de 130 milhões de euros, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, por respeito pelos fornecedores da cidade, por defender o cumprimento dos compromissos municipais, por coerência com a forma como viabilizou, neste mandato, com este Executivo, outras propostas sobre esta mesma matéria. -----

----- Mas o Grupo Municipal do PSD constata, contudo, que o Executivo municipal, Presidido pelo Dr. António Costa, contraiu desde 1 de Agosto de 2007, 73 milhões de euros de dívidas, que porventura crescerão para 140 milhões até Outubro de 2009, final do mandato em ano eleitoral. -----

----- Ou seja, este Executivo Municipal presidido pelo Dr. António Costa, não deixa a casa, isto é, a Câmara Municipal, arrumada. -----

----- O grande erro estratégico deste Executivo, foi ter deixado que a componente política se sobrepusesse à componente técnica quando elaborara o Plano de Saneamento Financeiro, querendo colar ao PSD a responsabilidade pela situação financeira do Município, optando, portanto, pela declaração de uma situação conjuntural quando ela é estrutural, também da responsabilidade dos Executivos PS e PCP, conforme o Tribunal de Contas então claramente declarara. -----

----- E aquilo que o Tribunal de Contas agora refere quanto a contas de 2004 e 2005, enquadra-se precisamente, e muito bem, naquilo que o próprio Tribunal de Contas também disse, a propósito do Plano de Saneamento Financeiro e da situação estrutural que envolve, desde há muito, as finanças municipais. -----

----- Note-se, aliás, que o Tribunal de Contas não retira qualquer responsabilidade para qualquer agente político à época, decorrente da apreciação que fazia agora às contas da Câmara de então. -----

----- Aguardamos, aliás, com muita curiosidade o que dirá o Tribunal de Contas das contas de 2007, 2008 e 2009, porque cremos acreditar que dirá muito daquilo que disse em contas que vinham desde 2001. Pena é que só o venhamos a saber depois das eleições. -----

----- Também uma nota para a recomendação que o PSD aqui apresentou, no sentido de esta Assembleia Municipal acompanhar, com rigor e de forma muito próxima, a forma como este empréstimo e as dívidas vão sendo pagas, sendo certo que ainda há que vencer aqui o próprio visto do Tribunal de Contas, que por força da situação agora transmitida de uma orientação da Direcção Geral do Tesouro, que aparentemente contraria a própria Lei em vigor, e de um acórdão do Tribunal de Contas sobre a forma como os Municípios agora têm que demonstrar a sua capacidade de endividamento, veremos se esse cabo das tormentas será também ultrapassado por este empréstimo.” -----

----- **A Senhora Presidente** lembrou que, conforme acomodado, os pontos 8 e 9 da Ordem de Trabalhos, propostas 312/2009 e 312-A/2009, respectivamente, seriam discutidas em conjunto. -----

----- **PONTO 8 – PROPOSTA 312/2009 – APROVAR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS PARA FINANCIAMENTO DO PLANO DE INVESTIMENTO PRIORITÁRIO EM ACCÕES DE REABILITAÇÃO URBANA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 312/2009 -----

----- Pelouro: Vereador Cardoso da Silva -----

----- Vereador Manuel Salgado -----

----- Serviço: DMF e os responsáveis pela execução dos investimentos -----

----- “Considerando que:-----

----- 1. A reabilitação urbana das zonas históricas e das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística é uma prioridade estratégica definida nas Grandes Opções do Plano para 2009-2012; -----

----- 2. O Programa de Investimentos Prioritários em Acções de Reabilitação Urbana é um instrumento operacional, onde estão previstas um conjunto de acções integradas de reabilitação, no qual surgem associadas intervenções relacionadas com obras físicas no edificado, bem como as de valorização e construção de equipamento e requalificação do espaço público; -----

- 3. Com este Plano, se pretende enfrentar objectivamente, num horizonte de curto prazo, alguns dos problemas urbanos identificados no centro histórico (Baixa-Chiado, Alfama e Castelo, Mouraria, Madragoa e Bairro Alto) e em núcleos urbanos de alojamento social degradados, como é o caso de Marvila; -----
- 4. Se tratam de áreas urbanas críticas, que se caracterizam por apresentarem uma elevada desqualificação urbanística, ambiental e social, uma grande carência ao nível de infra-estruturas e equipamentos e uma elevada concentração residencial, sendo que o centro histórico apresenta evidentes sinais de desertificação e desvitalização; -----
- 5. Como processo integrado de reabilitação urbana, é essencial a intervenção em diversas áreas simultaneamente, tais como: na habitação, nos equipamentos escolares e culturais, bem como no apoio social, envolvendo diversos serviços municipais e entidades externas, com relevância, em algumas destas acções, para o IHRU que se apresenta como parceiro privilegiado; -----
- 6. Que urge concluir as designadas Mega Empreitadas lançadas pela CML em 2003, que se encontram paradas por razões ligadas a deficiências de projecto, litígios e ou falência de empreiteiros e falta de capacidades financeira do município para fazer face aos compromissos que assumiu, obras estas, que por há muito estarem paradas mais ainda acentuam a degradação ambiental dos Bairros Históricos; -----
- 7. A manutenção desta situação conduz à manifestação de processos de exclusão social nestes territórios, constituindo um dos maiores obstáculos à coesão social e ao desenvolvimento sustentável da Cidade; -----
- 8. Para inversão desta situação, será necessário incentivar e privilegiar de forma continuada, acções de conservação, reabilitação e valorização dos espaços urbanos consolidados, bem como intervenções de qualificação e reinserção urbana das áreas críticas identificadas, alargando-se esta intervenção a acções de reabilitação de equipamentos culturais e escolares e de instalações para serviços municipais bem como à requalificação dos espaços públicos, conforme se apresenta no Quadro 1 em anexo; -----
- 9. As intervenções, que são objecto do presente empréstimo são, na sua maioria, em propriedade municipal havendo, contudo, algumas intervenções em edifícios particulares, resultantes de obras coercivas, estando todas listadas nos Quadros anexos; -----
- 10. Os valores das obras das diferentes intervenções, quer no edificado, quer no espaço público, foram calculados com base em estimativas de custo ou em orçamentos elaborados pelos diferentes serviços ou já existentes em processos de empreitada; -----
- 11. Será dado conhecimento à Câmara de qualquer alteração que se venha a fazer aos investimentos constantes da programação ora apresentada; -----
- 12. O montante do empréstimo está vertido, em dotação a definir, no Plano Plurianual de Investimentos, já aprovado, que contempla a programação dos subjacentes investimentos; -----
- 13. A actual capacidade financeira do Município não permite financiar, com recurso a capitais próprios, uma operação desta amplitude, cujo valor foi estimado em

cerca de 120 milhões de euros, a suportar ao longo dos próximos 4 anos, conforme resumo do Plano de Investimentos patenteado no Quadro 1, que se anexa como parte integrante da presente Proposta; -----

----- 14. Em 2008 o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) no âmbito das suas competências, solicitou ao Banco Europeu de Investimento (BEI) um empréstimo¹, com o objectivo de financiar parcialmente um programa de reabilitação do seu património de habitação social e a renovação de infra-estruturas e espaços públicos, bem como a reabilitação de edifícios pertencentes às Sociedades de Reabilitação Urbana de Lisboa e do Porto, no valor global de 200 milhões de euros, dos quais 55 milhões foram atribuídos ao próprio Instituto e 20 milhões à Lisboa Ocidental, SRU; -----

----- 15. A Lei do Orçamento de Estado para 2009 veio autorizar o IHRU a alargar aos municípios a linha de crédito obtida junto do BEI em 2008, destinada ao financiamento de sociedades de reabilitação urbana para recuperação do parque habitacional degradado; -----

----- 16. Após a revisão e análise dos programas de investimento das Sociedades de Reabilitação Urbana o IHRU dispunha ainda de 58,9 milhões de euros dos fundos a contratar junto do BEI, aos quais o Município manifestou interesse em aceder; -----

----- 17. O IHRU entendeu que o Plano de Investimentos Prioritários em Acções de Reabilitação Urbana do Município se inseria no âmbito da linha de crédito contratada junto do BEI, tendo concordado com a sua inclusão como beneficiário daquele financiamento; -----

----- 18. Para financiamento dos restantes 61,1 milhões de euros o Município efectuou uma consulta a doze instituições financeiras, das quais cinco responderam, tendo-se concluído, após a análise das respectivas propostas, que a solução mais vantajosa para o Município seria dividir o empréstimo pelas três entidades que ofereceram as melhores condições, a saber: Banco Português de Investimento, SA (BPI) que se propôs financiar até 30 milhões de euros; a Caixa Geral de Depósitos, SA (CGD) pelo montante de 15,55 milhões; o Dexia Sabadell (DEXIA) com os restantes 15,55 milhões de euros; -----

----- 19. O empréstimo a conceder pelo IHRU tem a duração de 30 anos, sendo os primeiros dez anos de carência e os seguintes de reembolso de capital e juros, em prestações constantes de capital, caso o município escolha adoptar o regime de taxa fixa revisível ou taxa variável, ou em prestações constantes de capital e juros, caso aquele escolha o regime de taxa fixa; -----

----- 20. Os empréstimos a conceder pelas restantes instituições têm uma maturidade de 15 anos, com períodos de utilização e diferimento até 60 meses, com um diferimento de 90 meses no caso do BPI, sendo os restantes anos de reembolso de capital e juros, em prestações semestrais; -----

----- 21. De acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, o limite legal de endividamento de Médio e Longo Prazo, para 2009, foi

¹ alínea a) do n.º 1 do artigo 110.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2008)

fixado em 368,1 milhões de euros, conforme Quadro II - mapa demonstrativo da capacidade de endividamento que se anexa como parte integrante desta Proposta; -----

----- 22. O presente financiamento é uma das exceções ao endividamento previstas no n.º 5 do artigo 39.º da Lei supra citada, estando igualmente consagrada esta possibilidade no n.º 1 do artigo 51º da Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro, carecendo para este efeito de Despacho de autorização do Ministro de Estado e das Finanças, que, entretanto, será solicitada como condição para a consagração deste financiamento como estando excepcionado dos limites de endividamento de médio e longo prazo, bem assim como dos limites de endividamento líquido conforme previsão do nº 3 do artigo 51º da Lei 64-A/2008, de 31 de Dezembro; -----

----- 23. A Taxa de Juro aplicável aos diferentes financiamentos, fixada, para efeitos de simulação, a 1/04/2009 e as demais condições financeiras subjacentes à contratação destes créditos, para uma utilização de 120 milhões de euros, em 4 anos conforme cronograma dos investimentos, estimam-se os seguintes valores para o serviço da dívida, incluídas as comissões, em média anual: nos primeiros 4 anos (carência de capital nos bancos comerciais e junto do IHRU), 2,2 milhões de euros; do 5º ao 10º ano (carência de capital IHRU com reembolso à banca comercial), 6,6 milhões; do 11º ao 15º ano, abarcando um semestre do ano seguinte, para a conclusão do reembolso à banca comercial (reembolso à banca comercial e ao IHRU), 12,8 milhões de euros; últimos 15 anos (reembolso IHRU), a prestação média ano é de 3,3 milhões de euros, conforme Quadros 3 (utilizações), 4 (condições e resumo das Propostas) e 5 (simulação dos encargos totais) que se anexam como parte integrante desta proposta. -----

----- 24. Foi substituída a minuta do contrato a celebrar com o Dexia Sabadell por se ter, entretanto, negociado a redução da taxa aplicável à mora para os 2%, ao invés dos 3% iniciais; -----

----- TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE: -----

----- Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do nº 6 do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para que esta delibere autorizar, ao abrigo da alínea d) do nº 2, do artigo 53º do mesmo diploma: -----

----- 1. A contratação de um financiamento até 120 milhões de euros repartidos pelo IHRU (58,9 milhões de euros), pelo Banco Português de Investimento, S.A (30 milhões de euros), pela Caixa Geral de Depósitos, SA. (15,55 milhões de euros) e pelo Dexia Sabadell (15,55 milhões de euros), nas condições fundamentais que a seguir se identificam e que irão constar do contrato a celebrar, cujas minutas se apensam e fazem parte integrante da presente Proposta: -----

----- IHRU: -----

----- - Montante: até 58,9 milhões de euros; -----

----- - Prazo: até 30 anos; -----

----- - Utilização: até 4 anos; -----

----- - Carência: 10 anos -----

----- - Amortização: -----

----- - Regime de taxa fixa - prestações anuais constantes de capital e juros; -----

----- - Regime de taxa fixa revisível ou taxa variável – prestações anuais constantes de capital; -----

----- - Taxa de Juro: -----

----- - Taxa variável ou Taxa fixa revisível: EURIBOR a 3 meses, verificada antes do início do período de contagem, acrescida de um *spread* de 0,2%; -----

----- - Taxa Fixa: Taxa anual aplicável acrescida de um *spread* de 0,2%; -----

----- - Reembolso Antecipado: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida, nos mesmos termos em que o IHRU possa realizar idêntica operação junto do BEI; -----

----- BPI, SA: -----

----- - Montante: até 30 milhões de euros; -----

----- - Prazo: até 15 anos; -----

----- - Utilização: até 5 anos; -----

----- - Carência: 7,5 anos (90 meses); -----

----- - Amortização: 16 prestações semestrais iguais e sucessivas; -----

----- - Taxa de Juro: -----

----- - Taxa variável: EURIBOR a 6 meses/360 verificada no penúltimo dia útil anterior ao início de cada período de contagem de juros, acrescida de um *spread* de 1,825%; -----

----- - Taxa fixa: taxa indicativa na data do contrato; -----

----- - Comissões: -----

----- - De organização e montagem: 25.0000 euros *up front*; -----

----- - Anual de gestão: 2.000 euros; -----

----- - De imobilização: 0,10% sobre os montantes não desembolsados, cobrada semestralmente. -----

----- - Reembolso Antecipado: -----

----- - Taxa de juro variável: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida, sem penalizações, com um aviso prévio de 30 dias; -----

----- - Taxa de juro fixa: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida, sujeita à avaliação das condições de mercado vigentes na data. -----

----- CGD: -----

----- - Montante: até 15,55 milhões de euros; -----

----- - Prazo: até 15 anos; -----

----- - Utilização e Carência: até 5 anos; -----

----- - Reembolso: prestações semestrais postecipadas, iguais e sucessivas de capital e juros; -----

----- - Taxa de juro: média aritmética simples das taxas EURIBOR a 6 meses/360, verificadas no mês anterior ao início de período de contagem, acrescida de um *spread* de 2,25%; -----

----- - Comissão de imobilização: 0,10% ao ano, sobre os montantes não desembolsados, cobrada semestralmente; -----

----- - Reembolso Antecipado: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou de parte do capital em dívida, sem penalizações; -----

----- DEXIA: -----

----- - Montante: até 15,55 milhões de euros; -----

----- - Prazo: 15 anos; -----

----- - Utilização e Carência: até 5 anos; -----

----- - Amortização: prestações semestrais postecipadas e sucessivas de capital e juros; -----

----- - Taxa de Juro: -----

----- - Taxa variável: EURIBOR a 6 meses/360, em vigor 2 dias úteis antes do início do período de contagem (calendário TARGET), acrescida de um *spread* de 2,25%; ----

----- - Comissão de imobilização: 0,10% ao ano, sobre os montantes não desembolsados, cobrada semestralmente; -----

----- - Reembolso Antecipado: possibilidade de reembolso antecipado da totalidade do capital em dívida, sem penalizações, mediante aviso prévio de 35 dias.” -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 312-A/2009 – APROVAR O ADITAMENTO À PROPOSTA Nº 312/CM/2009, NO QUE CONCERNE ÀS CONDIÇÕES FUNDAMENTAIS DO EMPRÉSTIMO A OBTER JUNTO DO IHRU, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO Nº 2 DO ART.º 53.º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 312-A/2009 -----

----- Aditamento à Proposta 312/CM/09 -----

----- “Contratação de Empréstimos até 120 milhões de euros para financiamento -----

----- do Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana -----

----- Pelouro: Vereador Cardoso da Silva -----

----- Vice-Presidente Manuel Salgado -----

----- Serviço: DMF e os responsáveis pela execução dos investimentos -----

----- Considerando que: -----

----- 1. Pela Proposta 312/CM/09 a Câmara aprovou submeter à Assembleia Municipal a autorização da contratação de um empréstimo até 120 milhões de euros, repartido pelo IHRU (58,9 milhões de euros), pelo Banco Português de Investimento, S.A (30 milhões de euros), pela Caixa Geral de Depósitos, SA. (15,55 milhões de euros) e pelo Dexia Sabadell (15,55 milhões de euros) destinado a financiar o Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana; -----

----- 2. As condições fundamentais expostas na citada Proposta por referência ao empréstimo a contratar junto do IHRU (constantes da respectiva deliberativa) devem ser aclaradas quanto às condições da taxa de Juro e do período utilização; -----

----- 3. Conforme expresso na minuta de Contrato, que faz parte integrante da Proposta supra mencionada, a tomada da taxa de juro, não obstante ser referida à Euribor a três meses, será feita nas condições fixadas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI), que aplica sobre aquele indexante uma margem positiva ou negativa, consoante a conjuntura do mercado de capitais onde aquele Banco se financia; -----

----- 4. Conforme exposto na minuta de Contrato, o período de utilização não pode ultrapassar 15 de Dezembro de 2012, não perfazendo, portanto, já, integralmente 4 anos; -----

----- TENHO A HONRA DE PROPOR QUE A CÂMARA DELIBERE: -----

----- Aprovar, nos termos da alínea a), do nº 6 do artigo 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o seguinte aditamento à Proposta 312/CM/09, a submeter à Assembleia Municipal junto com aquela, concerne às condições fundamentais do empréstimo a obter junto do IHRU: -----

----- IHRU: -----

----- - Utilização: até 15 de Dezembro de 2012; -----

----- - Taxa de Juro: -----

----- - Taxa variável ou Taxa fixa revisível: custo da tomada de fundos pelo IHRU, nas condições do contrato celebrado entre este Instituto e o Banco Europeu de Investimento, acrescido de um *spread* de 0,2%.” -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Social Democrata** apresentou, ao abrigo do artigo 40º, n.º 10, do Regimento, a seguinte Recomendação. -----

----- RECOMENDAÇÃO -----

----- “Os cartazes que a Câmara colocou em edifícios da Cidade, numa Campanha (como o próprio site oficial da CML lhe chama) que é enganosa para os Lisboetas, teve como objectivo único colocar na Assembleia Municipal de Lisboa a responsabilidade pela incapacidade do Dr. António Costa em realizar obra na Cidade.

----- Mas a inexistência de obra em Lisboa é, única e exclusivamente, da responsabilidade do Dr. António Costa e da sua equipa em desagregação, que não tem sido capaz de a realizar. -----

----- Com esta Campanha ficou bem claro que o Dr. António Costa não queria, verdadeiramente, que o PSD viabilizasse a Reabilitação Urbana e o consequente empréstimo. Ela só lhe interessa como arma de arremesso político! Para se desculpar por tudo aquilo que não tem sido capaz de fazer a favor de Lisboa! -----

----- Recorde-se que o Dr. António Costa não solicitou o agendamento urgente do empréstimo na Assembleia Municipal, procedimento que já usou neste mandato e que o PSD sempre viabilizou. -----

----- Recorde-se que o seu Vice-Presidente Manuel Salgado demorou muito tempo para se disponibilizar para reunir com a Comissão de Urbanismo da Assembleia Municipal para discutir esta proposta. -----

----- Recorde-se, também, que o Vice-Presidente Manuel Salgado não cumpriu os compromissos que assumiu com a Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, de acabar com a Campanha, optando por produzir um conjunto de afirmações públicas pouco democráticas, arrogantes e de despudorada chantagem política, que só desprestigiaram a Câmara Municipal de Lisboa, e das quais o Presidente da Câmara não se demarcou. -----

----- Pelo contrário, o Dr. António Costa disse que os cartazes eram “informação institucional”, mas está bem à vista que ela é partidária e eleitoralista! Não por acaso,

ela apareceu colada, no tempo, com idêntica campanha de desinformação do Partido Socialista! -----

----- Referiu o Dr. António Costa que os cartazes eram “informação institucional”, mas é no mínimo surrealista que o órgão fiscalizado, a Câmara, tente condicionar publicamente a esfera de decisão do órgão que o fiscaliza, a Assembleia Municipal, invertendo de forma ilegal e não democrática as competências entre órgãos executivo e fiscalizador, constitucionalmente consagrada! -----

----- É extraordinário que o Dr. António Costa delapide com esta Campanha pelo menos 35 mil euros do erário público municipal, que o próprio diz ser insuficiente para fazer face às despesas camarárias, razão pela qual já pediu mais de 830 Milhões de euros em empréstimos diversos, só em 2 anos! -----

----- É inaceitável que o Dr. António Costa permita a utilização, abusiva e ilegal, do símbolo da Assembleia Municipal de Lisboa na Campanha. -----

----- Com esta Campanha, o Dr. António Costa esteve muito longe de agir “na prossecução do interesse público”. -----

----- O seu objectivo não é a Reabilitação Urbana na Cidade, mas sim inventar desculpas para justificar a sua incapacidade de realizar obra em Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do PSD reafirma que quer a Reabilitação Urbana em Lisboa, e que a mesma constituiu sempre, e continuará a constituir, uma prioridade. -----

----- O Grupo Municipal do PSD condiciona a viabilização destas Propostas aos esclarecimentos que a CML prestar, perante a Assembleia Municipal de Lisboa, às questões atempadamente suscitadas pelo PSD. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PSD propõe, nos termos do n.º 10 do artigo 40º do Regimento, que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 30 de Junho de 2009, recomende, no caso das Propostas 312/2009 e 312-A/2009 vierem a ser viabilizadas: -

----- 1. Que a Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana acompanhe todo o processo de reabilitação urbana ao abrigo de PIPARU, designadamente através do acesso a todos os procedimentos de contratação, na sua integralidade, e do consequente pagamento, procedimentos esses que venham a ocorrer com qualquer das obras apoiadas por este empréstimo. -----

----- 2. Que a Câmara Municipal coloque, em todos os cartazes que espalhou com a sua Campanha, que a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou este empréstimo.” ----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** apresentou, ao abrigo do artigo 40º, n.º 10, do Regimento, a seguinte Recomendação. -----

----- **RECOMENDAÇÃO** -----

----- Plano Especial para a reabilitação de Lisboa -----

----- “1. Considerando que a proposta da CML de um empréstimo de 120.000.000,00 Euros para uma intervenção planeada pela Câmara Municipal na reabilitação da cidade de Lisboa, apenas abrange a recuperação de 800 habitações na cidade, para além de alguns edifícios e espaços públicos; -----

----- 2. Considerando que esta acção de reabilitação de Lisboa tem importância enquadrada no objectivo estratégico da reabilitação da cidade é, no entanto, uma gota de

água no mar das necessidades reais perante os muitos milhares de fogos devolutos e a necessitar de obras; -----

----- 3. Considerando que, independente da justeza da proposta da CML deste empréstimo, a deliberação do executivo camarário vem confirmar que a reabilitação urgente do parque habitacional envelhecido, em ruínas e devoluto exige um plano especial para a recuperação das dezenas de milhares de fogos devolutos e de muitos milhares habitados mas em precárias situações de segurança, de salubridade e de condições de bem estar dos seus residentes; -----

----- 4. Considerando que os dados constantes no relatório de Fevereiro deste ano do Sr. Presidente da Câmara confirmava o gritante dado do abandono da cidade de Lisboa de 300.000 mil habitantes nos últimos 30 anos; -----

----- 5. Considerando que hoje o objectivo dos objectivos para a cidade de Lisboa só pode ser a reabilitação da cidade, a recuperação e reabilitação urbana, necessárias para conter e inverter a sangria de habitantes da cidade; -----

----- 6. Considerando que Lisboa precisa com urgência, e com coragem, de uma ideia central e de um programa especial de recuperação dos fogos devolutos e, contribuindo para inverter de vez a tendência para a desertificação até à cidade fantasma; -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, ao abrigo do Artº 40, n.º 10 do seu Regimento, vem propor que a Assembleia Municipal de Lisboa reunida no dia 2 de Junho de 2009 delibere: -----

----- A. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, com a maior urgência, desencadeie os estudos e os projectos necessários, para apresentar uma proposta para um Programa Especial de Requalificação Urbana, com os meios, os apoios a que os Governos devem responder e aqueles a que a autarquia poderá recorrer, assim como o faseamento necessário para a sua concretização e o horizonte temporal da sua plena execução.” -----

----- **O Senhor Vereador Cardoso da Silva**, no uso da palavra para apresentação das propostas, disse que elas iriam ser também apresentadas pelo Sr. Vice-Presidente, pelo que, da sua parte, apenas iria caracterizar o empréstimo. -----

----- Referiu, então, que este era um empréstimo francamente favorável, que iria ter como principal característica começar a sua utilização no início do novo mandato. Portanto, não era um empréstimo que fosse resolver problemas de obras iniciadas pelo actual Executivo, mas sim um empréstimo que o próximo Executivo teria à sua disposição. Era um empréstimo a trinta anos, dez anos de carência no caso de trinta anos para metade, e quinze anos para os empréstimos concedidos pela banca portuguesa. -----

----- Disse que o IHRU levava uma pequena comissão, que apesar de tudo era maior que o *spread* que tinham negociado para o célebre grande empréstimo, mas o Estado português, e bem, levava uma comissão às entidades que pediam um aval ao Estado. --

----- Referiu que, como certamente repararam, as condições do empréstimo eram excelentes, e fazia notar que basicamente, para não dizer a 100%, era para ser utilizado no próximo mandato. -----

----- Quanto à substância de cada uma das utilizações que estavam negociadas com o BEI, que eventualmente o próximo Executivo poderia mudar, disse que o Sr. Vice-Presidente da Câmara comporia a sua intervenção. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação das propostas, disse que, muito brevemente, iria explicar como foi concebido este programa de reabilitação, começando então por referir que ele tinha três grandes componentes: os edifícios para habitação destinados a arrendamento, que representavam cerca de 38% do investimento previsto; os edifícios para serviços e instalações públicas, com destaque para as escolas e alguns equipamentos culturais; e obras no espaço público e infra-estruturas urbanas. -----

----- No que dizia respeito aos edifícios, disse que a opção foi no sentido de acabar as obras que têm estado interrompidas. Eram vários os edifícios, em particular nos bairros históricos, onde efectivamente, por razões várias, as obras foram paradas, e, portanto, a primeira prioridade era acabar essas intervenções. -----

----- Como era que foi elaborado este programa? Este programa foi coordenado pela Direcção Municipal de Reabilitação Urbana, e envolvia o trabalho da Direcção Municipal de Habitação, da Direcção Municipal de Acção Social, da Direcção Municipal de Cultura, da Direcção Municipal de Projectos e Obras e da Direcção Municipal de Ambiente Urbano. Todas as obras estavam elencadas em quadros que identificavam exactamente o montante de investimento previsto, nuns casos esse montante era o resultado de orçamentos já elaborados, e noutros casos eram estimativas de custo. Referia também se eram obras coercivas ou obras municipais, no caso dos edifícios, se o projecto já estava elaborado ou se ainda tinha que ser elaborado. -----

----- Disse que o programa de intervenção era para quatro anos, quatro anos a partir do momento em que as verbas estivessem disponíveis. Porém, havia sido possível iniciar, desde já, alguns projectos por forma a que, logo que as verbas estivessem disponíveis, se pudesse avançar com a realização de obras. -----

----- Por outro lado, era também importante referir que havia uma alteração de estratégia relativamente ao que foram práticas anteriores, ou seja, em vez de congregar as intervenções em empreitadas de grande dimensão, as empreitadas foram subdivididas em 243 intervenções, das quais 58% eram pequenas intervenções destinadas a pequenas empresas com alvará da classe um, o que, obviamente, tinha um impacto, em termos de emprego, particularmente importante na Cidade de Lisboa.

----- Referiu que foram também entregues, por solicitação da Comissão de Urbanismo, plantas com a localização exacta de todas as intervenções que estavam previstas. -----

----- O contrato, tal como estava elaborado, admitia que algumas dessas obras pudessem ser substituídas por outras, e, como referira o Sr. Vereador Cardoso da Silva, no fundo este programa seria implementado nos quatro anos do próximo mandato, já que neste mandato pouca oportunidade haveria para se recorrer a estas verbas para fazer obra. -----

----- Disse, ainda, que este empréstimo era particularmente importante para relançar a reabilitação urbana em Lisboa. Recordou que em 2002 a verba que se avançara para a reabilitação urbana foram 27 milhões de euros e neste momento o que estava em jogo eram 120 milhões de euros, mas, de qualquer modo, que desculpassem a crueza, isto era uma gota de água no montante total do investimento na reabilitação urbana que tinha que ser feita na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, era muito importante este programa, era muito importante desencadear estas operações, mas era necessário, de facto, delinear uma política de reabilitação urbana para a cidade, que essencialmente mobilizasse o investimento privado, mobilizasse os pequenos e grandes proprietários no sentido da reabilitação do parque habitacional da Cidade de Lisboa. -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de se iniciar a apreciação das propostas, avisou que enquanto o PREDE era um programa de regularização extraordinária de dívidas, portanto estava ao lado daquilo que era a Lei das Finanças Locais, era de facto regime especial para a regularização de dívidas, o mesmo já não se aplicava a este empréstimo, o que significava que a sua viabilização, nos termos da Lei das Finanças Locais, dependia de metade dos votos mais um, isto é, a maioria absoluta dos votos. --

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve, que resultou da reunião conjunta com a Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, porquanto a matéria foi considerada urgente e optara-se por fazer a reunião em conjunto. -----

----- **RELATÓRIO** -----

----- “Na sequência de deliberação da conferência de líderes da Assembleia Municipal foram remetidas às comissões permanentes em epígrafe para análise e parecer as propostas n.ºs 312/2009 e 312-A/2009 “Contratação de Empréstimos até 120 milhões de euros para financiamento de investimento prioritário em acções de Reabilitação urbana” -----

----- As duas comissões permanentes entenderam promover uma reunião conjunta para análise destas propostas no sentido de acelerar os procedimentos com vista à sua discussão em plenário da Assembleia Municipal, tendo além disso e para o mesmo efeito antecipado esta reunião, agendada pelo Gabinete do Sr. Vice-Presidente para dia 22 de Junho para dia 15 de Junho por troca da também já agendada reunião sobre o Plano Local de Habitação acordada com a Sra. Vereadora Arquitecta Helena Roseta, a quem agradecemos a disponibilidade demonstrada. -----

----- Compareceram nesta reunião para além do Sr. Vice-Presidente, Arquitecto Manuel Salgado, convocado para proceder à apresentação das propostas, o Director Municipal de Reabilitação Urbana Arquitecto Jorge Catarino Tavares, aos quais as comissões agradecem a presença e as informações prestadas. -----

----- Foi referindo no início da reunião todo o historial relativo ao comportamento da Câmara com a Assembleia Municipal, nomeadamente as reiteradas acusações de atraso na sua discussão, o que até pelo que foi antes referido não tem qualquer fundamento. -----

----- Estes financiamentos serão prestados pelas seguintes entidades: -----

----- - IHRU - 58,9 milhões de euros com um prazo até 30 anos e uma utilização até 15 de Dezembro de 2012; -----

----- - Banco Europeu de Investimento, SA - 30 milhões de euros, por um prazo até 15 anos, utilização 5 anos; -----

----- - Caixa Geral dos Depósitos - 15,55 milhões de euros, por um prazo até 15 anos, utilização 5 anos. -----

----- - Dexia Sabadell-15,55 - milhões de euros, por um prazo até 15 anos, utilização 5 anos. -----

----- Com taxas fixas Euribor a 6 meses e *spreads* entre, 1,85% no BPI, SA e 2,25% na CGD e DEXIA e no caso do IHRU nas condições celebradas entre o IHRU e o BEI, acrescido de um spread de 0,2%. -----

----- Estes empréstimos destinam-se a suportar os encargos com obras de reabilitação em empreitadas anteriormente lançadas mas por várias razões há algum tempo paradas, obras em equipamentos escolares, equipamentos culturais, espaço público e ainda em bairro histórico (Marvila) -----

----- As verbas serão distribuídas da seguinte forma: -----

----- 45 milhões de euros para habitação destinada ao arrendamento -----

----- 39 milhões de euros reabilitação de edifícios e instituições públicas -----

----- 35 milhões de euros para reabilitação do espaço público -----

----- As propostas referem a descrição de todos os edifícios e espaços públicos a recuperar e apresentam estimativas de valor para cada caso, estimativas essas que foram elaboradas pelos serviços da CML. -----

----- Na reunião para além de referências elogiosas ao trabalho apresentado na elaboração destas propostas e à necessidade de recuperar parte do edificado e do espaço público degradados que as mesmas referem, foram feitas considerações relativas à reabilitação da Casa dos Bicos entregue à Fundação José Saramago, que representa um valor próximo do milhão de euros. -----

----- Foi levantada a questão da existência ou não de critérios de recuperação nomeadamente nos bairros históricos ou seja se existem normas específicas para esses locais. -----

----- Foi igualmente salientado alguma incongruência com a fixação de um *spread* pelo IHRU, já que esta instituição pública que visa estes fins, transfere para a Câmara os valores e toda a responsabilidade inerente à parte que não utiliza do seu empréstimo do BEI -----

----- Foi igualmente afirmado que estando muito do edificado com fins habitacionais em acelerada degradação, este empréstimo apenas destina cerca de 1/3 para a recuperação de edifícios habitacionais, que deveria ser a primeira prioridade, foi mesmo referido que a função habitacional deverá ser o *core business* da reabilitação urbana. -----

----- Igualmente se salientou não se encontrar nestes projectos de reabilitação um seu enquadramento com critérios de base geográficos nem uma divisão em termos funcionais. -----

----- Não foram tomadas decisões nas Comissões quanto à orientação de voto nestas propostas guardando-se os partidos representados para a sua melhor apreciação em plenário da Assembleia Municipal.” -----

----- (Assinado pelos Presidentes das duas Comissões, Deputados Municipais Pedro Portugal e Victor Gonçalves) -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, disse que chegavam finalmente à apreciação desta proposta, que tem tido alguma discussão fora da Assembleia, e de facto era tempo a discutirem no seio da Assembleia onde, naturalmente, era o local certo para o fazer. -----

----- Recordou que já o seu companheiro, Deputado Municipal Saldanha Serra, lamentara a ausência do Sr. Presidente da Câmara, que ali viram várias vezes debater esta matéria, mas que hoje, na discussão da proposta, deveria estar presente mas efectivamente não estava para a apresentar. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente da Câmara demonstrara a posição interessante de um verdadeiro avalista político, porque, em sede de empréstimos, tomava várias posições: no primeiro demitia-se se o Tribunal de Contas não viabiliza-se, e neste verificavam algum condicionamento, naturalmente político, sobre a Assembleia que lhe fizera lembrar os vários cartazes que foram colocados sobre a limitação que o PSD seria responsável pela não aprovação deste empréstimo. -----

----- Mas tudo isso era folclore à volta do empréstimo, o que era importante era discutirem a questão de fundo que eram as propostas que estavam enunciadas para o empréstimo, já que esse aval político, naturalmente, não cabia ali na discussão da proposta, mas era importante terem presente esse circunstancialismo externo, que de algum modo tentara condicionar o debate sobre a proposta. -----

----- Portanto, quanto ao cerne do problema, importava verificar que o Sr. Vereador apresentara a proposta, e apresentara-a de forma relativamente comedida no sentido de não ser tão cáustico como o próprio texto nalguns pontos apontava. Aliás, chamava a atenção para o anexo quatro da proposta 312/2009, aquela que era de algum modo o programa da reabilitação urbana, portanto de algum modo o cerne da proposta do ponto de vista programático, que não era mais do que um *copy pace* que já viram nas informações escritas: as mega-empreitadas, as mega-ruínas e por aí fora, e andava um pouco à volta dessa matéria o texto escrito que o Sr. Vereador ali, de facto, não replicara. -----

----- Disse que se falava muito de corrigir obras que tinham ficado inacabadas, obras que tinham ficado por concluir, mas se se verificasse, por exemplo, no anexo oito da proposta, via-se que de um valor de 6.420.000 euros, tinham 5.771.000 euros de obras novas contra 648.000 euros de acabamentos. Portanto, tinham ali um leque enorme de obras novas, como aliás não podia deixar de ser pela diferença das verbas entre as tais mega-empreitadas e o pedido de empréstimo que agora era feito. -----

----- Por conseguinte, relativamente às obras novas, o que importava equacionar era qual o critério e qual a opção política que foi tomada relativamente às opções ali trazida pelo Executivo. E verificavam nos respectivos anexos alguma descoordenação, ou pelo menos algum diapasão diferente consoante os serviços apresentavam os

respectivos projectos a serem contemplados pelo financiamento com base no empréstimo. E verificavam fichas relativamente completas na parte cultural ou na parte do ambiente urbano, mas outras relativamente incompletas, o que mostrava algum desacerto na apresentação da proposta, algum desequilíbrio relativamente aos diversos anexos. -----

----- Possivelmente por causa disso, teria dito a Sra. Vereadora Helena Roseta, na reunião conjunta das Comissões Permanentes de Urbanismo e de Habitação, realizada em 22 de Junho, que o que estava na proposta 312/2009 era realmente uma listagem administrativa de obras a realizar pelos serviços, opinião que lhes parecia muito acertada porque verificavam de facto, pelo conjunto dos diversos anexos e pelas obras que eram trazidas, um desequilíbrio na apresentação das mesmas, o que parecia ter sido um apanhado de uma listagem burocrática/administrativa feita pelos serviços, sem uma coordenação política, que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, um dos proponentes para a parte mais substancial da proposta, sem desprimor para a parte financeira, deveria ter agarrado em termos de coser a respectiva apresentação. -----

----- E se era certo que no anexo dois era apresentada a calendarização das despesas, o mesmo depois não era reflectido nas respectivas parcelas sectoriais, portanto tornava-se de difícil leitura a vastidão de documentos que ali eram apresentados, o que só denotava uma preparação relativamente rápida, e houvera tempo para o fazer com mais substância, entre a parte do Sr. Vice-Presidente que era apresentada no anexo dois, e respectivamente os anexos seis a quinze da mesma proposta. -----

----- Por outro lado, um outro aspecto que importava referir tinha a ver com o projecto “Viver Marvila”, ponto 12 da proposta, e naturalmente a especulação a essa sua componente. Na página nove do anexo quatro, o tal coração programático da proposta 312/2009, o Sr. Vice-Presidente da Câmara referia, entre outras coisas, intervenções no Bairro da Flamenga, como, aliás, constava também do Programa Local de Habitação, páginas 243 a 246, quando, no programa “Viver Marvila”, o Bairro da Flamenga aparecia como sendo objecto de três ou quatro intervenções a contemplar nesse bairro. -----

----- Mas ou por descoordenação na apresentação da proposta, ou por algum desacerto entre o quadro dois e o ponto doze, não verificara qualquer contemplação do bairro da Flamenga agora em sede desta proposta 312/2009. Portanto, gostaria de perceber se teria havido algum lapso de entendimento da sua parte, ou se de facto havia mesmo uma contradição entre a página nove do anexo quatro, cosendo com as páginas 243 a 246 do Programa Local de Habitação, para que o Bairro da Flamenga não tivesse ficado contemplado na versão final e, portanto, o “Viver Marvila” teria ficado aí relativamente amputada de uma das suas parcelas, assumida, de resto, no tal anexo quatro da proposta. -----

----- Continuando, disse que seria interessante que o Sr. Vice-Presidente, nos critérios que enunciara e uma vez que já viram que a verba não se esgotava na parte das verbas a acabar, nomeadamente naquele exemplo que dera do ponto oito, onde sobravam vários milhões realmente para obras novas, explicasse até que ponto não teria sido articulado com o relatório-síntese do Programa Local de Habitação. Leia-se páginas

21, 22 e 30 e os respectivos mapas síntese que eram mapas interessantes sobre, citou: “o mapa 7, página 21, concentração de edifícios com necessidade de reparação; mapa 8, página 22, concentração de edifícios muito degradados; e mapa 16, página 30, concentração de alojamentos sem retrete.” -----

----- Portanto, isto significava que tinham três índices do censo do INE que apontavam uma radiografia da cidade e a distribuição pelos respectivos bairros, onde de facto tinham situações de carência absoluta, como resultava do mapa 16, porque, por exemplo, a expressão “sem retrete”, podendo não ser a mais ortodoxa, demonstrava claramente como algumas habitações estavam de facto no limiar do mínimo de habitabilidade. E pela distribuição geográfica que ali se via das freguesias de maior incidência desses bairros, não se via um reflexo dessas intervenções geográficas ali alinhadas, para o programa no âmbito da proposta 312/2009 e da respectiva distribuição. -----

----- Por isso, ficava ali a dúvida, de novo reforçada, de que possivelmente um apanhado genérico dos serviços em termos sectoriais, sem ter cosido com instrumentos políticos de fundo, nomeadamente o Programa Local de Habitação e com a listagem exaustiva que do mesmo resultava, e que não se via traduzido, de facto, no programa ali apresentado como sendo uma magna intervenção, porque se dizia que era um empréstimo para acções prioritárias, portanto essenciais no âmbito da reabilitação, e por isso não se percebia porque era que não se tomavam em consideração esses mesmos mapas que apontavam precisamente as áreas prioritárias e essenciais para intervenção da reabilitação. -----

----- Já sabiam, o Sr. Vice-Presidente já o referira e naturalmente todos tinham essa percepção, que os 120 milhões de euros não resolviam o problema da reabilitação na Cidade de Lisboa, como era evidente. Mas então que se tivesse elencado, de forma prioritária, algumas das acções, nomeadamente em termos de padrão mínimo de habitabilidade para aquelas habitações como era o caso concreto daqueles do mapa que referira, isto é, os muito degradados e aqueles que nem sequer tinham condições de retrete nas respectivas habitações. -----

----- Tudo isto significava, portanto, que politicamente se especulara muito à volta desta proposta, especulara-se, de facto, no condicionamento político, em particular sobre o PSD, quase que como adversário da política de reabilitação, e depois verificavam que na essência da proposta, na essência daquilo que era proposto pelo Sr. Vice-Presidente, essa é que ficava muito aquém de algumas prioridades da política de reabilitação, não utilizando, ou não optimizando naturalmente os instrumentos que poderia ter, nomeadamente não fazendo uso devido do Programa Local de Habitação. -

----- Ressaltava, por exemplo, a comparação com a Comunidade Autónoma de Madrid, que com um pedido de 350 milhões de euros ia fazer uma intervenção em 186 mil fogos e, enquanto isso, Lisboa andava ali com programas como “Lisboa com Charme”, a importar expressões castelhanas, quando o que seria bom era que também tivessem importado a essência da proposta castelhana e não se ficasse só pela nomenclatura. -----

----- **O Deputado Municipal Silva Dias (PCP)**, no uso da palavra, disse que chamaram a atenção mas abstinham-se de analisar as condições do empréstimo proposto e de antever eventuais reacções do Tribunal de Contas ou duvidar do realismo da calendarização proposta, porque os serviços e o Executivo lhes davam garantia que esses assuntos teriam sido, prudentemente, tidos em contas. -----

----- Por isso, enfocavam a traziam para a discussão exclusivamente questões relacionadas com a aplicabilidade do empréstimo. Era acertada a repartição das verbas para reabilitação do espaço público, para reabilitação dos edifícios e instituições, para reabilitação de habitação destinada a rendimento, fosse municipal ou privado. -----

----- Contudo, apontavam dois aspectos que, no entender do PCP, exigiam ponderados alicerces de actuação. -----

----- Primeiro, o financiamento para a reabilitação de edifícios destinados a arrendamento, na posse de privados. No fundo, se bem interpretavam a proposta, correspondia a cobrir, em percentagem que se desconhecia, operações que envolviam obras coercivas, situação que tanto poderia resultar da inércia como do calculismo dos proprietários, pois ainda correspondia à verdade, infelizmente, dizer que em Lisboa era maior riqueza possuir uma ruína vazia que um prédio bem conservado e alugado. -

----- Por isso, era preciso que fosse encontrado um regime de arrendamento justo, que tanto era reclamado por inquilinos como por senhorios. Ora, o processo de obras coercivas era pesado, difícil de levar a cabo, incoerente por vezes e cruel, sobretudo no que se referia ao realojamento dos inquilinos enquanto decorria a obra e às garantias que eram dadas ao seu retorno. -----

----- Haveria, pois, que fazer um esforço de clarificação em procura de processos que permitissem agir com celeridade e eficácia nessa matéria. -----

----- Paralelamente, o empréstimo para a reabilitação da habitação destinada ao arrendamento camarário ou particular, colocava a necessidade de definições *ab initio* que permitissem uma distribuição equitativa e incontroversa dos recursos pelo maior número. E aí estava o drama entre o político e o técnico, cujo desfecho deveria antever todas as operações. -----

----- Referiu que eram duas as vias com que se deparavam: -----

----- A recuperação total edifício a edifício, quarteirão a quarteirão ou rua a rua se fosse possível, deitar abaixo, fazer de novo, esventrar, conservar a fachada e encher, em benefício de um número restrito, correspondia a uma gota de água no oceano advertira o Sr. Vereador quando apresentara a proposta em questão. -----

----- Ou um outro caminho que era que os benefícios seriam distribuídos por um maior número, garantindo condições mínimas de habitabilidade em acções de âmbito geográfico mais amplo e escalonado por prioridades. Primeiro, possivelmente, as coberturas, depois o sistema eléctrico, a envolvente e a estabilidade, ou as instalações sanitárias, em decisões, caso a caso, dentro de critérios gerais e firmes. -----

----- Era o confronto entre o princípio da obra finita e restrita, ou a evolutiva de benefícios generalizados, embora de usufruto dilatado no tempo. Esta proposta que discutiam parecia inserir-se na primeira, mas o Programa Local de Habitação parecia apontar para a segunda. Que se entendessem, para bem da cidade. -----

----- Recordou, no âmbito via evolutiva, sem dúvida de resultados imediatos menos visíveis, as palavras de um autarca de Alfama, nos distante anos oitenta, quando o problema começava a ser sentido, que o bairro precisava era de um grande guarda-chuva porque muita gente, e quase sempre os idosos, dormiam em casulos de plástico para que não lhes chovesse na cama. -----

----- E, nesse aspecto, recordava ainda a experiência que parecia ter sido positiva da participação das Juntas de Freguesia pondo em prática o princípio da subsidiariedade. O que podia ser decidido ao nível da freguesia não precisava de sê-lo ao nível do Município ou do Governo Central. -----

----- Disse que a evolução das técnicas de recuperação eram amistosas em relação ao processo evolutivo, pois hoje reforçava-se uma estrutura sem a alterar, ou sem a destruir, substituíam-se um pavimento sem grande incómodo, garantia-se facilmente condições de conforto a uma fachada ou a uma caixilharia. -----

----- Por fim, deixava um recado aos puristas da recuperação. Se as circunstâncias e a qualidade do espaço público ditassem prioridades em relação à recuperação da envolvente edificada, incluindo as fachadas, isso não seria pecado. Que olhassem para o Rossio e a alegria que dava a quem lá passava, ou lá estava, as fachadas limpas e os telhados arranjados, o que não implicava que se tratassem agora dos respectivos interiores. -----

----- **A Deputada Municipal Lídia Fernandes (BE)**, no uso da palavra, disse que sobre a proposta 312/2009, relativa à contratação de empréstimos até 120 milhões de euros para financiamento do Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana, cumpria-lhe tecer os seguintes comentários. -----

----- Em primeiro lugar, consideravam que o empréstimo priorizava a reabilitação, o que, no entender do BE, constituía uma prioridade dentro de das prioridades. Consideravam que era fundamental inverter a tendência de degradação do edificado, a tendência de especulação e encarecimento dos preços no acesso à habitação, era necessário inverter o envelhecimento e a perda de população. Essa era, aliás, uma linha programática do BE para Lisboa e para o País. -----

----- Propunham um programa de investimento público em reabilitação urbana como prioridade nos grandes investimentos públicos, com o objectivo central de mudar as relações económicas na habitação. -----

----- Consideravam que o investimento em reabilitação tinha a vantagem de ter o efeito multiplicativo imediato, quer por via da criação de emprego, quer por via da redução nos preços da habitação e, portanto, do aumento do rendimento das famílias. -

----- Por outro lado, a recuperação dos centros urbanos tinha ainda a vantagem de redução dos movimentos pendulares de transportes e o combate à guetização, assim como a fixação e atracção da população. -----

----- Disse que consideravam que as linhas mestras para a definição do modelo de reabilitação subjacente a este programa de investimento, assentavam numa lógica contrária às das mega-empreitadas, que tinham implicado encargos avultados para o Município e com resultados mínimos. Consideravam que o modelo agora proposto era

uma evolução relativamente ao modelo anteriormente adoptado, com mais condições de viabilidade e favorável à dinamização das pequenas e médias empresas. -----

----- No entanto, uma parte significativa dos investimentos deste programa ia para a reabilitação para o arrendamento e não para a venda, não podendo o BE deixar de saudar essa priorização, mesmo que conscientes que tivesse resultado mais de uma imposição do Banco Europeu de Investimentos do que uma opção estratégica do Executivo. -----

----- Mas a opção deixava a descoberto uma lacuna por resolver: a ausência de uma política autárquica promotora de arrendamento urbano, e levantava a incógnita sobre quais os mecanismos que se pretendia utilizar para garantir que os fogos que estavam destinados ao arrendamento fossem de facto utilizados para esse fim. E, já agora, que o fossem a custos acessíveis à grande parte da população. -----

----- Uma outra consideração tinha a ver, segundo disse, com o facto da operação abranger apenas algumas centenas de fogos. Como reconheceu o Sr. Vice-Presidente da Câmara, tratava-se de uma gota de água, neste caso para concluir obra inacabada, no esforço necessário para a reabilitação da cidade. -----

----- Referiu que a limitada capacidade de investimento do Município, que fosse capaz de inverter, ou pelo menos começar a inverter a actual tendência de degradação do parque habitacional, colocava em evidência a urgência de um programa de investimentos que priorizasse a reabilitação dos principais centros urbanos. -----

----- Disse que neste empréstimo, o pagamento de um *spread* de 0,2% ao IHRU, era bem sintoma da total desresponsabilização dos poderes centrais. -----

----- Recordou que, há alguns meses, a Assembleia Municipal rejeitara uma Moção do BE no sentido de recomendar ao Governo o lançamento de um novo programa de investimento na reabilitação. Lamentavam lembrá-lo e pensavam que era tempo da Assembleia Municipal, e as várias forças políticas que a compunham, tomassem uma posição clara no compromisso com a reabilitação urbana. Era esse, aliás, o sentido da Recomendação que apresentaram no âmbito desta proposta. -----

----- A concluir, disse que o BE reconhecia o mérito desta “gota de água” e mais uma vez alertavam que era necessário um claro investimento público aliado a uma adequada política de solos, das autarquias e do Governo, que permitisse inverter a tendência de degradação do parque habitacional, com o objectivo fundamental de fixar e atrair população para Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS-PP, como já vinha sendo evidente, tinha uma extraordinária parcimónia no que dizia respeito ao endividamento e, neste caso específico, não concordavam, no essencial, com o modelo proposto. -----

----- Basicamente tinham duas vertentes neste projecto: a intervenção no edificado para habitação, e depois a intervenção nos equipamentos, edifícios públicos, fossem municipais ou não, e a intervenção no espaço público em geral. -----

----- Ora, estes últimos investimentos eram, como toda a gente sabia, da responsabilidade permanente da Câmara Municipal de Lisboa. Ou seja, estavam a falar de investimentos que agora apresentados desta forma revelavam, pela sua

ausência no passado, o total desprezo a que a cidade antiga foi votada pelos Executivos municipais, quase diria desde sempre, quando efectivamente era obrigação de todos que este investimento que agora se estimava em cerca de 83 milhões de euros considerando todas as vertentes, edifícios públicos, espaços públicos e por aí fora, e que pelos vistos era manifestamente insuficiente ainda, que tivesse feito parte das prioridades e das obrigações da Câmara Municipal de Lisboa ao longo dos últimos vinte/trinta anos. -----

----- Pelos vistos isso não acontecera e estranhava que alguém com responsabilidade nos Executivos ao longo desses anos todos, estranhasse a desertificação de Lisboa, porque, de facto, quando não se investia nas acessibilidades, não se investia no espaço público, não se investia na própria recuperação dos edifícios que a Câmara Municipal e outros organismos públicos tinham na cidade velha, que poderiam esperar senão que o comum dos cidadãos se fosse sentindo desprezado porque não tinha condições de morar nesses locais porque as suas infra-estruturas, as suas creches, as suas escolas e o próprio espaço público se iam sucessivamente degradando. -----

----- Para além daqueles que iam morrendo nesses locais porque era óbvio que a população ia envelhecendo de forma drástica, os que não se deixavam surpreender pela velhice e pela morte obviamente tinham alguma força para mudar e então mudavam, e nem sempre mudavam para melhor. Mas, de facto, eram empurrados para a periferia, eram empurrados muitas vezes para condições de vida até mais negativas, mas era verdade que foram forçados a isso por falta de investimento ao longo dos anos, e o que agora surgia com toda a evidência era apenas a ponta do *icebergue*, conforme era reconhecido, porque quando se falava de intervenções urgentes era sinal que havia muito mais por intervencionar, mas que neste momento não era possível porque não havia capacidade financeira, nem se calhar técnica, para o fazer. -----

----- Portanto, que não se estranhasse, que não se chorassem agora lágrimas de crocodilo, porque, se a cidade se desertificara, estava no que acabara de referir uma das razões fundamentais para essa desertificação. -----

----- Por outro lado, mesmo no que dizia respeito à intervenção no edificado, não se vislumbrava uma estratégia, um modelo, um conjunto de políticas claras. -----

----- De resto, agora mesmo foi referido pelo BE que, embora a prioridade ao arrendamento fosse um bom sinal, ele resultava, por um lado, mais de uma obrigação do que de uma política assumida, e, por outro, o próprio conjunto de edifícios a intervencionar resultava, afinal, de um facto de força maior. Isto é, não tinha a ver com opções mas sim com o facto de ser um enorme conjunto de empreitadas nas quais a Câmara Municipal de Lisboa embarcara, a seu de forma irresponsável e descuidada, e que hoje urgia acabar. -----

----- Portanto, era uma intervenção que obviamente era louvável porque era preciso terminar obras que hoje em dia estavam a contribuir, afinal, para uma maior degradação dos edifícios em muitos casos, porque os desprotegeram em muitas situações, e, por isso, era preferível concluir muitas dessas obras. Mas, mais uma vez, essa intervenção iria ser uma intervenção desgarrada, sem nexos, sem um fio condutor e sem medidas e políticas claras que garantissem aquilo que era dito, de forma muito

singela, investimento em edifícios para arrendamento. Não bastava dizer que um edifício era intervencionado e que era para arrendamento, porque depois era preciso o candidato a arrendatário aparecer e entrar na casa, e isso não acontecia por magia, pois não era por acaso que, ao longo dos anos, essa situação não se verificara. -----

----- Ou seja, não se encontravam na proposta medidas concretas, medidas testadas, medidas provavelmente testadas nas cidades da Europa que tinham muito mais experiência que Lisboa. Portanto, iria ser um conjunto de intervenções porque teria que ser, porque eram obras que estavam lançadas, porque eram obras que urgia acabar e achava bem, mas o que era facto é que depois ninguém sabia muito bem o que era que iria acontecer a seguir. -----

----- Eventualmente, como em muitas infra-estruturas da cidade, seriam belíssimas infra-estruturas que depois não eram utilizadas, e assim, no fim dessas obras, teriam, provavelmente, belíssimos edifícios que continuariam devolutos, continuariam ao abandono e que entrariam, de novo, em degradação para, se calhar, daqui a dez anos estarem a repetir um qualquer programa de recuperação desses espaços depois de terem gasto milhões de euros, e então voltariam a ter que gastar mais uns milhões de euros e continuariam a ter a cidade antiga desertificada. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que a proposta nº 312/2009 destinava-se à contratação de um financiamento até 120 milhões de euros, repartido pelo IHRU, pelo Banco Português de Investimento, pela Caixa Geral de Depósitos, e pelo Dexia Sabadell. A verba destinar-se-ia a áreas urbanas críticas, que se caracterizavam por apresentarem uma elevada desqualificação urbanística, ambiental e social, uma grande carência ao nível de infra-estruturas e equipamentos e uma elevada concentração residencial, e a zonas com sinais de desertificação e desvitalização, como o casco histórico da capital. -----

----- Esse empréstimo de 120 milhões de euros, destinava-se, assim, segundo a Câmara Municipal, a levar a cabo operações de reabilitação em 800 dos 120.000 prédios degradados de Lisboa. Os bairros contemplados com projectos de reabilitação eram o Bairro Alto, a Baixa-Chiado, Alfama, Castelo, Mouraria e Marvila. E, para além desses, seriam reabilitados 31 edifícios e espaços que pertenciam ao património municipal, mas nenhum deles palácios destinados a hotéis de charme. -----

----- Referiu que o empréstimo serviria dois objectivos: concluir o programa de mega-empreitadas lançado em 2004, no valor de 27,6 milhões de euros, executado em apenas 84%, e avançar com o Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana, da responsabilidade do actual Executivo. -----

----- No que dizia respeito ao programa de reabilitação, disse que eram no total 345 empreitadas, sendo que apenas 11% das previstas, ou seja, 47 intervenções, implicavam investimentos superiores a meio milhão de euros. Outro dos objectivos era o de realojar moradores, uma vez que eram gastos cerca de 52 mil euros por mês em apoios e realojamentos directos. -----

----- Disse que do total do empréstimo, mais de 30 milhões eram para a reabilitação urbana; 6,4 para intervenções da Unidade de Projecto da Baixa-Chiado; mais de 2,9 no Bairro Alto; mais de 12 milhões seriam aplicados nos bairros de Alfama e Castelo,

a maior parte para recuperar edifícios habitacionais para arrendamento. Para a Mouraria iriam mais de 5,8 milhões, a maior parte para recuperar casas para arrendar; e para a Madragoa 142 mil euros, igualmente para reabilitar diversas casas que seriam depois arrendadas. -----

----- Ainda na área do arrendamento, disse que a autarquia pretendia gastar mais de 3,3 milhões de euros na recuperação de prédios devolutos. Em Marvila, a Câmara queria investir mais de 16 milhões de euros a recuperar fogos para alugar e reabilitar edifícios para serviços e instituições públicas e espaços comuns, infra-estruturas e arranjos exteriores. -----

----- Outra das prioridades, segundo dizia a Câmara, passava pela modernização do parque escolar, onde para a sua reabilitação iriam mais de 29 milhões de euros, mais de 13 milhões a aplicar já no corrente ano; 9,1 milhões em 2010 e os restantes 6,9 milhões a usar durante o ano de 2011, e outros 12,2 milhões seriam para a recuperação de 16 equipamentos culturais. No caso das escolas era conhecida uma série de adjudicações de obras que o Tribunal de Contas considerara não terem seguido os trâmites legais, esperando-se agora que esse exemplo não se voltasse a repetir. -----

----- Referiu que este empréstimo também não deveria ser contabilizado para efeito dos limites de endividamento de médio e longo prazo imposto às Câmaras Municipais pela nova lei das Finanças Locais. Contudo, para ser considerado uma excepção, este empréstimo precisava da aprovação do Ministério das Finanças, situação que já foi conseguida pela Câmara Municipal. -----

----- Ora, segundo as condições de financiamento acordadas com as várias instituições, os 120 milhões de euros teriam de ser gastos nos próximos cinco anos, ou seja, até ao final de 2013. Este financiamento poderia ser assegurado por quatro entidades: o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, que comparticipa com 58,9 milhões de euros, mas com um *spread* demasiado penalizador para o Município; o BPI, que assegurava 30 milhões de euros; a Caixa Geral de Depósitos, com quem estavam contratados 15,5 milhões de euros; e o Dexia Sabadell, igualmente com 15,5 milhões de euros. -----

----- Segundo a Comissão Permanente de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais, da Assembleia Municipal, a Câmara apresentava-lhes um programa discriminado, com as intervenções bem identificadas, mas no fundo o peso da habitação era de apenas um terço do bolo total dos 120 milhões e nele deveria haver maior investimento nessa área. Daí que nesta proposta de empréstimo para reabilitação urbana, uma das matérias a rever deveria ser, exactamente, o peso da habitação no Programa Prioritário de Acções de Reabilitação apresentado pela Câmara, bem como uma maior definição dos critérios técnicos para as respectivas intervenções. Foram ainda detectadas dificuldades de enquadramento de carácter geográfico. -----

----- Aparentemente, existia também alguma falta de coordenação entre a equipa do Programa Local de Habitação e o Departamento de Urbanismo quanto à filosofia das mega-empreitadas lançadas em 2004, em vários bairros históricos da capital, que hoje

quase todos criticavam, quando era o próprio Vereador do Urbanismo a alertar que o Programa Local de Habitação tinha alguns erros nesta matéria, os quais já tinha pedido que fossem corrigidos. -----

----- Por tudo isto, disse a terminar, “Os Verdes” consideravam que a informação prestada pela Câmara ao Plenário da Assembleia Municipal foi apenas precisa “quanto baste”, quando deveria ter sido bem mais exacta. No entanto, iriam viabilizar a necessária maioria qualificada. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, começou por referir que, em primeiro lugar, cabia ao PSD lamentar que na sequência de toda a polémica que foi levantada acerca desta proposta, polémica essa baseada em falsas evidências, não estivesse ali presente, como era seu dever, o próprio Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Disse, depois, que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, durante cerca de um mês, que foi mais ou menos o tempo que esta proposta estivera para ser apreciada e votada, propalara, em tudo o que era sítio, que o PSD estava a inviabilizar, com o seu não voto, com o seu atraso, a análise e a votação desta proposta e a inviabilizar aquilo que ele reconhecia como sendo a primeira e principal preocupação da Câmara, dizendo mesmo que isso seria uma das formas mais claras de proporcionar trabalho às micro, pequenas e médias empresas. Aliás, até referira que ao contrário daquilo que dizia a sua líder, o PSD estava contra e estava a obstaculizar que se pudesse promover o emprego e o desenvolvimento. -----

----- Mas era um facto que esta proposta era, em si mesma, uma mistificação porque o problema da reabilitação urbana não seria resolvido com esta pequena cirurgia. Ele era muito mais profundo, como, aliás, já ali foi bem expresso por alguns oradores que o antecederam. O problema da reabilitação urbana não se resolvia com os dinheiros municipais nem sequer com os dinheiros públicos, mas resolvia-se, isso sim, com a intervenção dos próprios proprietários na recuperação dos seus edifícios, através de medidas de incentivo, medidas de facilidade que lhes pudessem ser proporcionadas, nomeadamente em relação à aprovação de projectos, à isenção de impostos e em relação à obtenção de meios financeiros em condições favoráveis para eles próprios conseguirem recuperar as suas habitações. -----

----- E também não se conseguiria resolver apenas com isso! Teria que haver a coragem, que não era fácil a qualquer um tê-la, para rever algumas leis, nomeadamente a Lei do Arrendamento, para que este problema começasse a ser verdadeiramente resolvido. Se não, aquilo que continuariam a ver era que a degradação do edificado era superior a toda a recuperação que se pudesse fazer, portanto cada vez mais a cidade estaria em piores condições. -----

----- Era também uma mistificação esta proposta porque apenas servira de arremesso político ao PS e ao Presidente da Câmara para combater o PSD, dizendo que o PSD nada fizera em relação à reabilitação urbana e que agora o PS e o Dr. António Costa é que iriam, de uma vez por todas, resolver o problema da reabilitação urbana na Cidade de Lisboa. -----

----- Só que, como já se viu ali pelas análises feitas anteriormente, de facto além da proposta estar mal elaborada, além de ter erros grosseiros, ela não era de maneira nenhuma a panaceia para a solução de qualquer problema. -----

----- Mas, ao contrário daquilo que vinha sendo dito, foi de facto no mandato do Dr. Pedro Santana Lopes que alguma coisa se fizera de real, de objectivo e de concreto na área da reabilitação urbana. Só citava alguns casos: -----

----- Unidade de Projecto dos Bairros Históricos, no Castelo, por exemplo: 12 vistorias, 28 processos de intimação coerciva, 13 edifícios com obras realizadas pela Câmara reabilitando 50 fogos, oito edifícios com obras municipais em curso, o que acarretava a reabilitação de mais 47 fogos. -----

----- Unidade de Projecto de São Bento: 88 vistorias, 18 edifícios, 36 prédios particulares reabilitados, 29 em consequência dos 67 processos de intimação, 7 através de obras coercivas. -----

----- Bairro Alto e Bica: 238 vistorias, 64 processos de intimação coerciva, 18 edifícios municipais totalmente reabilitados, 6 edifícios municipais com obras em curso, 36 edifícios particulares recuperados. -----

----- Unidade de Projecto da Mouraria: 118 vistorias, 53 processos de intimação coerciva, 11 edifícios com obras realizadas, 30 prédios particulares intervencionados. -----

----- Baixa-Chiado: 235 vistorias, 38 processos de intimação, 3 prédios municipais reabilitados, 44 prédios particulares, 37 prédios particulares com comparticipação. -----

----- Unidade de Projecto de Alfama: 80 edifícios intervencionados, 21 prédios particulares. -----

----- E continuava um rol imenso de intervenções feitas pela Câmara gerida pelo Dr. Pedro Santana Lopes, o que desmentia claramente tudo aquilo que vinha sendo sucessivamente repetido, e às vezes as mentiras muitas vezes repetidas até chegavam a verdades. Mas eram falsas verdades. -----

----- Portanto, o que agora estava em causa era de facto repor a verdade. Aliás, o que este Executivo queria não era que as coisas andassem para a frente, mas sim vitimizarse. Era considerar que o PSD obstaculizava o seu funcionamento, quando ali viam e permanentemente verificavam que o PSD era a alavanca e o apoio do Executivo. Que o dissessem os Vereadores Manuel Salgado e Cardoso da Silva, e todos aqueles que, através das Comissões, têm visto no PSD um apoio permanente aos seus objectivos e à resolução, concreta e correcta, da problemática daquilo que representavam os problemas de Lisboa. -----

----- Disse que o Sr. Presidente, além de não estar ali presente, nunca pedira desculpa à afronta que fizera à Assembleia Municipal de Lisboa. Aliás, nem sequer viu, não sabia se teria havido, qualquer esclarecimento relativamente à matéria que foi suscitada pela própria Presidente da Assembleia. Portanto, não pedira desculpa depois do que fizera, que foi um abuso de autoridade, um abuso de posição dominante que não podia fazer, porque de facto não era leal, não era democrático, não era correcto e era falso. -----

----- Por outro lado, o PS, ao andar a espalhar cartazes pela cidade a dizer que o PSD estava contra a reabilitação urbana, também era falso. Porque isto não era reabilitação

urbana como deveria ser, já se viu que era incorrecta, já se viu que era incompleta, já se viu que não tinha os objectivos claros e definidos como, aliás, o Deputado Municipal Pedro Portugal, o Deputado Municipal Silva Dias e outros Deputados Municipais já ali o afirmaram. Era um processo meio torcido que de facto não resolvia o problema, nomeadamente não resolvia o principal problema que era o problema da habitação. -----

----- Aliás, este processo incluía também como objectivo a recuperação da Casa dos Bicos, que foi entregue ao Prémio Nobel da Literatura José Saramago, com um milhão de euros. O PSD não estava contra que José Saramago tivesse a sua Fundação em Lisboa, não estava contra que a Fundação José Saramago se desenvolvesse, não estava contra nada disso. O que estava contra e criticavam, era que na situação de grave crise económico-financeira da Câmara, numa situação em que todos os dias a Câmara se chorava pela incapacidade financeira que tinha, não podia esbanjar dinheiro em subsídios para filmes, em subsídios para tudo e qualquer coisa, no sentido de angariar e de conquistar de alguma forma a classe cultural que operava na Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, este processo estava inquinado, e estava inquinado desde logo pela ausência flagrante, diriam mesma abusiva, daquele que era o principal responsável, daquele que andara a atirar pedras a toda a hora à Assembleia Municipal, mas que agora nem sequer ousava estar presente para defender esta proposta. O Dr. António Costa, ao contrário do que ali fizera o Sr. Vice-Presidente Manuel Salgado, utilizara termos numa linguagem verbal agressiva e hostilizante em relação ao PSD, quando tratara, em todas as análises que fizera, relativamente a esta proposta. -----

----- Por isso, era obrigação dele estar ali, era obrigação dele ver a posição do PSD, porque era mentira, era falso, que ele tivesse preocupação alguma com a reabilitação. E tanto não tinha que foi ali dito pelo próprio Vereador Cardoso da Silva que este processo só viria a ter resultados no próximo mandato. Então a urgência era tanta, a pressão era tanta, o desassossego era tanto, e agora dizia-se que só daqui a três ou quatro meses este processo iria ter alguma viabilidade? -----

----- Então como era? Isto apenas foi utilizado como arma de arremesso político, e isso é que a Assembleia Municipal não iria admitir, porque as questões da reabilitação eram demasiado sérias para poderem ser utilizadas como arma de arremesso político. Todos estavam empenhados em reabilitar a Cidade de Lisboa, todos tinham interesse em recuperar os edifícios mais degradados, quer fossem de habitação, quer fossem de áreas culturais, quer fossem de equipamentos, mas não podiam deixar de considerar, em conjunto, que este era um problema estrutural, como aliás era também estrutural o problema do financiamento como ali já foi referido. Portanto, este era um problema estrutural que teria que ser resolvido de uma forma global e que não podia ser resolvido aos bocadinhos. -----

----- Disse, ainda, que esta Câmara tinha como facilitismo o endividar-se, ter mais empréstimos, mas verificavam – disse dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal Carlos Marques – que apesar da dívida a curto prazo ter diminuído, o conjunto da dívida aumentara no ano de 2008, e aumentara substancialmente. Aliás,

isso foi ali explicado ao Deputado Municipal Carlos Marques quando ali referira que o PSD não fizera nada, o que era sinal que tinha pouca memória porque se tivesse memória lembrar-se-ia daquilo que o PSD em pouco tempo fizera, ao contrário das coligações em que o Deputado Municipal Carlos Marques participara, primeiro com o Dr. Jorge Sampaio, depois com o Dr. João Soares e agora com o Dr. António Costa, tinham feito. -----

----- Portanto, era muito fácil vir agora ali com acusações de grande hostilidade em relação ao PSD, porque o Deputado Municipal Carlos Marques não conhecia ou não queria conhecer a realidade, e não queria comparar o que era comparável. Apenas atirava cá para fora alguns chavões que não tinham nada de concreto, não tinham nada de substância, e era preciso que tivessem consideração e consciência naquilo que diziam, porque se houve áreas em que se actuara no mandato do Dr. Pedro Santana Lopes foi justamente na área da reabilitação, ao contrário do que acontecera nos 12 anos anterior do PS, em que praticamente não se reabilitara um prédio. Apenas se actuara, e isso sempre ali foi louvado, na área do PER, que foi um programa lançado pelo PSD quando estivera no Governo. -----

----- Por isso, que não viessem mistificar as coisas. O PSD entendia que este empréstimo era mais uma forma de transportar para o futuro uma dívida ainda maior. Eram mais 250 milhões de euros que iriam ser considerados no final do ano, e que não foram assim tão bem negociados quanto isso, por muito bem que pudessem ter sido, já que em relação ao IHRU era inadmissível que o IHRU cobrasse um *spread* em relação a um empréstimo com o qual não tinha nada a ver uma vez que a Câmara se responsabilizava por todos os encargos relativamente ao Banco Europeu de Investimentos, portanto era apenas uma cedência de valor, assim como não se admitia que a Caixa Geral de Depósitos fosse a instituição bancária que apresentava maior *spread*, pois como empresa pública que era deveria ter em consideração que estava a emprestar a uma Câmara Municipal e consequentemente deveria ter um *spread* mais baixo, ao contrário do que fizeram os outros bancos privados. -----

----- Por fim, disse que não foi a forma mais correcta a maneira como foi lançado este empréstimo, e foi totalmente incorrecta a forma como foi publicitado. E a luta política que o PS utilizara para denegrir utilizando este empréstimo, desvirtuava até o verdadeiro problema que era o problema da reabilitação urbana. Se queriam ir a algum lado só podiam ir pelo caminho da verdade, porque quem mentia, mais cedo ou mais tarde era apanhado. -----

----- **O Deputado Municipal Feliciano David (PCP)**, no uso da palavra, começou por referir que o PCP considerava este empréstimo necessário por se destinar a obras de reabilitação urbana da maior importância para a cidade, algumas delas iniciadas no mandato de Santana Lopes e que, lamentavelmente, não foram concluídas, bem como outras obras que iriam beneficiar algumas populações mais carecidas e também o parque escolar. Mas sobre isso o seu colega, Deputado Municipal Silva Dias, já se pronunciara. -----

----- Portanto, ia fazer algumas observações que não podia deixar de fazer, a primeira das quais se referia à óbvia impossibilidade da sua calendarização poder ser cumprida,

ao prever um investimento de 47 milhões de euros deste empréstimo para este ano, conforme o Sr. Vereador referira. O pedido surgia demasiado tarde, tanto mais que parecia que estava a ser preparado há mais de um ano. -----

----- A segunda observação disse que tinha a ver com o Tribunal de Contas, que devido ao grau de endividamento da Câmara poderia levantar objecções à sua aprovação, tendo em conta o artigo 35º da Lei das Finanças Locais, quando se referia à equidade inter-geracional e particularmente nas alíneas c) e d) quando se referia à prevenção da excessiva concentração temporal da amortização e à não exposição a riscos excessivos. -----

----- Referiu que a terceira observação tinha a ver com o facto do empréstimo ter de ser vertido naturalmente no BPI, já aprovado, pelo que seria vantajoso que dele constassem todos os investimentos do quadro 1, devidamente assinalados. -----

----- A quarta observação referia-se, conforme acabava de ser dito, à perplexidade que lhes causava o facto de um banco do Estado, a Caixa Geral de Depósitos, ter fixado um *spread* superior em 0,43% ao do BPI, o que era lamentável. -----

----- Disse, depois, que se este empréstimo fosse aprovado já não poderia ser executado pelo actual Executivo mas pelo que fosse eleito, que ficaria assim a dispor de uma verba de mais de 120 milhões de euros para investir na cidade, e em termos de comparação era de recordar que o Plano de Actividades para 2009 não excedia 175 milhões de euros, o que dava para ver a importância do volume deste empréstimo. Por isso, a verba para investir no próximo mandato aumentaria bastante, até porque não teriam que ser amortizados nos próximos quatro anos os 60 milhões de euros da parte do empréstimo do IHRU. -----

----- Mas era importante apreciar esta proposta para avaliar os custos que este empréstimo tinha. O Executivo que for eleito teria de pagar por ano apenas cerca de três milhões de euros, e dizia apenas porque o pior era o resto, já que nos anos seguintes, concretamente entre 2014 e 2023, portanto um período de dez anos, os encargos totais excediam os seis milhões, uma média de dez milhões ao ano. Era aí que entrava o problema da equidade inter-geracional a que a Lei das Finanças Locais fazia referência. -----

----- E, nesse aspecto, os dois empréstimos hoje propostos pela Câmara, se fossem aprovados, aumentavam os pesados encargos já existentes cuja soma ascenderia, nos próximos dez anos, a 900 milhões de euros. Ou seja, nos próximos dez anos, estes seriam os custos do serviço da dívida dos empréstimos contraídos pela Câmara. -----

----- Dirigindo-se ao Sr. Vereador Cardoso da Silva, que questionara os números, disse que era fácil de ver, bastava que analisasse o quadro que fizera, aumentasse também os juros referentes ao empréstimo do PREDE e verificaria que a soma, nesse período de dez anos, dava à volta de 900 milhões de euros. Por isso, impunha-se que a Câmara, antes de ter apresentado esta proposta, tivesse elaborado o plano a que fizera referência aquando da proposta 406/2009, porque, assim, a Assembleia estaria muito mais habilitada a pronunciar-se tendo em conta o futuro da cidade. -----

----- Por fim, disse que o PCP entendia que este empréstimo se destinava a obras benéficas para a cidade, que foi bem negociado e que, por isso, as condições eram

favoráveis. No entanto, em face das reservas que colocara, o PCP iria abster-se na votação das propostas. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por referir que a proposta que agora estava em discussão tinha a ver, no entender do BE, com uma questão central e estratégica da Cidade de Lisboa que era a recuperação das habitações. -----

----- Disse que o BE tem dito e defendido que Lisboa atravessara, há cerca de 18 anos, uma fase que ficaria marcada na história pela definição de uma estratégia urbanística para a cidade, começando por ter, pela primeira vez, um Plano Director Municipal, cuja reformulação aguardavam há vários anos, e, passado algum tempo, seguiu-se uma segunda estratégia fundamental da cidade que foi acabar com os bairros de barracas e a construção de habitações sociais ao abrigo do Plano Especial de Realojamento, mas era entendimento do BE que a fase estratégica em que agora se encontrava a cidade deveria ser a de parar com a construção e recuperar, recuperar, recuperar. -----

----- Os últimos dados que ali têm sido avançados várias vezes, inclusivamente num relatório do Sr. Presidente da Câmara, que lamentavelmente hoje não estava ali presente, referiam que Lisboa teria cerca de 70.000 casas devolutas. Mas além dessas casas devolutas, seria bom não esquecer as casas que não estando devolutas não estavam em condições de habitabilidade, de que já ali foram dados vários exemplos e que eram vários milhares também. E não estava a falar das zonas muito antigas da cidade. Inclusive já ele próprio ali dera um exemplo concreto nas chamadas Avenidas Novas! -----

----- E este empréstimo que agora estavam a tratar, independentemente da forma como foi negociado, tinha várias coisas que eram interessantes e que gostaria de lembrar. É que, de facto, Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves, a verdade tinha perna curta, muito curta mesmo, e pessoalmente costumava falar de factos e não de adjetivos. E os factos eram os seguintes: -----

----- Existia um *outdoor* enorme, gigante, hoje cinzento-escuro, na Av. Fontes Pereira de Melo, colocado pela Câmara Municipal na altura do Dr. Pedro Santana Lopes, onde se dizia que se estavam a recuperar não sabia quantos milhares de casas na Cidade de Lisboa. Nessa altura, o BE fizera um requerimento à Câmara, porque nunca viram esses milhares de casas recuperadas até hoje, requerendo que lhes dissessem rua, número de porta, casa recuperada, mas já passaram vários anos e até hoje continuavam à espera dessa informação. Só que o *outdoor* continuava lá! -----

----- A um aparte, respondeu: “certo, só que não vimos é as casas recuperadas, ainda continuamos à espera de ver onde é que estão”. -----

----- Mas viram que foi feita uma mega-empreitada, no valor de 27 milhões de euros, empreitada essa que já gastara o dinheiro todo não só nas adjudicações e no início do pagamento aos empreiteiros, como a seguir nas multas que tiveram que pagar aos empreiteiros por terem suspenso as obras e depois nos juros que também tiveram que pagar, e apenas dessa mega-empreitada se conseguira fazer 46% das obras. Nem a 50% chegara, até hoje! -----

----- Por isso, queriam dizer que independentemente da opinião de fundo que tinham sobre o problema geral que estava por trás deste empréstimo, ele tinha algumas coisas bastante positivas: acabava com as mega-empreitadas, à imagem daquela mega praça pública no Campo Pequeno, de que com certeza se lembravam, em que se venderam os lotes todos, que eram só mesmo para os grandes, e mesmo assim ainda se desentenderam já que foi só um para ganhar porque já estava acordado que era para ganhar como se sabia. Porque era assim, era sempre para os grandes, para os tubarões.

----- Portanto, queria dizer que pela primeira vez saudavam o facto de não haver mega-empreitadas e haver vários tipos de empreitadas desde alguns, poucos, milhares euros até algumas centenas e milhares de euros o que daria para concorrerem todo o tipo de empresas de construção civil. -----

----- Disse que tal como já ali referira a sua camarada, Deputada Municipal Lúcia Fernandes, o BE queria saudar o facto de, através desta recuperação, se criar um parque habitacional de arrendamento, coisa fundamental que não existia em Lisboa. Portanto, arrendamento, arrendamento e arrendamento. -----

----- Referiu que não podiam estar de acordo com o Deputado Municipal Victor Gonçalves quanto às centenas de milhares de fogos que havia para recuperar na Cidade de Lisboa, porque entendiam que a Câmara Municipal de Lisboa não se podia ajoelhar perante o neo-liberalismo, isto é, que os proprietários é que iriam resolver porque isso era falso e dizia-o de forma simples e precisa. -----

----- Na Av. Duque d'Ávila, 65 – 1º, ele próprio, no dia em que o Dr. João Soares entrara no hospital na África do Sul, estava na Câmara Municipal de Lisboa a reclamar que se fizesse a recuperação de um andar desse prédio, mas passaram cerca de 20 anos e o senhorio não recuperara o andar. Mesmo com intimação da Câmara a dizer que tomava posse administrativa do andar, o senhorio o que fazia era rir-se na cara da Câmara dizendo: “Vão tomar posse administrativa? E têm dinheiro para fazer obras?” -----

----- De facto, de acordo com a Lei podia-se intimar o senhorio no sentido de que se ele não fizesse as obras a Câmara podia tomar posse administrativa. Mas os senhorios riam-se todos da Câmara porque, como era evidente, sabiam que a Câmara não tinha dinheiro. -----

----- E justamente por acreditarem nessa perspectiva neo-liberal de que os privados é que iriam resolver o problema, é que tinham a cidade como estava, porque o que eles queriam era especulação imobiliária, que, aliás, foi uma das grandes bases da crise mundial a que estavam a assistir. De resto, o Deputado Municipal Victor Gonçalves, se tivesse coragem de ser sério, diria que a crise mundial que estavam a ter hoje tinha a ver principalmente com o problema da especulação imobiliária. Não era ele que o dizia, eram os maiores economistas do mundo inteiro de quase todos os quadrantes políticos. -----

----- Portanto, ou os órgãos do Estado, entre os quais os Municípios, tinham a coragem de dizer: “nós vamos assumir o nosso papel social, nós vamos assumir o nosso papel de dirigir a cidade, nós vamos assumir o papel de recuperar a cidade, ou então não havia mais cidade recuperada”. -----

----- Por isso, estavam de acordo com a proposta que o Grupo Parlamentar do BE fizera na Assembleia da República, porque o que era preciso era penalizar esses senhorios dizendo-lhes que quem tivesse casas devolutas e não as colocasse no mercado, levava 5% no IMI por causa disso. -----

----- Mas por que era que apresentavam uma Recomendação e tinham dúvidas, não da boa vontade do empréstimo, mas da sua eficácia? Era porque estavam a falar de 120 milhões de euros, dos quais uma parte era para alguns edifícios municipais, outra parte era para algumas escolas, outra parte era para algumas ruas, uma parte para a Casa dos Bicos, e depois ficava o restante para a recuperação de casas. -----

----- Concretamente, porque estava obra a obra discriminado, contavam 800 fogos. O Sr. Vereador, na Comissão Permanente de Finanças, disse que para essas coisas todas corresponderiam sensivelmente 40%, ficando 60% para a recuperação das casas. Mas mesmo que fossem 50% estavam já a falar de 60 milhões de euros, e com 60 milhões de euros propunham-se recuperar 800 fogos numa cidade que se dizia ter 70.000 fogos devolutos, fora os que estavam habitados e que não tinham condições e tinham que ser recuperados. Ou seja, estavam a tratar de uma gota de água num gigantesco oceano, em relação a uma cidade que caminhava para a desertificação, que perdia 100 mil habitantes em cada dez anos, e isso não podia ser. -----

----- Por isso, o que diziam era que o que precisavam não era de continuar a tratar de pingos e gotas de água do oceano, mas decididamente encarar que a questão central de Lisboa, hoje, era um plano especial de recuperação da cidade. Essa era a estratégia das estratégias! Não chegava dizer que iam gastar 60 milhões de euros para recuperar 800 fogos, precisavam de ter a ousadia e a coragem para encontrar os meios, nomeadamente reivindicando no QREN, no Governo e em Fundos Europeus, porque precisavam de ter uma tarefa estratégica para a recuperação do centro da cidade para que ela pudesse ter vida e para isso era preciso trazer gente para a cidade. -----

----- Mas isso significava tratarem de 70.000 fogos devolutos e não apenas de 800 fogos, e era justamente por isso que este empréstimo pecava. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que procuraria ser o mais telegráfico possível, tendo em conta os apelos da Sra. Presidente à celeridade dos trabalhos. -----

----- Primeiro ponto: estas propostas, 312/2009 e 312-A/2009, não eram propostas em que o PSD se revisse. -----

----- Segundo: os seus companheiros, Deputados Municipais Pedro Portugal e Victor Gonçalves, já ali falaram, de forma muito clara, sobre as fragilidades do conteúdo das propostas e em especial as dúvidas e interrogações que lhes suscitavam as prioridades definidas pelo Executivo para a reabilitação urbana, no âmbito do PIPARU. -----

----- Terceiro: onde estavam os dois quarteirões, na Baixa da cidade, que o PSD incluía num acordo com o Executivo no sentido de viabilizar um conjunto de propostas, entre as quais o MUDE, e que o Executivo remetera para uma qualquer gaveta não estando minimamente preocupado com a verdadeira reabilitação urbana, reabilitação urbana essa que qualificava e multiplicava a capacidade da cidade para

reter e trazer para dentro dela novos habitantes? Perguntava onde estavam, mas já viram que com certeza não era prioridade desta equipa municipal. -----

----- Quarto: disse que, para além do conteúdo, esta proposta padecera de forma desde muito cedo. Foi a rábula dos cartazes que a Câmara colocara em edifícios na Cidade de Lisboa, numa campanha enganosa para os lisboetas. -----

----- Quinto: o Dr. António Costa nunca solicitara o agendamento urgente deste empréstimo na Assembleia Municipal, procedimento que já usara neste mandato e que revelava bem a forma despreocupada e pouco empenhada com que o Executivo municipal verdadeiramente sempre convivera com este empréstimo. -----

----- Sexto: o próprio Vice-Presidente da Câmara, Arqtº Manuel Salgado, demorara muito tempo para reunir com a Comissão de Urbanismo para discutir, em concreto, aspectos desta proposta. -----

----- Sétimo: o Vice-Presidente da Câmara, Arqtº Manuel Salgado, nunca cumprira os compromissos que assumira com a Presidente da Assembleia de retirar os cartazes da campanha, que eram cartazes de uma campanha desavergonhada, desprestigiante para o Município e para a própria Assembleia Municipal, e utilização abusiva do seu símbolo. -----

----- Oitavo: o Dr. António Costa nunca se demarcara dessa campanha, dissera mesmo que esses cartazes eram informação institucional, mas esses cartazes apareceram em simultâneo com idêntica campanha de desinformação do PS. -----

----- Nono: era inaceitável, por isso, que o Dr. António Costa tivesse permitido essa utilização abusiva e ilegal do símbolo da Assembleia Municipal de Lisboa na campanha, e que tivesse dessa forma aceite e pactuado com o desrespeito gravíssimo, do ponto de vista institucional, para com a Assembleia Municipal. Nessa campanha, o Dr. António Costa estivera muito longe de agir na prossecução do interesse público, e teria havido hoje a possibilidade do Executivo municipal de alguma maneira se retratar dessa campanha que fizera, mas o Sr. Presidente da Câmara primara pela ausência, que era de assinalar e que era uma ausência que se sentia presente na Assembleia, porque naquilo que era estruturante, estratégico e fundamental para a sua equipa, o Presidente não só hoje não estivera presente, como se tivessem discutido a proposta há uma semana atrás também não estava, o que revelava que estava pouco interessado com esta questão para a Cidade de Lisboa. -----

----- Mas teria havido a hipótese para o Sr. Vice-Presidente da Câmara, que foi um dos artífices dessa campanha grosseira que foi feita contra a Assembleia Municipal de Lisboa, ter ido ali à tribuna retratar-se, dizer que tinha errado, dizer que se tinha enganado, dizer que não tinha querido fazer aquilo que fizera. Aos costumes dissera nada, revelando, mais uma vez, um completo e total desrespeito para com a Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, não podiam aceitar que numa questão desta importância o Presidente da Câmara primasse pela ausência e não estivesse ali a defender a sua dama perante a Assembleia Municipal, naquilo que era tão estratégico e tão fundamental para a sua equipa. Depois de todos os cartazes que espalhara pela cidade, depois de toda a chantagem política que foi feita pela Câmara sobre a Assembleia Municipal, depois de

apoiar o ataque do Vice-Presidente da Câmara, Arqtº Manuel Salgado, à liberdade e à autonomia de decisão da Assembleia Municipal, este seria tempo do Dr. António Costa dar respostas e pedir desculpas perante a Assembleia Municipal. Não o quisera fazer, e isso, para o PSD, era também um sinal. -----

----- Disse, ainda, que esta proposta, conforme o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador das Finanças ali reconheceram, teria pouca ou nenhuma tradução concreta neste mandato. Ela estava a ser apreciada e iria ser votada a três meses das eleições, com eleições já marcadas, estando a Câmara como que numa situação de gestão. -----

----- Esta proposta, apresentada neste momento, iria condicionar, de forma substancial, a política que o futuro Executivo municipal, eleito em 11 de Outubro, teria em matéria de reabilitação urbana, fosse no mecanismo de financiamento impondo o endividamento, fosse no volume do empréstimo impondo os 130 milhões de euros, fosse no património a reabilitar impondo os imóveis que constavam do PIPARU. -----

----- O próximo Executivo, de forma livre e descondicionada, sem que daí resultasse prejuízo para a cidade, conforme decorreria daquilo que o Sr. Vice-Presidente da Câmara e o Sr. Vereador das Finanças ali disseram quanto à aplicação concreta desta proposta, poderia recuperá-la daqui a três meses, ou apresentar outra de acordo com as suas prioridades. -----

----- Terminou dizendo que, por todas estas razões, tal como referira no início, estas não eram propostas em que o PSD se revisse. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, no uso da palavra, disse que o PSD foi ali falar de presenças, ausências, cartazes, papel, cola, panfletos, enquanto que o PS falava de reabilitação urbana, porque era isso que teriam que ali decidir hoje e agora. Já não era tempo de discutir artifícios nem artífices, porque não os houvera. O que houve foi clareza e transparência em toda esta discussão, aliás em quantidade e qualidade, bastava ver o tempo que esta proposta já os ocupara em dias, e hoje em horas. -----

----- Referiu que o PSD via apenas sinais, o PS via um caminho. O PSD ignorava que os mandatos começavam no primeiro e terminavam no último dia, pelo que não tinham um Executivo em gestão mas sim um Executivo em funções. Não estava demissionário, não estava a gerir em situação de demissão ou em qualquer outra circunstância excepcional. -----

----- Portanto, os interesses inter-geracionais, ou inter-mandatos, que o PSD ali parecia – e dizia que “parecia” porque não tinha a certeza já que foi muito dúbia a intervenção do Deputado Municipal Saldanha Serra quanto a esse ponto – querer acautelar o que a própria Lei das Finanças Locais pensara. Pensara porque dispunha no artigo 38º, n.º 8, que passava a ler porque certamente nem todos estariam munidos da própria: “Sempre que os efeitos da celebração de um contrato de empréstimo se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, deve aquele ser objecto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções.” -----

----- Portanto, tinham todos ali, hoje, uma decisão importantíssima a tomar, e que não era de trica política, era de política a sério. Ou reabilitavam, ou apostavam na reabilitação, ou não apostavam na reabilitação, e todos os que ali estavam hoje, porque estavam em efectividade de funções, não poderiam abster-se, porque uma abstenção era igual a votar contra, era dizer não a esta proposta. Apenas os votos a favor contavam para essa maioria absoluta, e não as abstenções. A abstenção era uma saída airosa que o PSD tinha utilizado amiúde, mas gostava de chamar a atenção de todos os Grupos Municipais que, para que esta proposta passasse, a maioria dos Deputados Municipais teria de votar a favor, e não de se abster ou de votar contra, naturalmente. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que era uma intervenção muito breve porque tiveram agora o segundo episódio do condicionamento e da chantagem política. Depois do condicionamento da Câmara com os cartazes e com as declarações do Sr. Vice-Presidente Manuel Salgado, tinham agora, em plena hora de ponta, ou seja, em plena hora de votação, o condicionamento e a chantagem do PS que, desesperadamente, ali foi procurar fazer essa chantagem. ---

----- Mas o PSD não se condicionava por ninguém nem por nada, a não ser por aquilo que era a sua interpretação do interesse da cidade, nos vários momentos em que esse interesse tinha que ser analisado. -----

----- E neste momento, perante esta proposta na conjuntura actual, a três meses de eleições, com eleições já marcadas, o PSD entendia que não se revia nesta proposta por razões de conteúdo que ali foram explicitadas, claramente, pelos Deputados Municipais Pedro Portugal e Victor Gonçalves em matéria de reabilitação urbana, e pelas questões, também de forma, que ele próprio juntara às considerações que o PSD fazia sobre esta proposta. -----

----- Portanto, para que ficasse claro, o PSD não se condicionava, nem por cartazes chantagistas, nem por declarações condicionantes de quem quer que fosse na Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por aludir à Recomendação apresentada pelo PSD sobre as propostas 312/2009 e 312-A/2009 e ainda o requerimento para alteração da Ordem de Trabalhos com a passagem da proposta 406/2009 para discussão e votação em primeiro lugar, dizendo que sabiam que o processo destas propostas tem sido deliberadamente atrasado pelo PSD, e esta era mais uma atitude desse tipo, pelo que conviria que o PSD esgotasse todo o seu arsenal de exigências. -----

----- A cada um dos Deputados Municipais e aos Grupos Municipais cabia exigir os elementos que entendiam convenientes para exercerem as suas funções. Isso era inequívoco na legislação e no Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Mas agora, na Recomendação sobre as propostas 312/2009 e 312-A/2009, vinha um parágrafo acusatório do Presidente da Câmara sobre a não solicitação de agendamento urgente destas duas propostas, que, afinal, o PSD até viabilizaria antes da proposta 406/2009. Suprema hipocrisia. Afinal os castelos de dúvidas caíam por terra, os processos e as propostas foram atrasadas enquanto quiseram, e agora já

deixavam passar a proposta 406/2009 e já se sabia o que ia acontecer às propostas 312/2009 e 312-A/2009. -----

----- Disse que a cidade, as empresas e as populações de Lisboa, nomeadamente os bairros municipais e as zonas que careciam de intervenção urgente de reabilitação urbana, não mereciam estes jogos eleitoralistas e farsas mal representadas. -----

----- Saudavam as populações dos bairros dos Lóios, Amendoeiras, Olival/Flamenga, Armador, Condado e de outros bairros de Lisboa pelas lutas que tiveram, e que sempre acompanharam, ao longo dos anos, de forma clara e inequívoca, sem jogos e malabarismos de ocasião. -----

----- Era preciso que a reabilitação urbana se fizesse com o respeito pelos direitos e interesses reais, e isso exigia o acompanhamento e a participação organizada dos principais interessados, os habitantes dos bairros e das freguesias. -----

----- Referiu que a Assembleia Municipal iria acompanhar os processos, e estariam atentos, na Assembleia e no terreno, em cada bairro, para que se fizesse justiça e as populações tivessem melhor habitação e mais qualidade de vida. -----

----- Concluiu dizendo que perante a situação que o PSD estava a criar a estas duas propostas, o PCP declarava que iria votar favoravelmente as propostas 312/2009 e 312-A/2009. -----

----- **A Deputada Municipal Marta Rebelo (PS)**, novamente no uso da palavra, disse, dirigindo-se directamente ao Deputado Municipal Saldanha Serra, que achava extraordinário como era que entendia que uma figura tão franzina como a sua conseguia chantagear uma quantidade tão imensa de Deputados Municipais. -----

----- Mas independentemente de considerações quanto ao seu peso e à sua fragilidade ou força, extraordinário era considerar que a leitura de um preceito legal, sem sequer lhe oferecer qualquer interpretação de qualquer género, fosse chantagem ou condicionamento. Naturalmente o PSD votaria em consciência como bem entendesse, mas a Lei era esta. Poderiam fazer um pequeno inquérito para ver quem era que tinha a Lei das Finanças Locais ali levantando o dedo, por exemplo. Mas era importante relembrar o seu significado. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que pretendia fazer um protesto contra a intervenção do Deputado Municipal Modesto Navarro, mas antes permitia-se dizer à Deputada Municipal Marta Rebelo que, para o PSD, o importante de quem falava da tribuna era a voz. Masculina ou feminina, feminina ou masculina, era a voz. E o que lhes interessava daquilo que era dito ali, era pelas várias vozes que ali se ouviam, e a Deputada Municipal Marta Rebelo permitir-lhe-ia que tivesse interpretado a sua voz de forma condicionadora da votação do PSD. -----

----- Passando ao protesto, disse que o PSD não atrasara nada. Aliás, o Deputado Municipal Modesto Navarro tinha ilustres e reconhecidos elementos do seu Grupo Municipal, alguns dos quais com quem aprendera muito quando começara na Assembleia, precisamente na área do urbanismo, que estavam nas Comissões, e o Deputado Municipal Modesto Navarro sabia tão bem quanto ele que houve muito trabalho feito em sede de Comissões, da Reabilitação Urbana e do Urbanismo, que era necessário para desbastar, perceber e aprofundar a análise a estas propostas. -----

----- Portanto, o PSD atrasara tanto quanto as restantes forças políticas atrasaram, ou seja, o ritmo foi o ritmo que as Comissões sentiram necessidade de impor, e as Comissões, felizmente, tinham representantes de todas as forças políticas. Por isso, o PSD não aceitava ali libelos de qualquer tipo de atraso. Isso era preciso que ficasse muito claro, porque o atraso, a existir, responsabilizava todos os Grupos Municipais do PSD ao BE. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, em contraprotesto, começou por dizer, em resposta aos apelos da Sra. Presidente para a celeridade dos trabalhos, que compreendia os apelos, mas em matéria de tanta importância para a cidade estar a reduzir a discussão e a intervenção, até certo ponto era aceitável, mas a partir daí não. -

----- Referiu que não eram ingénuos. Estava na Conferência de Representantes e viu a forma como várias vezes o PSD enviara propostas para as Comissões, etc., etc., etc. E em relação a este processo tinham memória, não se esqueceram do final da reunião passada, coisa que acontecera ao Deputado Municipal Saldanha Serra, como não se esqueceram dos vários meses em que ali andavam nesta situação. -----

----- Disse que por caso foi criticado pelo facto de se terem absterido na votação da passagem da proposta 406/2009 à frente da proposta 212/2009 na Ordem de Trabalhos. Mas devia dizer que defendia inteiramente o direito de qualquer Deputado Municipal de qualquer Grupo ter acesso a toda a documentação, mas, que diabo, tivera todas as respostas e, neste momento, o que se provava claramente era que o PSD tinha uma intenção que era não responder seriamente aos problemas da cidade. --

----- Portanto, tanto jogo tanta acusação, e afinal tinha os reais interesses dos bairros municipais, dos bairros populares, de todas as áreas da cidade. Isso era o que de facto ficava registado na Assembleia. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que estava de facto escrito nas estrelas que o PSD iria inviabilizar a reabilitação urbana na Cidade de Lisboa. Foi isso o que acontecera hoje! O PSD sabia perfeitamente bem que uma abstenção nesta votação era a mesma coisa que votar contra, e foi esse o sinal claro que o PSD quisera deixar à cidade. -----

----- Ou seja, o sinal claro que o PSD quisera deixar à cidade era que em nome dos *timings* eleitorais do seu próprio calendário, deliberadamente prolongara em demasia esta proposta e impedira hoje que se aprovasse um projecto de reabilitação urbana que, curiosamente, só iria começar a ser implementado depois das próximas eleições autárquicas. -----

----- Referiu que com esta votação o PSD sacrificava os interesses de centenas de famílias que foram desalojadas no tempo da gestão de Santana Lopes na Câmara Municipal de Lisboa para que fossem reabilitadas as suas habitações, mas que depois, porque se deixara de pagar aos empreiteiros que estavam a reabilitar, essas pessoas não regressaram às suas habitações ficando alojadas *ad-hoc* infinitamente em habitações privadas, custando isso à Câmara, anualmente, mais de 1,2 milhões de euros de rendas. -----

----- Portanto, a primeira realidade era que o PSD, com este chumbo, impedia que se promovesse a reabilitação do espaço urbano e que se promovesse a reabilitação do

parque educativo. O PSD, com esta sua intervenção, impedia que se promovessem reabilitações de escala em grandes bairros municipais, principalmente na Freguesia de Marvila. O PSD com certeza teria que assumir as responsabilidades por este chumbo, por esta abstenção que era um voto cínico! -----

----- Mas o PS tinha a absoluta convicção que as cidadãs e os cidadãos de Lisboa, e aqueles que eram objectivamente prejudicados porque mais meses fora das suas habitações era um sacrifício imperdoável que se impunha às famílias, responsabilizariam o PSD por este voto que hoje ali iria ter. -----

----- E não havia desculpas de cartazes, não havia desculpas de que a proposta estava ou não estava correcta, porque o próprio PSD reconhecia que têm tido à frente da Câmara Municipal de Lisboa uma das pessoas mais competentes na área da economia e finanças, o Sr. Vereador Cardoso da Silva, que muitas vezes tem sido elogiado pelo PSD, o mesmo PSD que agora entendia que esta proposta estava mal feita. De facto, era uma desculpa de mau pagador! -----

----- E o PSD, que há alguns anos atrás foi mesmo mau pagador em relação à reabilitação urbana porque deixara os prédios entaipados porque não pagara aos empreiteiros, agora tinha ali uma oportunidade para se redimir, mas por causa de um *timing* eleitoral adiara esta votação e porventura adiara este projecto. -----

----- Concluiu dizendo que todos, a Cidade de Lisboa e sobretudo as pessoas que seriam prejudicadas por esta votação, as cidadãs e os cidadãos de Marvila que iriam beneficiar com esta intervenção, com certeza que saberiam também tirar as devidas ilações desta abstenção cínica que o PSD ali anunciara. -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou dizer que o Executivo considerava de tal modo importante esta proposta, de tal modo importante a reabilitação da Cidade de Lisboa, que se a questão estava pendente, neste momento, da presença ou não presença do Sr. Presidente da Câmara, propunha que a sua votação fosse suspensa porque o Sr. Presidente acabara e compromisso que tinha e dentro de uma hora poderia estar ali, ou se não fosse possível dentro de uma hora, a votação fosse adiada para uma próxima reunião. -----

----- Quanto à afirmação de que uma das causas do atraso foi a sua não presença numa Comissão, disse que, para que todos soubessem, queria afirmar que estivera essa semana toda no estrangeiro e só por isso não estivera presente na reunião da Comissão. Porque tirando essa convocatória e uma outra vez em que houve um lapso da sua parte com a convocatória para uma reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento do PDM, de resto sempre estivera presente nas reuniões das Comissões. -----

----- Relativamente à questão das faixas, disse que o responsável pela colocação das faixas era ele próprio. Foram os seus serviços que as colocaram e foi ele que lhes dera indicação para isso. Na altura que soubera do incómodo da Sra. Presidente da Assembleia Municipal telefonara-lhe pessoalmente pedindo desculpas, a Sra. Presidente disse-lhe que deveriam ser retiradas as faixas, a Sra. Presidente entendia que o problema essencial era a utilização abusiva do símbolo da Assembleia

Municipal, e então imediatamente mandara colocar um papel ou um pano por cima do símbolo da Assembleia Municipal, para ficar apenas expresso: “Aprovado na Câmara Municipal, aguarda aprovação na Assembleia Municipal”. -----

----- Acerca da negociação do empréstimo, disse que ela começara no final de 2007 e foi uma negociação longa e difícil. Ela obtivera os resultados que todos já conheciam, mas era evidente que se a proposta fosse recusada essa negociação já não serviria para nada, o empréstimo nunca poderia ser realizado nestes termos, teria que ser renegociado e o futuro não lhes cabia neste momento definir, ou pelo menos não lhes era possível dizer qual seria. -----

----- Sobre a questão de atrair moradores para Lisboa, disse que esse era um objectivo que há 30 anos todos perseguiam, pelo menos todos os que ali estavam presentes têm anunciado que esse era um objectivo. Mas um inquérito muito recente que a Câmara mandara fazer no âmbito do Plano Local de Habitação, apontava três razões fundamentais para fixar população em Lisboa: residências a preços compatíveis; equipamentos, nomeadamente escolas; e espaço público qualificado. -----

----- Lisboa perdera 300.000 habitantes em 30 anos e não 450.000 mil habitantes em 20 anos. A cidade tem, neste momento, uma população estimada em 500.000 mil habitantes, mas não havia certeza se seria efectivamente esse número, pois nos últimos sete anos foram construídos 22.500 fogos novos em Lisboa, e mesmo que grande parte desses fogos estivessem vazios era provável que tivesse havido um crescimento demográfico na cidade. -----

----- No tocante à relação deste programa com o Programa Local de Habitação, disse que o Programa Local de Habitação tem vindo a ser realizado, era um trabalho de grande mérito que abordava a habitação em termos gerais e não exclusivamente as questões da reabilitação. Aliás, só amanhã iria a reunião de Câmara a proposta de estratégia do Programa Local de Habitação para ser aprovada. -----

----- Disse que o Programa Local de Habitação abordava questões relativas às obras novas e à necessidade de haver uma percentagem de habitação a custos controlados ou para arrendamento, abordava a questão dos devolutos, abordava a questão dos prédios em ruína, alguns que teriam que ser reabilitados e outros que teriam que ser abatidos, e abordava ainda questões que tinham a ver com senhorios, Lei do Arrendamento, reabilitação de fracções autónomas e reabilitação de edifícios. -----

----- E, de facto, era necessário abordar, de uma forma geral e integrada, as questões da política de habitação, mas isso não justificava que não se arrancasse imediatamente com o programa prioritário de reabilitação, conforme a Câmara o propusera. -----

----- Quanto às eventuais incoerências em relação a Marvila e a não referência ao Bairro da Flamenga, disse que como todos certamente sabiam a Câmara celebrara um protocolo com o IHRU sobre Marvila, que tinha várias intervenções. E, como há pouco referira, o programa de reabilitação urbana que apresentaram não era um programa fechado, podia haver ajustamentos, e neste momento havia intervenções que estavam previstas nesse tal protocolo no Bairro da Flamenga, portanto esse bairro não estava esquecido. -----

----- Relativamente à habitação, disse que as opções seguidas foram intervir em 101 edifícios, correspondentes a 293 fogos nos bairros históricos: Alfama, Madragoa, Castelo, Mouraria, Bica e Baixa-Chiado. -----

----- Agora, a reabilitação não se esgotava aí. A Câmara estava a intervir no Bairro Padre Cruz, e não era com o dinheiro deste empréstimo; a Câmara candidatara ao QREN, e tivera sucesso, o Bairro da Madragoa para a reabilitação de uma parte desse bairro; e a Câmara estava a preparar a reabilitação dos dois quarteirões na Baixa estando a EPUL a fazer o estudo para esses dois quarteirões. -----

----- Além disso, a Câmara esta a intervir nas AUGI's, - Áreas Urbanas de Génese Ilegal, onde, efectivamente, também se tratava de um problema de reabilitação e tem estado a trabalhar com as Comissões de Bairro. -----

----- Seguidamente, disse que queria dar um esclarecimento relativamente à questão das obras em edifícios particulares, começando então por dizer que as obras coercivas eram um cancro. As intimações que o Sr. Deputado Municipal Victor Gonçalves referira, infelizmente quase tinha vergonha de as fazer já que o efeito era nulo porque a Câmara não tinha capacidade, no caso dos proprietários não fazerem as obras, e tal como um Sr. Deputado Municipal ali disse, eles riam-se na cara da Câmara. -----

----- Esta era a realidade! E nas poucas vezes que se faziam obras coercivas, a Câmara não podia alterar o edifício, tinha que o repor exactamente como estava, mesmo que os compartimentos não tivessem dimensão e as casas não tivessem condições de habitabilidade. Portanto, obras coercivas era um tipo de política que não era possível continuar e para a qual era preciso encontrar alternativas. -----

----- Disse, ainda, que o programa de reabilitação era um programa absolutamente urgente, e, como referiam, estas eram as intervenções prioritárias no domínio da reabilitação. Isso não esgotava a reabilitação, não esgotava as políticas que a Câmara tinha que desenvolver. -----

----- A concluir, disse, tal como começara, que se a Assembleia fazia depender a aprovação das propostas da presença do Sr. Presidente da Câmara, propunha que a votação fosse adiada para que, hoje ainda ou na próxima reunião da Assembleia, o Sr. Presidente estivesse presente. -----

----- **A Senhora Presidente** solicitou aos líderes dos Grupos Municipais que se aproximassem da Mesa, para que, num minuto, se pudesse saber se havia ou não o assentimento das bancadas para o que acabava de ser proposto. -----

----- Depois, decorrido algum tempo, informou que não houve consenso para o adiamento da votação. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)** disse que a posição do PSD era muito simples. Esta Sessão da Assembleia Municipal já decorria à quatro reuniões, sabia-se qual era o agendamento da Assembleia Municipal, e o que era facto é que quando se aproximava a discussão destas propostas de empréstimos, quer há uma semana, quer hoje, o Sr. Presidente da Câmara não estivera presente e o PSD não podia, naturalmente, deixar de assinalar essa não presença. -----

----- Por outro lado, desculpas da tribuna a pedido do ofendido, obrigado, mas dispensavam. As desculpas pediam-se, em primeira instância, a quem era ofendido e não porque o ofendido dizia que não lhe foram pedidas desculpas. -----

----- Estas, disse, eram questões de forma extremamente importantes para a apreciação e para a forma como o PSD via este empréstimo. Mas havia a questão de conteúdo da própria proposta 312/2009, e essa foi ali demonstrada pelos seus companheiros Pedro Portugal e Victor Gonçalves e por si próprio, que não era uma proposta em relação à qual o PSD se revisse. Mas se queriam que fosse mais explícito, diria que não era uma proposta em que o PSD pudesse transformar um voto de abstenção num voto favorável. -----

----- Isso era claro! Se o Sr. Presidente da Câmara queria vir à Assembleia, lamentava mas era tarde. Vir na 25ª hora, lamentava mas o dia só tinha 24 horas. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida submeteu à votação as propostas 312/2009 e 312-A/2009, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Proposta 312/2009** – votos favoráveis do PS, PCP, PEV e da Sra. Presidente da Assembleia, e as abstenções do PSD, BE e CDS-PP. Não houve votos contra. Rejeitada nos termos do artigo 38º, n.º 8, da Lei das Finanças Locais. -----

----- **Proposta 312-A/2009** – votos favoráveis do PS, PCP, PEV e da Sra. Presidente da Assembleia, e as abstenções do PSD, BE e CDS-PP. Não houve votos contra. Rejeitada nos termos do artigo 38º, n.º 8, da Lei das Finanças Locais. -----

----- **A Senhora Presidente**, face ao resultado da votação das propostas, disse que as recomendações ficaram prejudicadas, já que a prática constante era que uma vez inviabilizadas as propostas caíam as recomendações porque deixavam de ter objecto, ficando naturalmente anexas às respectivas propostas. -----

----- Seguidamente, disse que tal como tinha ficado acomodado em Conferência de Representantes, iriam discutir a seguir, em bloco, as propostas referentes aos pontos 16, 20, 21 e 22. -----

----- **PONTO 16 – PROPOSTA 460/2009 – APROVAR A ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO DO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS EXTERIORES DAS ESCOLAS BÁSICAS DO 1º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA, BEM COMO O PROGRAMA DE CONCURSO E CADERNO DE ENCARGOS E DESIGNAR O JÚRI, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ART.ºS 18.º E 22.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 460/2009 -----

----- PELOURO: Ambiente e Espaços Verdes -----

----- SERVIÇO: DMAU/DAEV -----

----- “Considerando que é necessário o fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Exteriores das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância. -----

----- Considerando que o prazo de execução do fornecimento com início previsto em 1 de Outubro de 2009 é de doze meses. -----

----- Considerando que o valor global máximo para o fornecimento é de €449.530,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil quinhentos e trinta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor na rubrica orçamental 09.01.02.02.25.02 no âmbito da acção “Gestão dos Espaços Verdes”, código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades. -----

----- Considerando que, nos termos do art. 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e do art. 13º, n.º 4.2 do Regulamento do Orçamento para o ano de 2009, é necessária autorização da Assembleia Municipal para a abertura de procedimentos relativos a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico. -----

----- Considerando que tal despesa implica o lançamento de Concurso Público para o referido fornecimento, nos termos no disposto na alínea b) n.º 1 do art. 16º, do CCP e o Regulamento (CEE) n.º 3696/93 do Conselho de 29 de Outubro. -----

----- Considerando que, nos termos do n.º 1 do art. 67º do Decreto-Lei n.º 18/08, de 29 de Janeiro, é necessário proceder à nomeação do Júri, a quem compete a realização de todas as operações do concurso. -----

----- O Vereador José Sá Fernandes tem a honra de propor, ao abrigo do art. 64º, n.º 7, alínea d) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- I. Submeter à Assembleia Municipal para autorização, nos termos dos arts. 18º e 22º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o art. 12º, n.º 4.2 do Regulamento de Orçamento em vigor, a abertura do Concurso Público como procedimento destinado à contratação do fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Exteriores das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins-de-infância.”, com fundamento no disposto na alínea b) n.º 1 do art. 16º, e o Regulamento (CEE) n.º 3696/93 do Conselho de 29 de Outubro, pelo valor global de €449.530,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil quinhentos e trinta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor de 20% no valor de €89.906,00 (oitenta e nove mil novecentos e seis euros), totalizando €39.436,00 (quinhentos e trinta e nove mil quatrocentos e trinta e seis euros), a processar pela rubrica orçamental 09.01/02.02.25.02, no âmbito da acção “Gestão dos Espaços Verdes”, código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades, conforme abaixo se indica: -----

----- 2009 - € 74.921,67, a que acresce o IVA, no montante de € 14.984,33, totalizando €89.906,00. -----

----- 2010 - € 374.608,33, a que acresce o IVA, no montante de € 74.921,67, totalizando €449.530,00. -----

----- Nos termos do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos, constantes em anexo à Presente Proposta, como peças do procedimento concursal. -----

----- II. Designar, nos termos estipulados no n.º 1 art. 67º do CCP, o Júri do Concurso, a quem competirá a condução de todas as operações do concurso, com a seguinte constituição: -----

----- Presidente: Dra. Elisabete Nunes – Técnica Superior de Economia Finanças e Gestão de 1ª Classe -----

----- 1º Vogal Efectivo: Um elemento da Divisão de Aprovisionamento -----

----- 2º Vogal Efectivo: Arq. Sandra Somsen – Architecta Paisagística -----

----- 1º Vogal Suplente: Um elemento da Divisão de Aprovisionamento -----

----- 2º Vogal Suplente: Eng.ª Fernanda Castiço – Eng.ª Agrónoma -----

----- Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vogal Efectivo. -----

---- III. Delegar, ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 69º do CCP, no Júri do Concurso, competência para a realização da audiência prévia dos concorrentes.” -----

----- **PONTO 20 – PROPOSTA 503/2009 – APROVAR UMA NOVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA O “FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DAS FREGUESIAS DE SÃO FRANCISCO XAVIER, DE SANTA MARIA DE BELÉM E DA AJUDA “ (PROCESSO Nº 49/DMSC-DA/08, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ART.ºS 18.º E 22.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 503/2009 -----

----- PELOURO: Ambiente e Espaços Verdes – Vereador José Sá Fernandes -----

----- SERVIÇO: DMAU/DAEV -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou a Proposta nº 466/2008, relativo ao lançamento do Concurso Publico Internacional para o “Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes das Freguesias de São Francisco Xavier, de Santa Maria de Belém e da Ajuda” (Processo nº 49/DMSC-DA/08); -----

----- Considerando que o Relatório Final do Júri que analisou as propostas, elaborado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 109º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho;

----- Considerando que o prazo do fornecimento de serviços é de 2 anos (12 meses prorrogável até ao limite máximo de duração do contrato de 2 anos); -----

----- Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em reunião de 15 de Julho de 2008, autorizou a “abertura de procedimento relativa a repartição dos encargos referentes á realização da despesa”; -----

----- Considerando que, havendo necessidade de adequar a repartição de encargos à real situação do mencionado Fornecimento de Serviços, deve aprovar uma nova repartição de encargos; -----

----- O Vereador José Sá Fernandes tem a honra de propor, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Adjudicar, nos termos do disposto no artigo 54 e nº 2 do artigo 109º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de Junho, o “Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação dos Espaços Verdes das Freguesias de São Francisco Xavier, de Santa Maria de Belém e da Ajuda” (Processo nº 49/DMSC-DA/08)”, à empresa Espaços Verdes – Projectos e Construção Lda., pelo valor de 147.626,26€ (cento quarenta e sete mil seiscientos e vinte e seis euros e vinte e seis cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, correspondente a 29.525,25€, perfazendo um total de 177.151,51€ -----

----- 2. Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de Junho, a Minuta de contrato anexa, referente ao Contrato a celebrar com o adjudicatário, Espaços Verdes – Projectos e Construção Lda., no âmbito do Fornecimento de Serviços indicado em 1. -----

----- 3. Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, uma nova repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2009 a 2011, fixando o limite máximo do encargo correspondente a cada ano económico, conforme abaixo se indica: -----

----- 2009 – €24.604,36, a que acresce o IVA, no montante de €4.920,87, totalizando €29.525,23. -----

----- 2010 – € 73.813,13, a que acresce o IVA, no montante de € 14.762,63, totalizando €88.575,76. -----

----- 2011 – €49.208,72, a que acresce o IVA, no montante de €9.841,74, totalizando €59.050,46. -----

----- O encargo relativo ao ano de 2009 tem cabimento na rubrica 09.01/02.02.25.02 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção Gestão dos Espaços Verdes”, código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades.” -----

----- **PONTO 21 – PROPOSTA 505/2009 – APROVAR UMA NOVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA O “FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS JARDINS DA ZONA CENTRAL” (PROCESSO Nº 44/DMSC-DA/08)” NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ART.ºS 18.º E 22.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 505/2009 -----

----- PELOURO: Departamento de Ambiente e Espaços Verdes – Vereador José Sá Fernandes -----

----- SERVIÇO: DMAU/DAEV -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou a Proposta nº 452/2008, relativo ao lançamento do Concurso Publico Internacional para o “Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação dos Jardins da Zona Central” (Processo nº 44/DMSC-DA/08); -----

----- Considerando que o Relatório Final do Júri que analisou as propostas, elaborado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 109º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho; -----

----- Considerando que o prazo do fornecimento de serviços é de 2 anos (12 meses prorrogável até ao limite máximo de duração do contrato de 2 anos); -----

----- Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em reunião de 15 de Julho de 2008, autorizou a “abertura de procedimento relativa a repartição dos encargos referentes à realização da despesa”; -----

----- Considerando que, havendo necessidade de adequar a repartição de encargos à real situação do mencionado Fornecimento de Serviços, deve aprovar uma nova repartição de encargos; -----

----- O Vereador José Sá Fernandes tem a honra de propor, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Adjudicar, nos termos do disposto no artigo 54 e nº 2 do artigo 109º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de Junho, o “Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação dos Jardins da Zona Central” (Processo nº 44/DMSC-DA/08);”, à empresa Flora Garden – Projectos, Silvicultura e Jardinagem Unipessoal Lda., pelo valor de 220.824,72€(duzentos e vinte mil oitocentos e vinte e quatro euros e setenta e dois cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, correspondente a 44.164,94€, perfazendo um total de 264.984,66€ -----

----- 2. Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, a Minuta de contrato anexa, referente ao Contrato a celebrar com o adjudicatário, Flora Garden – Projectos, Silvicultura e Jardinagem Unipessoal Lda., no âmbito do Fornecimento de Serviços indicado em 1. -----

----- 3. Aprovar submeter á Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, uma nova repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2009 a 2011, fixando o limite máximo do encargo correspondente a cada ano económico, conforme abaixo se indica: -----

----- 2009 - €36.804,12, a que acresce o IVA, no montante de €7.360,82, totalizando €44.164,94. -----

----- 2010 - € 110.412,36, a que acresce o IVA, no montante de € 22.082,47, totalizando €132.494,83. -----

----- 2011 - € 73.608,24, a que acresce o IVA, no montante de € 14.721,65, totalizando €88.329,89. -----

----- O encargo relativo ao ano de 2009 tem cabimento na rubrica 09.01/02.02.25.02 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção Gestão dos Espaços Verdes”, código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades.” -----

PONTO 22 – PROPOSTA 506/2009 – APROVAR UMA NOVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PARA O “FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PARQUE RECREATIVO DOS MOINHOS DE SANTANA” (PROCESSO N.º 37/DMSC-DA/08)”, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ART.ºS 18.º E 22.º, AMBOS DO DECRETO-LEI N.º 197/99 DE 8 DE JUNHO E DA ALÍNEA R) DO N.º 1 DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO. -----

----- PROPOSTA 506/2009 -----

----- PELOURO: Departamento de Ambiente e Espaços Verdes – Vereador José Sá Fernandes -----

----- SERVIÇO: DMAU/DAEV -----

----- “Considerando que a Câmara Municipal de Lisboa, aprovou a Proposta nº 460/2008, relativo ao lançamento do Concurso Publico Internacional para o “Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação do Parques Recreativo dos Moinhos de Santana” (Processo nº 37/DMSC-DA/08); -----

----- Considerando que o Relatório Final do Júri que analisou as propostas, elaborado nos termos do disposto no nº 1 do artigo 109º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho;

----- Considerando que o prazo do fornecimento de serviços é de 2 anos (12 meses prorrogável até ao limite máximo de duração do contrato de 2 anos); -----

----- Considerando que a despesa resultante, embora dando lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não está prevista em Plano Plurianual aprovado no âmbito do Decreto Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, porque reveste, em sede de classificação económica das despesas públicas, natureza de despesa corrente; -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal em reunião de 15 de Julho de 2008, autorizou a “abertura de procedimento relativa a repartição dos encargos referentes à realização da despesa”; -----

----- Considerando que, havendo necessidade de adequar a repartição de encargos à real situação do mencionado Fornecimento de Serviços, deve aprovar uma nova repartição de encargos; -----

----- O Vereador José Sá Fernandes tem a honra de propor, que a Câmara Municipal de Lisboa delibere: -----

----- 1. Adjudicar, nos termos do disposto no artigo 54 e nº 2 do artigo 109º do Decreto Lei nº 197/99 de 8 de Junho, o “Fornecimento de Serviços de Manutenção e Conservação do Parques Recreativo dos Moinhos de Santana” (Processo nº 37/DMSC-DA/08);”, á empresa Parques e Jardins – Projectos e Construções Lda., pelo valor de 117.589,44€(cento e dezassete mil quinhentos e oitenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, correspondente a 23.517,89€ perfazendo um total de 141.107,32€ -----

----- 2. Aprovar, nos termos do disposto no artigo 64º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho, a Minuta de contrato anexa, referente ao Contrato a celebrar com o adjudicatário, Parques E Jardins – Projectos e Construções Lda., no âmbito do Fornecimento de Serviços indicado em 1. -----

----- 3. Aprovar e submeter á Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão deliberativo, uma nova repartição de encargos relativa ao Fornecimento de Serviços indicado em 1, com incidência nos anos económicos de 2009 a 2011, fixando o limite máximo do encargo correspondente a cada ano económico, conforme abaixo se indica: -----

----- 2009 - €9.799,12, a que acresce o IVA, no montante de €1.959,82, totalizando € 11.758,94. -----

----- 2010 - € 58.794,72, a que acresce o IVA, no montante de € 11.758,94, totalizando €70.553,66. -----

----- 2011 - €48.995,60, a que acresce o IVA, no montante de €9.799,12, totalizando €58.794,72. -----

----- O encargo relativo ao ano de 2009 tem cabimento na rubrica 09.01/02.02.25.02 do Orçamento em vigor, no âmbito da acção Gestão dos Espaços Verdes”, código 03/04/A102/01 do Plano de Actividades.” -----

----- Seguidamente, dado que a **Senhora Presidente** tivera que se ausentar por razões de ordem pessoal, os trabalhos passaram a ser conduzidos pelo **Senhor Primeiro Secretário**, passando o lugar de Primeiro Secretário a ser ocupado pelo Segundo Secretário efectivo, e o lugar de Segundo Secretário ocupado pela Deputada Municipal Virgínia Estorninho. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra para apresentação das propostas, disse que três delas já vieram à Assembleia, já foram aprovadas, já foram adjudicadas, mas os atrasos na sua contratação com as empresas que ganharam os concursos, levavam a que fosse necessário que houvesse outra repartição de encargos. Ou seja, os encargos deste ano eram diferentes daqueles que estavam previstos e, portanto, tinha que se fazer a respectiva alteração da repartição de encargos deste ano e anos seguintes. -----

----- Em relação a uma nova proposta que era apresentada, concretamente a 460/2009, disse que tinha a ver com os jardins e recreios das escolas, porque efectivamente fazia sentido que houvesse um concurso para o tratamento, em conjunto, de todos os recreios das escolas, já que, no fundo, havia ganho não só de eficácia como também financeiro. -----

----- Em relação aos preços por metro quadrado de cada uma das manutenções, parecia óbvio que, havendo manutenções distintas para cada um dos espaços, um espaço tivesse um determinado preço se fosse de um determinado tipo e outros se fossem de outro tipo. Daí a razão dos preços díspares para cada metro quadrado em cada uma das zonas. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, na qualidade de Secretário da Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, apresentou o Relatório que a seguir se transcreve: -----

RELATÓRIO

----- “A 2.^a Comissão Permanente recebeu da Câmara Municipal, após competente Despacho da Sr.^a Presidente da AML, Ofício n.º 0983/GVSF, contendo Informação relativa ao Parecer desta Comissão Municipal de 22JUN09, referente às Propostas n.ºs 460/2009, 503/2009, 505/2009 e 506/2009, pelo que, tendo procedido a análise da mesma Informação, concluiu o seguinte: -----

----- 1. Verifica-se que a verba atribuída para a Proposta 460/2009 é mais de metade da verba anual que a Câmara dedica a todos os espaços verdes cuja competência delegou nas Juntas de Freguesia. -----

----- 2. As razões apontadas para não se ter procedido a consulta às mesmas Juntas para estes trabalhos, resumem-se nas frases, *os trabalhos em causa não constam de qualquer proposta de integração nos referidos protocolos e também uma situação de delegação de competências de manutenção representaria mais interlocutores num processo complexo, muito sensível e que exige intervenções rápidas.* -----

----- 3. Acrescem na Informação, pormenores quanto ao acesso aos documentos que acompanham cada Proposta, que sem serem específicos, concedem alguma orientação na localização dos elementos pretendidos, não tornando porém a procura menos exaustiva. -----

----- 4. Revelam-se ainda elementos quantitativos claros quanto aos índices obtidos nas Propostas 503/2009, 505/2009 e 506/2009 e admitidos na Proposta 460/2009, comparáveis portanto ao índice informado pela Vereação na sessão de 02JUN09 de 0,78 €/m². -----

----- 5. Do seu cotejo, verifica-se a existência de majorações em relação a esse índice, de 81% na Proposta 460/2009, de 32% na Proposta 503/2009, de 155% na Proposta 505/2009 e de 47% na Proposta 506/2009. -----

----- Pelo que a Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida emite o seguinte Parecer: -----

----- 1. Os elementos transmitidos na Informação em referência indicam que, tanto quanto foi possível apurar, foram seguidos os procedimentos formais adequados nas propostas em causa, competindo à Assembleia Municipal e seus Agrupamentos, avaliar quanto à correcção política das soluções adoptadas. -----

----- 2. Do ponto de vista das suas competências, a Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida considera essencial que o cuidado dos Espaços Verdes seja assegurado. -----

----- 3. Parece essencial sublinhar também, a necessidade da Vereação da CML cuidar em que os s/ serviços lhe forneçam informações completas, precisas e generalizáveis.”

----- Finda a leitura do Relatório, o Deputado Municipal Magalhães Pereira continuando no uso da palavra, agora na qualidade de Deputado Municipal do PSD, disse que o seu Grupo Municipal observara atentamente o que se passava relativamente a estas quatro propostas, quer quanto à que tinha a ver com os jardins das escolas, quer quanto às que tinham a ver com a actualização das verbas por redistribuição do número de anos pelos quais estavam divididas. -----

----- Em relação a estas últimas, disse que, como era sabido, já todo o processo decorrera, mas por razões administrativas, cuja causa desconheciam, não foram iniciadas as manutenções no prazo em que o contrato assim previa, e isso ficava mais caro à Câmara Municipal visto que a repartição de encargos significava pelo menos mais um ano e o pagamento da verba inicial enquanto não se iniciassem os trabalhos. E mais um ano de contrato significava mais um ano para além da vigência do mandato da actual Câmara, o que, como era evidente, parecia bastante excessivo. -----

----- Quanto aos jardins das escolas, disse que, como se referia no Relatório, as verbas correspondiam aproximadamente a metade das verbas distribuídas a todas as Juntas de Freguesia para todos os espaços verdes, e não lhes parecia que as justificações para que não tivessem sido consultadas as Juntas de Freguesia fossem suficientemente ponderosas, e daí dizer-se, por consenso, que cada um dos Grupos Municipais tiraria as ilações e com base nelas tomariam as suas posições na votação. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, disse que a proposta 460/2009 provava pelo menos duas coisas que eram características da actual maioria camarária, nomeadamente do Sr. Vereador Sá Fernandes, que defendia uma coisa, mas depois quando chegava a altura da prática fazia outra. -----

----- Em primeiro lugar, essa proposta não fazia qualquer valorização nem apontava qualquer caminho de valorização dos recursos humanos da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Pessoalmente não conseguia perceber como era que um Vereador que tanto defendia o serviço público, preferia fazer concursos para entregar a empresas a gestão de determinados serviços que poderiam ser públicos, nomeadamente a gestão dos espaços das escolas. -----

----- Por outro lado, era espantoso ler no Relatório que os trabalhos em causa não constavam de qualquer proposta de integração nos protocolos de descentralização de competências com as Juntas de Freguesia, porque isso representaria mais interlocutores num processo complexo, muito sensível e que exigia intervenções rápidas. Ou seja, o Sr. Vereador já provara no passado, e provava agora mais uma vez, que não estava disponível para conversar com as Juntas de Freguesia. Os Srs. Presidentes de Junta eram pessoas muito complicadas, muito difíceis de trabalhar, que só causavam problemas ao Executivo, e que, portanto, era preferível entregar a empresas a ter que trabalhar com as Juntas de Freguesia. Isso ficava clarinho com esta proposta! -----

----- Portanto, a partir de hoje ficavam com uma prova, não era preciso outra para perceber aquilo que o Sr. Vereador sentia e aquilo que achava das Juntas de Freguesia. -----

----- É que quando o Sr. Vereador dizia que não havia tempo, lembrava que as Juntas de Freguesia já responderam a outros Vereadores em muito menos tempo que esta proposta. Não sabia quando foi que esta proposta começara a ser preparada, mas ela estava assinada com data de 7 de Maio, e tinha a certeza que se tivesse consultado as

Juntas de Freguesia, até final de Maio muitas delas já teriam respondido e este problema estaria resolvido. -----

----- Porque não fazia sentido que enquanto a Câmara não fizera nada, houve muitas Juntas de Freguesia que, sem terem o protocolo de delegação de competências, fizeram intervenções nas escolas, foram mantendo os jardins das escolas, fazendo pequenos arranjos dentro das escolas e não precisaram do protocolo de delegação de competências para ir fazendo coisas que eram da competência da Câmara mas que a Câmara não fizera. Eram terra de ninguém. -----

----- Recordou que várias vezes ali foi dito que os recreios das escolas continuavam a ser terra de ninguém, e de repente o Sr. Vereador achava que conseguia resolver o problema, mas era muito difícil com os Srs. Presidentes de Junta, eram 53 Presidentes de Junta muito complicados, inacessíveis, e que causavam muitos problemas, portanto entregava-se a empresas privadas e elas que fizessem esse trabalho porque as Juntas de Freguesia não tinham competência para isso. -----

----- Isso era injusto e inaceitável para os 53 Presidentes de Junta de Freguesia, porque se o Sr. Vereador lhes tivesse colocado a questão tinha a certeza que estariam disponíveis para aceitar essa delegação de competências. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Nascimento (BE)**, no uso da palavra, disse que este conjunto de propostas que foram remetidas pelo Executivo camarário e que eram da responsabilidade do Pelouro do Ambiente e Espaços Verdes, tinham claramente conteúdos diferentes. -----

----- A proposta 460/2009 consistia na aprovação do concurso público, por lotes, para o fornecimento de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes exteriores das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância. Ou seja, o Executivo camarário contratava uma entidade exterior à Câmara para fazer a manutenção do conjunto dos espaços verdes das escolas que estavam sob a sua responsabilidade e gestão. -----

----- As outras três propostas consistiam numa nova repartição de encargos de propostas já anteriormente aprovadas, que prolongavam por mais um ano a adjudicação a entidades externas os serviços de manutenção e conservação dos jardins definidos em cada uma delas. -----

----- Em relação à primeira proposta, a 460/2009, disse que existiam duas questões importantes a merecer a atenção do BE, a primeira das quais era a confissão que o Vereador responsável pelo Pelouro dos Espaços Verdes enviara à Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, dizendo que a falta de manutenção dos espaços verdes, presentemente sob a gestão do Departamento que tutela, permitira que aqueles espaços se apresentassem muito degradados evidenciando anos de abandono. -

----- A segunda questão, era que privilegiava a entrega da manutenção desses mesmos espaços a uma única empresa exterior à Câmara, que assegurasse, em detrimento da sua inclusão em protocolo a estabelecer com as Juntas de Freguesia, um único interlocutor àquele Departamento. -----

----- Considerava o BE que a prática continuada de adjudicações externas de serviços, em que a entidade pública não se considerava preparada para os assegurar, era meio

caminho andado para dispensar pessoal, criar situações de fácil compadrio e corrupção e eximir os serviços às suas responsabilidades, limitando-se a actividade camarária à fiscalização da execução desses serviços externos, o que, dada a inexistência de formação nessa área, levava muitas vezes a serem as próprias empresas contratadas a executarem essa fiscalização. -----

----- Assim, de um modo geral, o BE opunha-se à adjudicação de serviços que pudessem ser executados, com proveito, pelos próprios Departamentos camarários. ---

----- Ainda nesse caso específico em que as Juntas de Freguesia foram proteladas em nome da maior facilidade de controlo central, disse que elas foram desapossadas, nalguns casos, de um trabalho meritório que já vinham executando em várias escolas.

----- Restava, finalmente, o não menos importante problema dos preços por metro quadrado para a manutenção desses espaços verdes. Segundo informação prestada pelas Juntas de Freguesia, a Câmara pagava os mesmos 2,4 euros por metro quadrado para executarem esse trabalho, e iria adjudicar o serviço por 1,41 euros por metro quadrado, o que as Juntas entendiam que tendo em atenção a qualidade do trabalho que prestavam não seria do ponto de vista da relação preço/qualidade muito mais barato. -----

----- Quanto às outras três propostas que resultavam de anteriores adjudicações, disse que o BE nada teria a opor na medida em que elas já foram anteriormente aprovadas. -

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que na discussão conjunta das quatro propostas, iria apenas abordar a proposta 460/2009, começando então por referir que a principal questão que o Grupo Municipal de “Os Verdes” colocava nessa proposta era o facto de a Câmara dizer que necessitava de proceder à abertura de concurso externo, ou seja, de *outsourcing*, para a contratação de serviços de manutenção e conservação dos espaços exteriores das Escolas Básicas do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância. A dúvida estava nas razões por que se escolhia essa solução. Não haveria outra opção através dos meios e recursos do Município? -----

----- Referiu que há cerca de um ano, “Os Verdes” visitaram a Escola de Jardinagem e de Calceteiros, situada na Quinta Conde de Arcos, onde foram muito bem recebidos, pelo que ali queriam deixar um louvor aos profissionais que lá trabalhavam. A visita tivera o intuito de conhecer o trabalho realizado nas diversas vertentes e, em particular, o modo de funcionamento do Curso de Jardineiros, realizado em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, onde se transmitia os conhecimentos de jardinagem como formação profissional e também a certificação escolar obrigatória, de modo a capacitar os jardineiros com as habilitações essenciais para as exigências de intervenção nos espaços verdes, de hoje em dia. -----

----- Por isso perguntavam por que não se investia definitivamente na Escola de Jardineiros? Por que dava a Câmara formação a alguns desses profissionais e os deixava depois sair para serem contratados por outros municípios ou empresas privadas? Por que punha a Câmara em causa os postos de trabalho dos jardineiros e o próprio serviço público? -----

----- Em alternativa, não poderia, por exemplo, a Câmara descentralizar aquelas funções nas Juntas de Freguesia que se quisessem disponibilizar para coordenar essas

tarefas de manutenção e conservação? Ou, perguntando de outra maneira, seria que por acaso a Câmara chegara a auscultar se algumas freguesias estariam dispostas a colaborar no processo? Consultara ou não a DAEV as Juntas de Freguesia? Ou pretendia a Câmara centralizar funções que até podia protocolar com as Juntas? Como iria a Câmara conseguir monitorizar e fiscalizar todas essas tarefas de manutenção e conservação espalhadas pela cidade? -----

----- Depois, disse que os espantava o facto de, no ofício de resposta à Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida, preparado pela adjunta da assessoria do Gabinete do Sr. Vereador – que era, de facto, quem assinava o ofício dirigido à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, e não o Sr. Vereador como se calhar seria mais institucional – o valor unitário apresentado fosse de 1,41 €/m², pois tal valor encontrava-se, apenas, na média do custo entre 1 euro a 1,75 euros que as Juntas de Freguesia já vinham pagando. -----

----- Mas a grande estupefacção ia para o facto de como era que o Pelouro dos Espaços Verdes, partindo para o dito *outsourcing* de manutenção e conservação de escolas situadas em quase todas as freguesias, não conseguira reduzir, significativamente, esse valor médio, de que beneficiaria toda a cidade. Então não seria óbvio que o valor a concessionar não teria naturalmente de ser realisticamente mais baixo do que aquele que estava a ser pago pelas Juntas de Freguesia? Não se tratava, afinal, de uma aquisição de serviços ‘por atacado’? Ora, se afinal tal concurso não tinha por objectivo a redução dos custos, não era por demais evidente que este *outsourcing* privado vinha encarecer o orçamento municipal? -----

----- Perguntou o que significava, nos quadros anexos à proposta que caracterizam os espaços exteriores das escolas, os índices de manutenção que variavam de 2 a 5, mas sem qualquer critério plausível! Por exemplo, como era possível haver escolas com 0,00 m² de área verde, e posicionarem-se num elevado índice 4, com uma verba consignada para a manutenção dos inexistentes espaços verdes? -----

----- Qualquer município ficaria claramente com a ideia que Câmara e Juntas estavam de costas voltadas, mas que os custos mais onerosos deste *outsourcing* lhes estava inevitavelmente a ir ao bolso. -----

----- Terminou dizendo que esta proposta era um desperdício dos recursos orçamentais do Município e punha em causa o quadro de jardineiros. Por isso, “Os Verdes” iriam votar contra. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, começou por dizer, referindo-se à proposta 460/2009, que de facto era importante que o Executivo esclarecesse muito bem o porquê da opção de contratação externa em detrimento da utilização, devidamente protocolada, com o financiamento também devido e a tempo, com as Juntas de Freguesia para poderem prestar esse apoio. -----

----- Disse que a disponibilidade do PSD para viabilizar esta proposta tinha apenas uma razão de ser, que era o facto de entenderem que as crianças e os jovens que iriam frequentar essas escolas a partir dos finais de Setembro, o pudessem fazer no mínimo de condições aceitáveis em relação aos espaços verdes que existiam nessas escolas. ---

----- Mas gostariam de ter ali uma informação muito clara do Sr. Vereador sobre o porquê desta opção, tanto mais que, infelizmente, o que têm visto na cidade era que os espaços verdes que eram competência das Juntas de Freguesia, pese embora todos os problemas, que sobretudo no ano passado tiveram e este ano também tiveram alguns, com o pagamento atempado das verbas protocoladas no âmbito das delegações de competências, eram aqueles que estavam à altura da Cidade de Lisboa, à altura daquilo que exigia a qualidade de vida dos seus cidadãos. -----

----- Infelizmente, os espaços verdes da responsabilidade da Câmara, estavam todos muito, muito mal tratados. Lamentava dizê-lo, gostaria que não fosse assim, mas tinha que o dizer. -----

----- Portanto, este era também um factor de preocupação, porquanto as Juntas provando bem na recuperação e manutenção dos espaços verdes, eram colocadas fora de uma área onde já provaram que eram capazes, competentes, empenhadas e dedicadas, apostando-se na contratação externa. -----

----- Depois perguntou ao Sr. Vereador, mas era também uma questão que deixava à Mesa, até que ponto a indicação do júri do concurso estaria correcta porquanto, ao que julgava saber, a nomeação do júri tinha que ser nominal, e dos cinco elementos do júri os primeiros vogais, efectivo e suplente, que eram pessoas da Divisão de Aprovisionamento, não estavam nominalmente indicados na proposta, o que pensava que colocava algum problema ao prosseguimento da proposta ao designar o júri sem ser nominal. -----

----- Ainda por cima, o primeiro vogal efectivo, que era o substituto do Presidente, era um elemento qualquer da Divisão de Aprovisionamento que não viam sequer ali referido. -----

----- Esta era apenas uma dúvida que deixava, porque o grosso desta proposta era que o Sr. Vereador lhes explicasse, para os convencer a viabilizá-la, com a indicação do porquê desta opção, e, por que não, a abertura até para a repensar envolvendo mais as Juntas de Freguesia nessa matéria. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, começou por dizer que tinha três respostas para dar e um espanto para manifestar. E o espanto ia directamente para o BE, que ainda há pouco inviabilizara, com a sua abstenção, o pedido de empréstimo, no qual constava, expressamente, que uma das obras para fazer era reabilitar a Escola de Jardineiros e a Escola de Calceteiros, na Quinta Conde de Arcos, para que pudessem ter jardineiros. Aliás, espantava-se também que o BE desconhecisse que a Câmara só tinha 140 jardineiros, portanto que era impossível tratar de todos os jardins da cidade. -----

----- Portanto, espantava-o a ignorância e espantava-o também a votação anterior, exactamente para melhorarem e reforçarem a equipa de jardineiros da Câmara. -----

----- Mas já não o espantavam, e até agradecia, as palavras do Sr. Deputado Municipal de “Os Verdes”, porque, como já tivera ali ocasião de dizer, tinha exactamente a mesma opinião em relação à questão dos jardineiros. Deviam reforçar a equipa de jardineiros, e para isso deviam contar com a Escola de Jardineiros porque era essencial a formação aí ministrada. -----

----- Por conseguinte, que a Câmara não tinha meios humanos para tratar dos seus jardins era uma evidência total, e, por isso, tinham que recorrer ao *outsourcing*. O que não queria dizer, e por isso todos estes contratos, quer os que eram apresentados agora para repartição de encargos, quer aquele que era um futuro contrato, tivessem prazos de um ano para que quem então estivesse na Câmara pudesse, ao longo deste ano, tentar reforçar a equipa de jardineiros para depois ir diminuindo os *outsourcings*, se essa fosse a opção política. -----

----- Mas para reforçar a equipa de jardineiros, se tal fizesse sentido, era evidente que também teriam que melhorar a relação com as freguesias e a sua delegação de competências. -----

----- Como era sabido, a maior parte das freguesias faziam *outsourcing* também. Eram muito poucas as freguesias que tinham meios próprios para tratar dos jardins, pelo que, do seu ponto de vista, a questão não se deveria colocar se o que estava em causa eram *outsourcings* porque a maior parte das freguesias também os fazia. -----

----- Portanto, aí podiam ter um dilema, que era um dilema político: reforçavam a equipa de jardineiros, mas se reforçavam a equipa de jardineiros teriam que o fazer com conta peso e medida precisamente para não poderem inviabilizar a delegação de competências nas freguesias, que, das duas uma: ou contratavam jardineiros ou continuavam também, a maioria delas, a fazer *outsourcing*. Mas esse era um dilema político que discutiriam na altura própria. -----

----- Em relação ao problema das escolas, disse que ele tinha antecedentes que todos deviam conhecer e todos os Presidente de Junta os conheciam, porque conheciam o estado lamentável em que a maior parte dos recreios das escolas se encontravam. -----

----- E havia aí também uma diferença substancial para estes últimos dois anos. É que não era o Vereador do Ambiente e Espaços Verdes que tratava dos recreios das escolas, mas uma mudança efectiva tomada pelo actual Executivo levava a que tudo o que tivesse a ver com espaços verdes seria o Pelouro do Ambiente e Espaços Verdes a tratar disso, porque constatarem duas coisas: uma, era que estavam muito mal tratados e, outra, era que não havia protocolos com nenhuma Junta de Freguesia e com nenhuma instituição, para tratar desses recreios e desses jardins. Mas não tratavam só da manutenção dos jardins. Tratavam também, em muitos casos, da recuperação dos jardins. -----

----- Como sabiam, estava a haver intervenção nas escolas com a própria recuperação dos espaços verdes, ou seja, muitas das obras que se estavam a fazer neste momento nas escolas, também incluíam a recuperação dos jardins, sobre os quais, depois de recuperados, entrava também a manutenção que agora estavam a apreciar, e o problema era exactamente que a conjugação da recuperação da escola com a recuperação do recreio e a subsequente manutenção teria que ser feita com muita eficiência. Isto é, se estavam a fazer a intervenção nas escolas e intervenção nos recreios, a manutenção teria que ser imediata para que não houvesse nenhum hiato de tempo até os jardins estarem mantidos. -----

----- Por isso é que propunham que o contrato fosse por um ano, podendo depois ser prorrogado ou rescindido conforme a Câmara assim o entendesse. -----

----- Respondendo ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que esta proposta foi feita com esta apresentação porque os jardins estavam muito maus e porque muitos deles iriam ficar bons e precisavam de manutenção. Não estava a dizer que era o ideal, porque achava que era muito melhor, de facto, conseguir protocolar com as Juntas de Freguesia o tratamento de cada vez mais espaços. -----

----- Aliás, tentara com todas as freguesias que lhe pediram a manutenção de mais espaços, que não tivessem a ver com os jardins históricos porque esses eram tratados pelos jardineiros da Câmara, que houvesse mais delegação de competências. -----

----- Agora, nesta fase em que tinham os recreios todos degradados, em que alguns deles estavam em recuperação e que era urgentíssima a manutenção, entenderam – e foi uma opinião técnica – que esta seria a melhor forma para conseguirem resolver o problema para, no próximo ano lectivo, terem garantida a manutenção de todos os jardins e recreios das escolas. -----

----- Disse, ainda, que foi um esforço grande que os serviços fizeram para se conseguir apresentar esta proposta, porque ninguém dentro da Direcção Municipal de Ambiente e Espaços Verdes tinha informações sobre os recreios das escolas, e, portanto, tivera que se fazer esse trabalho para a apresentação desta solução para a manutenção no próximo ano. -----

----- Quanto às propostas referentes à repartição de encargos, disse que isto era uma questão de um mês. Ou seja, se as repartições de encargos estivessem todas tratadas há um mês atrás os contratos teriam sido assinados. Portanto, não era uma prorrogação por mais um ano. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, começou por referir que o BE foi interpelado directamente na intervenção do Sr. Vereador Sá Fernandes e sentia-se na obrigação de prestar alguns esclarecimentos à Assembleia. ---

----- Em primeiro lugar, relativamente ao espanto, disse que todos tinham o direito de se espantar fosse com o que quer que fosse, porque, pessoalmente, poderia também dizer, em relação a essa matéria, que o espantara muito mais que o Sr. Vereador Sá Fernandes tivesse defendido o projecto da triplicação da capacidade dos contentores na doca de Alcântara, quando essa era uma questão absolutamente estratégica para o futuro desenvolvimento da cidade. -----

----- Portanto, relativamente a espantos, estavam conversados. Cada um espantava-se com o que lhe apetecia. -----

----- Agora, o que era de lamentar em relação à proposta que foi anteriormente votada, que não obtivera uma maioria qualificada como era obrigatório por força de Lei, era que o partido que a defendia tivesse esperado pela véspera das eleições para fazer chicana política entre o PS e o PSD, a propósito de uma questão que era demasiado séria para a cidade e o Sr. Vereador Sá Fernandes ficasse impressionado por uma argumentação política que era essencialmente pré-eleitoral. Pedia desculpa mas tinha que dizer que o Sr. Vereador não aprendera nada enquanto Vereador. -----

----- Isso era política! Aquilo que levava o próprio Governo a adiar a decisão de um conjunto de obras estratégicas para o País, por razões de oportunidade política, certamente orientara, na sua opinião, a Câmara Municipal de Lisboa para fazer o

mesmo em relação a propostas com o mesmo sentido político e que eram objecto da mesma batalha política. Era uma questão de bom senso político! -----

----- Portanto, aquilo que ali foi dito pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara, a propósito da proposta de reabilitação urbana, não era verdade, já que se a proposta era tão importante do ponto de vista estratégico, não havia nenhuma razão que justificasse que ela não pudesse ser decidida daqui a três ou quatro meses, porque era uma proposta estratégica, era uma proposta de futuro, era uma proposta para dez anos, e não havia nenhuma urgência de três ou quatro meses que justificasse uma decisão que poderia perfeitamente ser tomada, com outra legitimidade política, daqui a três, quatro ou cinco meses. -----

----- Aconselhou o Sr. Vereador Sá Fernandes a aproveitar o tempo que passava na Vereação para ganhar mais sensibilidade política, e sobretudo mais perspicácia política no julgamento de propostas que, em período eleitoral, tinham que ser avaliadas, em primeiro lugar, pela sua oportunidade, e, em segundo lugar, pela sua consistência. -----

----- Continuando, disse que o BE sempre se opusera, e isso não podia ser espanto para o Sr. Vereador Sá Fernandes porque sabia disso já que estivera com o BE nessas batalhas, a que sempre que houvesse recursos na Câmara para executar as funções pelas quais a Câmara estava responsabilizada politicamente, se deveria tentar fazê-lo com base nos recursos camarários. Aliás, o Sr. Vereador Sá Fernandes, na sua intervenção, acabara por reconhecer que uma aposta da Escola de Jardineiros ia no sentido de resolver o problema da manutenção dos jardins das escolas, e uma relação com as Juntas de Freguesia seria uma aposta muito mais consistente para resolver o problema, do que fazer o *outsourcing*, isto é, passar uma responsabilização política para uma empresa de exterior, quando podia e devia, na opinião do BE, ser feita não apenas com os recursos da Câmara Municipal mas também com os recursos das Juntas de Freguesia. -----

----- Mas já ali foi dito por Presidentes de Juntas que as Juntas não foram sequer contactadas para saber da sua disponibilidade em descentralizar, uma parte pelo menos, das funções que caberiam naturalmente às Juntas de Freguesia. E por que era que caberiam naturalmente às Juntas de Freguesia? Porque as Juntas de Freguesia, sendo órgãos autárquicos de proximidade, se calhar teriam muita mais capacidade e melhor conhecimento do terreno para fazer essa manutenção. -----

----- Se depois desse esforço, houvesse, por hipótese, um conjunto de 20 freguesias que não tivessem revelado interesse em assegurar essa manutenção, então, nesse caso, o Sr. Vereador Sá Fernandes teria toda a legitimidade política para chegar à Assembleia e dizer que fizera os contactos, fizera as propostas, houve 20 freguesias que não lhe responderam e a manutenção dos recreios das escolas teria que ser feita, e então teriam que fazer uma política de *outsourcing* se ficasse demonstrado que os recursos da Câmara não serviam para fazer essa manutenção. -----

----- Essa metodologia era uma metodologia política, de descentralização política, que a Câmara deveria prosseguir de forma consistente e de forma sistemática. -----

----- A terminar, porque se verificaram alguns aplausos na Sala, disse que não seriam os aplausos do PSD, por mais simpáticos que fossem, que desviavam o BE do sentido político da intervenção sobre estas matérias. -----

----- **A Deputada Municipal Teresa Almeida (PS)**, no uso da palavra, disse que em relação à proposta 460/2009, depois de ouvir, quer o Sr. Presidente de Junta Paulo Quaresma, quer o Sr. Vereador, gostaria que algum dos Presidentes de Junta que estavam presentes, e estavam muitos, a esclarecesse quanto a uma questão, porque gostaria de votar a proposta clarificando alguma coisa que para si própria não estava clarificada. -----

----- Portanto, pedia que algum Presidente de Junta lhe dissesse se, de facto, os espaços públicos das Juntas eram conservados por jardineiros próprios ou se as Juntas recorriam a *outsourcings*. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, novamente no uso da palavra, disse que não ia usar o termo “ignorância”, mas achava que os lugares que ocupavam deveriam também servir para alguma aprendizagem pessoal e profissional, e pessoalmente podia dizer que nos últimos anos aprendera muito com o lugar que ocupava, mas parecia-lhe que o Sr. Vereador não aprendera nada durante os dois anos que tinha como Vereador. -----

----- Poderia referir o ponto de vista financeiro, mas não ia apenas para esse ponto porque havia outros benefícios para além do benefício financeiro na descentralização para as Juntas de Freguesia. E começava justamente por aí porque tinha a certeza, já que sabiam que assim era, que a Sra. Directora de um estabelecimento de ensino, se tivesse algum problema fosse a que horas fosse, em momento fosse, não iria telefonar para a empresa e a empresa não iria lá de repente resolver-lhe o problema. Ela iria telefonar para os serviços da Junta de Freguesia e estes de certeza lhe iriam resolver o problema. -----

----- Referiu que já há duas reuniões atrás não gostara da imprecisão que o Sr. Presidente da Câmara ali referira a propósito da requalificação do Bairro Padre Cruz, e entregara um requerimento, do qual ainda aguardava resposta, sobre algumas dessas questões. E agora não queria dizer que o Sr. Vereador mentira, mas se calhar não dissera bem o que queria dizer. É que dissera que tentara mais delegações para as Juntas de Freguesia! -----

----- Ora bem. O Sr. Vereador entregara espaços verdes, em Telheiras, a empresas sem sequer perguntar à Junta de Freguesia de Carnide se queria ou não ficar com esses espaços. Inclusivamente escrevera ao Sr. Vereador a perguntar por que era que foi essa a opção e que a Junta estava disponível para assumir, e até hoje o Sr. Vereador não lhe respondera. Portanto, para a Junta de Freguesia de Carnide o Sr. Vereador não tentara descentralizar mais espaços verdes. -----

----- Disse que não sabia quanto às outras Juntas de Freguesia, mas o projecto autárquico da CDU em Carnide não dizia uma coisa e fazia outra. Em Carnide, tinham jardineiros próprios, tinham brigadas e equipas próprias no terreno a fazer a manutenção dos espaços verdes, não havia empresas a fazê-lo. E se lhes tivessem feito a proposta para assumirem as escolas da freguesia, era assim que iria acontecer. E isso

não foi feito! Mas já o fizeram porque várias vezes os jardineiros da Junta têm ido dentro das escolas da freguesia resolver problemas que a Câmara Municipal de Lisboa não resolvera. -----

----- Portanto, fazia uma proposta muito clara e muito rápida: que o Sr. Vereador retirasse a proposta, escrevesse aos 53 Presidentes de Junta, com carácter de urgência, a perguntar quem estava disponível para assumir essas competências, porque poderia ter a certeza que, ainda este mês, teria o problema resolvido se quisesse. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, novamente uso da palavra, disse que para o PSD era clara a primazia, a capacidade e a competência que as Juntas de Freguesia, melhor que ninguém, empregavam nesta matéria. Não tinham disso qualquer dúvida. -----

----- Infelizmente, não fora esse o caminho que este Executivo seguira nesta questão. A três meses de eleições preferira contratar externamente alguém para fazer o trabalho que outros, mais perto da população, mais perto dos espaços verdes, poderiam melhor resolver. -----

----- Referiu que a questão ali colocada pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma merecia a simpatia do PSD, mas merecia também, não pelo Deputado Municipal Paulo Quaresma mas pelo Executivo Municipal, a maior cautela da parte do PSD, apenas por uma coisa. Que não fossem os Srs. Presidentes de Junta receber um qualquer presente envenenado a dois meses e meio das eleições, que seria a Câmara atirar-lhes para cima a responsabilidade de gerirem esse espaços, através de um protocolo que seria rapidamente celebrado mas que depois o financiamento demorava um mês, um mês e meio, dois meses, dois meses e meio, três meses ou seis meses a chegar, e seriam os Srs. Presidentes de Junta que seriam os responsáveis pela não resolução daqueles problemas porque eram asfixiados financeiramente pelo Executivo municipal. -----

----- Não sendo Presidente de Junta, portanto estando fora das suas preocupações, aquilo que se permitia sugerir aos Srs. Presidentes de Junta, caso a Câmara aceitasse o repto que ali foi lançado, era que não dessem um único passo sem que o cheque estivesse passado, ou seja, que no mesmo acto em que fosse assinado o protocolo fosse feita e demonstrada a transferência do instrumento financeiro para a respectiva Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Vereador Sá Fernandes**, novamente no uso da palavra, disse, em resposta à questão colocada pela Deputada Municipal Teresa Almeida, que a grande maioria das freguesias não tinham jardineiros e recorriam a *outsourcing*. Carnide, de facto, era uma excepção. -----

----- Depois, respondendo ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que era exactamente para que não houvesse sequer a ideia de havia presentes envenenados, que acharam que seria uma boa solução, face ao estado de degradação e a algumas recuperações que estavam a ser feitas nos recreios das escolas, que fizessem este *outsourcing* uma vez que a Câmara não tinha meios próprios para o fazer e uma grande parte das freguesias também não, para que houvesse uma manutenção bem

feita durante um ano e depois se decidisse se cada uma das escolas deveria passar, com delegação de competências, para as freguesias ou não. -----

----- Disse que quem tratava dos recreios eram as próprias escolas, e tratavam-nos mal, às vezes eram as Juntas de Freguesia que ajudavam em algum tratamento. Mas o que era facto é que teria de haver aí uma medida radical no sentido de tratar dos recreios e dos jardins de todas as escolas. -----

----- Portanto, entenderam que esta era a melhor maneira para depois não entregarem presentes envenenados, porque era um facto que alguns dos espaços que têm sido entregues às freguesias eram verdadeiros presentes envenenados já que muitos deles não precisavam de ser conservados mas sim recuperados. -----

----- Aliás, em muitas das conversas com as freguesias sempre foi dito que mais valia a Câmara recuperar, e só depois entregar a manutenção às freguesias para que eles fossem mantidos. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, dado que mais ninguém desejara intervir, encerrou o debate e de seguida passou à votação das propostas em debate, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Proposta 460/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS, votos contra do PCP, BE, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD. -----

----- **Proposta 503/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS e BE, e a abstenção do PSD, PCP, CDS-PP e PEV. -----

----- **Proposta 505/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS e BE, e a abstenção do PSD, PCP, CDS-PP e PEV. -----

----- **Proposta 506/2009** – aprovada, por maioria, com votos favoráveis do PS e BE, e a abstenção do PSD, PCP, CDS-PP e PEV. -----

----- **PONTO 13 – PROPOSTA 396/2009 – APROVAR A PROPOSTA DE VERSÃO FINAL DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA AV. DA LIBERDADE E ZONA ENVOLVENTE (PUALZE), NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 396/2009 -----

----- Deliberação de apresentação da proposta da versão final do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE) -----

----- Pelouro do Urbanismo e Planeamento Estratégico: Vereador Manuel Salgado ----

----- Serviço: DMPU/DPU -----

----- “Considerando que: -----

----- - Foi deliberado em reunião de câmara de 1 de Março de 2006, através da Deliberação n.º 67/CM/2006, publicada no 2º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 630 de 16/3/2006, o envio da proposta do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) para efeitos de acompanhamento, nos termos do artigo 75º do Decreto-Lei n.º 380/99, de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro; -----

----- - Nos termos do artigo 4º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, as normas do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, aplicavam-se aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo da salvaguarda dos actos já praticados; -----

----- - Foi deliberado em reunião de câmara de 26 de Novembro de 2008, sob a Proposta n.º 1128/2008, submeter a discussão pública a proposta do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, tendo a deliberação sido publicada no Diário da República, II série, n.º 27, de 9 de Fevereiro de 2009, através do Aviso n.º 3324-A/2009; -----

----- - O Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, que conferiu nova redacção ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, estabelece do mesmo modo, no seu artigo 4º n.º 1, que se aplica este Decreto-Lei aos procedimentos já iniciados à data da sua entrada em vigor, sem prejuízo da salvaguarda dos actos já praticados; -----

----- - Foi concluído o período de discussão pública, tendo a versão final da proposta do plano sido precedida dos procedimentos legais exigidos; -----

----- - A versão final da proposta do plano está instruída com os elementos legais necessários, de acordo com o teor da Informação técnica n.º 220/DMPU/DPU/09, da qual se anexa fotocópia e fica a fazer parte integrante da presente proposta; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18/09: -----

----- Determinar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a proposta da versão final do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.” -----

----- **ASSUNTO: DELIBERAÇÃO DE APRESENTAÇÃO, PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DA PROPOSTA DA VERSÃO FINAL DO N.º 1 DO ARTIGO 32.º DO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE E ZONA ENVOLVENTE (PUALZE)** -----

----- PROPOSTA 614/2009 -----

----- Pelouro do Urbanismo e Planeamento Estratégico: -----

----- Vice-Presidente Manuel Salgado -----

----- Serviço: DMPU/DPU -----

----- “Considerando que: -----

----- - foi deliberado em reunião de Câmara Municipal de 29 de Abril de 2009, sob a proposta n.º 396/2009, determinar submeter a aprovação da Assembleia Municipal a proposta da versão final do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente (PUALZE), ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro; -----

----- - posteriormente àquela deliberação se detectou uma incongruência, por lapso, entre o conteúdo da proposta de eliminação da alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º contida no Relatório de Ponderação da Participação na Discussão Pública do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade (PUALZE) (na qual explicitamente se referia a

intenção de eliminar a restrição a 30% da superfície total construída acima do solo, do uso residencial na Área Terciária, constante da alínea c)) e a norma antiga, que se submeteu à aprovação da Câmara Municipal e que não reflectiu a ponderação efectuada no referido Relatório, o qual mereceu concordância; -----

----- relativamente a todos os outros elementos que constituem e que acompanham o mencionado plano, não há alterações a introduzir ao que foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 29 de Abril de 2009, mantendo-se em tudo a deliberação dessa data; -----

----- Propõe-se que: -----

----- Seja corrigida a referida incongruência, mediante a eliminação da alínea c) do n.º 1 do artigo 32.º, Capítulo VI, do Regulamento do Plano. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterar a redacção do n.º 1 do artigo 32º do Regulamento da proposta do Plano de Urbanização da Avenida da Liberdade e Zona Envolvente PUALZE, constante da proposta nº 396/2009, eliminando-se a alínea c) do referido artigo que a seguir se transcreve: -----

----- Artigo 32º -----

----- Área Terciária -----

----- 1- Os novos edifícios destinam-se, preferencialmente, à utilização mista ou exclusiva dos usos de comércio, de escritórios, de equipamentos colectivos públicos ou privados e empreendimentos turísticos sendo admitida a instalação do uso habitacional se se observarem as seguintes condições: -----

----- a) Os níveis de ruído diurno e nocturno no local de implantação do edifício devem situar-se entre 55 e 65 decibéis e 45 e 55 decibéis respectivamente; -----

----- b) Os acessos às áreas habitacionais devem ser independentes dos restantes usos, excepto se a frente do prédio for igual ou inferior a 12 metros; -----

----- ...” -----

----- **A Comissão Permanente de Urbanismo e Mobilidade** apresentou um Relatório relativamente à proposta 396/2009, o qual se encontra transcrito na acta anterior, aquando da discussão da proposta. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício** disse que conforme foi combinado com os representantes dos Grupos Municipais, este ponto seria também votado hoje, mas não discutido, porquanto ele já foi discutido na reunião anterior. -----

----- Portanto, o que iam votar era a proposta 396/2009, referente ao PUALZE, com a redacção que lhe foi dada pela proposta 614/2009, que a Câmara aprovara há dois dias e que introduzia uma alteração à proposta 396/2009. -----

----- Submeteu então à votação a proposta 396/2009, com as alterações introduzidas pela proposta 614/2009, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS e PCP, votos contra do BE, e as abstenções do PSD, CDS-PP e PEV. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, seguidamente, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Ordinária iniciada no dia 16 de Junho. -----

----- Eram 19 horas e 45 minutos. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, _____.

----- A PRESIDENTE -----